



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIZANGELA RIBEIRO TAVEIRA

O CERCO DA EMPRESA SUZANO NO ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA E NA VILA
SUDELÂNDIA: resistência frente ao agronegócio

BELÉM-PA
2014

MARIZANGELA RIBEIRO TAVEIRA

O CERCO DA EMPRESA SUZANO NO ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA E NA VILA
SUDELÂNDIA: resistência frente ao agronegócio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social – PPGSS, da Universidade Federal do Pará (UFPA) para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nádia Socorro Fialho Nascimento.

BELÉM-PA
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Taveira, Marizangela Ribeiro, 1972-

O cerco da empresa suzano no assentamento califórnia e na vila sudelândia: resistência frente ao agronegócio / Marizangela Ribeiro Taveira.- 2014

Orientador: Nádia Socorro Fialho Nascimento.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2014.

1. Trabalhadores rurais – Maranhão -
Condições sociais. 2. Colonização Agrária -
Maranhão. 3. Assentamentos humanos – Maranhão. I
Título.

CDD 23. ed. 333.3108121

RIBEIRO TAVEIRA, Marizangela

O CERCO DA EMPRESA SUZANO NO ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA E NA VILA SUDELÂNDIA: resistência frente ao agronegócio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social – PPGSS, da Universidade Federal do Pará (UFPA) para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Nádia Socorro Fialho Nascimento
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a Maria das Graças Osório P. Lustosa
Examinador (a) 1

Prof^a. Dr^a. Solange Maria Gayoso da Costa
Examinador (a) 2

Apresentado em: 27/08/2014

Conceito: _____

À minha grande família, que com suas histórias fincadas em minha consciência, me ensinou a questionar a realidade e a propor sempre um mundo de possibilidades.

A todos aqueles que acreditam nas possibilidades da emancipação humana e, por isso, constroem conhecimentos e ações fundamentais para que essa possa ser, um dia quem sabe, em breve, a nossa realidade!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela energia de vida que me conduz, pela saúde e persistência para trilhar os caminhos necessários para continuar estudando.

Aos meus pais Diolindo Taveira (*in memoriam*) e Ubiracy Taveira pelo amor incondicional, pelos ensinamentos e pelos exemplos de vida que me fizeram acreditar no ser humano e na construção de uma sociedade emancipada. A vocês ofereço os todos os meus sonhos e conquistas.

Aos meus irmãos e sobrinhos, pela parceria, incentivo e por acreditarem que apesar dos limites, a busca por novos conhecimentos vale a pena. Ao sorriso do Arthur, sinônimo de esperança e renovação em nossa família.

Ao meu marido, Edilton de Sousa, meu amor e porto seguro, meu parceiro na luta pela terra, por ter se tornado “*Pãe*” nesses últimos anos, pela companhia e reflexões em todas as madrugadas de estudo, todo o meu agradecimento!

Aos meus filhos Marcos Davi e Pedro Vicente, razão de toda minha existência, por tantas ausências e pelas indagações que me impulsionam. É por vocês cada passo que dou, é para vocês que sonho construir um mundo melhor!

À minha amiga Valda pela parceria e o cuidado com nossos meninos, criando as condições para que eu pudesse desenvolver meus estudos.

Às minhas companheiras de labuta na docência em Serviço Social, pelo cotidiano compartilhado e pela luta coletiva para estudar e refletir as questões da nossa realidade, com carinho especial a Marlene, Heloísa, Kíria, Perpétua, Zenilda e Vilma.

À minha orientadora, professora Nádia Fialho Nascimento pela orientação segura e profundos conhecimentos sobre a região Amazônica, que possibilitaram a realização de reflexões imprescindíveis a este trabalho.

Ao Promotor do Meio Ambiente, das Promotorias de Justiça de Imperatriz, Jadilson Cirqueira, pela contribuição fundamental à pesquisa documental, sem a qual o estudo realizado ficaria incompleto.

A todos os meus colegas de trabalho na Promotoria de Justiça de Imperatriz, pelo incentivo constante que muito contribuiu para seguir em frente no

mestrado.

Às famílias do assentamento Califórnia e da vila Sudelândia todo meu agradecimento pela história partilhada, pelas informações que me possibilitaram as reflexões deste estudo.

A todos os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pelos ideais defendidos, horizonte permanente em minha história pessoal e coletiva.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA, de forma especial à professora Joana Valente, por toda garra em garantir o mestrado voltado para a realidade da região Amazônica.

As minhas amigas do mestrado pela parceria e reflexões conjuntas, em especial a Laura, Elane e Ana Cláudia pela partilha e aprendizado comum.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram com a minha formação e com ações e reflexões que possibilitaram a realização deste estudo.

Terra nossa, Liberdade

*Malditas sejam todas as cercas!
Malditas todas as propriedades privadas
que nos privam de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis,
Amanhadas por umas poucas mãos
Para ampararem cercas e bois
e fazer a Terra, escrava
e escravos os humanos!
Outra é a Terra nossa,
Homens, todos!
A humana Terra livre irmãos!*

Dom Pedro Casaldáliga

RESUMO

Este trabalho aborda os processos desencadeados sobre assentamentos rurais na Amazônia maranhense a partir da presença de um grande empreendimento do agronegócio. Tem como objetivo geral demonstrar como o processo de adensamento da concentração fundiária naquele território, particularmente a Região Tocantina, a partir da implantação de projetos do agronegócio – Suzano Papel e Celulose –, intensificou os processos históricos de lutas dos trabalhadores rurais. Busca demonstrar ainda as condições de vida e trabalho de dois assentamentos rurais – Califórnia e Vila Sudelândia –, diretamente afetados pela referida empresa e os processos organizativos de resistência daí derivados. Enquanto processos metodológicos foram realizados pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica esteve focada nos processos de concentração fundiária, especialmente a partir do agronegócio como modelo de desenvolvimento no campo brasileiro. Enquanto a pesquisa documental concentrou-se sobre a empresa Suzano, em razão da impossibilidade de acesso aos dados primários da empresa, a pesquisa de campo – através de amostra qualitativa –, focou os assentamentos Califórnia e Vila Sudelândia. Os resultados indicam que a espoliação de terras na Amazônia maranhense no contexto das últimas décadas, especialmente para o uso do agronegócio, a exemplo de outras áreas da Amazônia brasileira, vem adensando o processo de concentração fundiária e, em decorrência, a produção de expressões da “questão social” na região.

Palavras-chave: Concentração de terras. Agronegócio Amazônia maranhense. Assentamentos rurais.

ABSTRACT

This paper discusses the processes brought to rural settlements in the Amazon of Maranhão from the presence of a large agribusiness enterprise. It has the general objective to demonstrate how the process of densification of land concentration in that territory, especially in the Tocantins Area, from the establishment of agribusiness projects – Suzano Papel e Celulose – it has intensified the historical processes of rural workers struggles. It also seeks to demonstrate the conditions of life and work in two rural settlements – California and Vila Sudelândia – directly affected by the mentioned company and the organizational processes of resistance derived. While methodological processes bibliographical, documentary and empirical research were conducted. The literature search was focused in the land concentration processes, especially from the Agribusiness as a development model in the Brazilian countryside. While the documentary research has focused on the SUZANO company , from the impossibility of access to the primary company data, empirical research - through qualitative sample - focused on California and Vila Sudelândia settlements. The results indicate that the spoliation of land in the Amazon of Maranhão in the context of the last decades, especially for the use of agribusiness, the example of other areas of the Brazilian Amazon, come densifying the process of land concentration and, consequently, the production of expressions of "social question" in the region.

Keywords: Lands Concentration. Agribusiness. Amazon of Maranhão. Rural Settlements.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Exportação do Agronegócio	76
Gráfico 2 – Propriedades em módulos rurais	104
Gráfico 3 – Localização das propriedades do Polo Porto Franco	105
Gráfico 4 – Faixa etária dos entrevistados	126
Gráfico 5 – Escolaridade	127
Gráfico 6 – Atividades exercidas nas empresas terceirizadas	138

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Vila Sudelândia	112
Imagem 2 – Croqui da Agrovila Sudelândia	115
Imagem 3 – Vila do Assentamento Califórnia	117
Imagem 4 – Croqui da Vila Califórnia	119
Imagem 5 – Mobilização do dia 8 de março	123
Imagem 6 – Estrada de acesso a Vila Sudelândia	132
Imagem 7 – Biblioteca da escola Antonio de Assis no Assentamento Califórnia	141

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Estrada de Ferro Carajás	91
Mapa 2 – Municípios de localização das propriedades da Suzano	106
Mapa 3 – Mapa do Assentamento Califórnia	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações gerais sobre as lideranças do Assentamento Califórnia ..	129
Quadro 2 – Informações gerais sobre as lideranças da Vila Sudelândia	130

LISTA DE SIGLAS

Alumar	Consórcio de Alumínio do Maranhão
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
Ates	Assessoria Técnica, Ambiental e Social à Reforma Agrária
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Comarco	Companhia Maranhense de Colonização
Coomara	Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região Tocantina
Coopera	Cooperativa dos trabalhadores prestadores de serviço em áreas de reforma agrária
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibra	Instituto Brasileiro de Reforma Agrário
Incra	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
Lumiar	Programa de Assistência Técnica nos Assentamentos Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONGs	Organizações Não Governamentais
P.A	Projeto de Assentamento
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento.
PEA	Projeto de Exploração Anual
PGC	Programa Grande Carajás
PRA	Plano de Recuperação do Assentamento
Procera	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Rima	Relatório de Impacto Ambiental
Sema	Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão
Simasa	Siderúrgica do Maranhão S.A
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA NA SOCIEDADE DO CAPITAL	16
2.1	A constituição da sociedade a partir da relação homem x natureza	16
2.2	A propriedade privada da terra no capitalismo.....	26
3	O AGRONEGÓCIO COMO MODELO DE DESENVOLVIMENTO NO CAMPO BRASILEIRO.....	46
3.1	A grande propriedade de terra no Brasil: base da questão agrária brasileira.....	46
3.2	O Agronegócio como modelo de desenvolvimento no campo brasileiro	63
4	O CERCO DA EMPRESA SUZANO NO ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA E NA VILA SUDELÂNDIA/MA: resistência frente ao agronegócio	85
4.1	A Empresa Suzano na Amazônia Maranhense.....	85
4.2.	As experiências do assentamento Califórnia e da Vila Sudelândia-Ma	109
4.3	Condições de trabalho, organização política e acesso às políticas públicas pelos assentados de Califórnia e Sudelândia/Ma	124
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
	ANEXO I – QUESTIONÁRIO APLICADO AS LIDERANÇAS DO ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA E VILA SUDELÂNDIA	158
	ANEXO II – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADO AS LIDERANÇAS DO ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA E DA AGROVILA SUDELÂNDIA	160
	ANEXO III – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGREGADOS DA VILA SUDELÂNDIA	161

1. INTRODUÇÃO

Este estudo trata da análise das experiências do assentamento Califórnia e da Vila Sudelândia frente ao cerco do agronegócio, aqui representado pela empresa Suzano Papel e Celulose, uma das maiores expressões da expansão do capitalismo na Região Tocantina.

A motivação para realização deste estudo partiu da minha trajetória político-profissional, desenvolvida no seio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As vivências das lutas por terra e por reforma agrária, assim como os intensos debates e estudos no contexto dessa organização política, consolidaram inquietações sobre a expansão do agronegócio na região, culminando com a necessidade de entender os impactos dessa empresa nos assentamentos, cuja trajetória teve-se a oportunidade de acompanhar.

O objetivo deste estudo é analisar o processo de expansão da Suzano na Região Tocantina, com ênfase nos impactos sofridos pelo assentamento Califórnia e pela Vila Sudelândia no que se refere à organização produtiva, política e ao acesso às políticas públicas.

É nesse sentido que este estudo pretende ser uma contribuição aos sujeitos que constroem coletivamente a história do assentamento Califórnia e da Vila Sudelândia, os quais, em meio ao confronto permanente com os problemas causados pelo avanço do agronegócio, resistem para garantir sua permanência na terra.

As reflexões desenvolvidas partem da centralidade da natureza e, de forma específica a terra para a existência humana, suas potencialidades no sentido de garantir as condições de reprodução material necessárias para a sobrevivência do homem.

Nesse sentido, a história das sociedades é também a história da forma como os homens foram se apropriando da terra e nela desenvolveram diversos processos produtivos, estabelecendo estratégias para dominar os recursos naturais e sociais, num processo histórico que culmina com a consolidação do modo de produção capitalista.

O agronegócio é a maior expressão da expansão capitalista no campo brasileiro, sendo assumido pelas classes dominantes como a única perspectiva de

desenvolvimento rural. No entanto, ele tem seus fundamentos na concentração fundiária e na degradação humana e ambiental.

A síntese histórica do agronegócio é a continuidade da concentração de riquezas e da desigualdade social peculiares ao desenvolvimento do modo capitalista de produção.

De acordo com Campos (2011), a correlação entre os setores do capital e do Estado denuncia “a existência de uma “tríplice aliança” (latifúndio-agronegócio-Estado) que contribui para a perpetuação da pobreza, criando condições técnicas, políticas e socioeconômicas para o aumento da concentração de riquezas. (p.16).

Essa aliança é verificada em diversos aspectos, mas principalmente no acesso a financiamentos estatais e no uso intensivo de recursos naturais sem a devida regulamentação. Na realidade da região estudada essa aliança tem raízes históricas e o agronegócio tem como seu principal suporte a articulação política e econômica com o Estado, que assumiu a propagação dos ideais de desenvolvimento regional baseado na expansão da monocultura do eucalipto.

A esse respeito Garzon (2010) considera que

Financiar a privatização e promover a desregulamentação de recursos e setores estratégicos significa amortecer as nervuras sociais de uma coletividade, significa minar a capacidade de planejar as políticas públicas com foco na universalidade dos direitos e no controle social. (p. 86).

A Região Tocantina se insere na área de abrangência dos grandes projetos que caracterizam a expansão do capital para a Região Amazônica, quais sejam: o Programa Grande Carajás, com foco nos projetos minero-metalúrgicos da empresa Vale, no polo siderúrgico de Açailândia e na estrutura construída para escoar a produção, a Estrada de Ferro Carajás; o polo produtor de soja na Região Sul do estado; a hidrelétrica de Estreito e os empreendimentos da produção de eucalipto.

A empresa Suzano vem se territorializando na Região Tocantina desde 1999 quando comprou o ativo florestal da Vale. Desde então a empresa vem adquirindo novas propriedades, realizando arrendamentos e seu projeto de fomento que é efetuado através de contratos com produtores que passam a produzir eucalipto, tendo como objetivo o fornecimento da madeira para a fábrica de celulose, instalada em Imperatriz desde o início do ano de 2014.

A Região Tocantina é também um território de expansão da luta pela terra. Ao longo da década de 1990 vários assentamentos foram conquistados pelo MST e por outros movimentos sociais. Dentre eles estão o assentamento Califórnia e Açaí,

onde fica localizada a Vila Sudelândia, onde a pesquisa de campo foi realizada.

A história desses assentamentos tem sua gênese na mesma ocupação da fazenda Califórnia em 1996, organizada pelo MST a partir do trabalho de base feito pelos militantes na região de Imperatriz e Açailândia. O acampamento durou três meses e gerou várias negociações para que os assentamentos fossem legalizados.

O estudo teórico centrou-se principalmente na questão da terra e seus processos de apropriação, na concentração fundiária, na questão agrária, no agronegócio, a partir de uma fundamentação marxista.

Realizou-se pesquisa documental através das solicitações de Licenciamento Ambiental, no Estudo de Impacto Ambiental da empresa e projeto de manejo florestal. Só foi possível ter acesso a essa documentação pela autorização do Ministério Público Estadual, de forma específica, através da Promotoria do Meio Ambiente, que recebe toda documentação que é encaminhada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema).

Através dessa documentação foi possível identificar grande parte das propriedades da Suzano, o que nos possibilitou dimensionar, embora de forma limitada, a concentração fundiária realizada pela empresa.

A pesquisa de campo foi realizada em maio e junho de 2014 no assentamento Califórnia e na vila Sudelândia. A opção metodológica por esses assentamentos se deu em função das suas terras fazerem divisa com grandes extensões de terras plantadas com eucalipto. Essas terras pertencem à Suzano e vêm trazendo várias consequências negativas para o cotidiano das famílias assentadas.

A pesquisa empírica de cunho qualitativo foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com seis lideranças de Califórnia e cinco da Vila Sudelândia. A escolha das lideranças atendeu ao critério da participação ativa na organização das associações locais, que atualmente direcionam o processo organizativo desses assentamentos.

Além das entrevistas com as lideranças, optou-se pela aplicação de 50 questionários junto às famílias agregadas da vila Sudelândia, levando em consideração que ali residem 460 famílias que não são cadastradas junto ao Incra, e, em decorrência, não têm acesso a nenhum dos benefícios de um assentamento de reforma agrária.

Sabe-se que a presença cotidiana dessa quantidade de famílias vem dando contornos diferenciados ao cotidiano da Vila, além de que, um número considerável

dessas famílias tem trabalhadores contratados pelas empresas da Suzano e passam pelos processos de precarização do trabalho que são comuns nas grandes empresas

O estudo está organizado a partir de três capítulos. No primeiro fundamenta-se a relação do homem com a natureza e o desenvolvimento histórico de apropriação da terra, culminando com a relação entre a propriedade da terra na sociedade capitalista, como um fundamento essencial para entender o próprio desenvolvimento da sociedade do capital.

No segundo capítulo discorre-se sobre a expansão do agronegócio no Brasil e as transformações no campo. A análise realizada resgata a história da colonização e sua configuração societária a partir da economia agroexportadora, baseada na grande propriedade produtora de monoculturas.

A modernização conservadora como perspectiva de desenvolvimento para o campo dá continuidade ao processo de exploração e expropriação dos produtores diretos que são alijados da riqueza produzida socialmente e, em diferentes períodos históricos, vão sendo expulsos da terra para dar lugar às elites dominantes. Na atualidade esse processo assume o discurso da modernidade sob as bases arcaicas da concentração fundiária.

De acordo com Lustosa (2012)

(...) vimos que uma das particularidades do capitalismo agrário na formação social brasileira é ter a propriedade da terra como um forte indicador no entendimento sobre a constituição das classes sociais as formas de regulação e controle que exerce o capital em suas relações com o Estado, moldes históricos construídos entre essas esferas e as elites fundiárias do país. (LUSTOSA, 2012, p. 249).

Nó último capítulo analisamos o cerco da empresa Suzano ao assentamento Califórnia e à Vila Sudelândia. A partir do resgate dessas diferentes histórias, identificam-se as interfaces dessa relação entre os assentamentos e o agronegócio, assim como dá-se ênfase às condições de vida e de organização política e produtiva, e de acesso a políticas públicas por parte dos sujeitos dos assentamentos.

Considera-se que as famílias assentadas e agregadas sofrem inúmeros impactos em função do empreendimento da Suzano, tendo em vista a dimensão territorial das plantações de eucalipto e das relações políticas e econômicas estabelecidas na região. Os desdobramentos desse cerco aos assentamentos ainda estão em curso, são passíveis de muitas transformações, e os assentados começam

a dar sinais de que vão reagir aos problemas que vêm sofrendo e o fazem da única forma que está ao seu alcance, que é a luta política. Desde o mês de julho deste ano iniciaram mobilização para garantia de melhores condições para permanecer nos assentamentos.

A história se encarregará de dar novos contornos a essa realidade; a ofensiva do capital é constante, e a empresa segue suas atividades a partir de discursos e promessas, ignorando as inúmeras necessidades das famílias que estão à margem das suas terras.

Os sujeitos dos assentamentos também seguem trabalhando a terra conquistada, e é para eles que as reflexões aqui desenvolvidas são direcionadas, pretendendo ser uma contribuição à construção do pensamento crítico necessário em todo processo de transformação.

2. A PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA NA SOCIEDADE DO CAPITAL

2.1. A constituição da sociedade a partir da relação homem x natureza

A análise da forma como os homens produzem as condições para sua sobrevivência, ao longo da história, possibilita o entendimento da relação entre os homens e a natureza, e da construção de relações sociais complexas que explicam, na essência, a produção da realidade.

Este é um ponto de partida para refletir uma questão atual, embora enraizada nos primórdios da organização das sociedades, que é o processo de concentração de terras, a exploração das riquezas naturais, a exploração do homem e a expropriação deste da possibilidade de garantir sua sobrevivência.

O homem é um animal social, conforme denomina Marx (1986), pois precisa da natureza para se alimentar, respirar e estabelecer relações. Distingue-se dos outros animais porque não responde instintivamente às atividades determinadas

pela natureza, mas é capaz de uma prévia ideação ao antecipar idealmente o resultado da sua ação, fato que o torna capaz de realizar as ações previstas.

A capacidade que o homem tem de estabelecer finalidades é que lhe permite realizá-las. Através da antecipação de determinada atividade, é possível ao homem o desenvolvimento de habilidades que modificam a ele e a natureza por meio do trabalho.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2013, p. 255).

É na capacidade de transformar a natureza que o homem, pela mediação do trabalho, constrói as condições para sua reprodução social, e ao garantir as condições materiais para reproduzir sua existência, realiza processos sociais que são passíveis de transformação, pois são frutos da ação humana.

Foi através do trabalho que grupos de primatas se transformaram em grupos humanos, foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal. Ou se quiser: o trabalho é fundante do ser social, precisamente porque é do ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade). (NETTO; BRAZ, 2007, p. 37).

Ao relacionarem-se com a natureza, os homens encontram estratégias para conseguir extrair dela as condições para sua sobrevivência material e, dessa forma, satisfazem suas necessidades com a alimentação e com a segurança. Ao elaborarem técnicas específicas para extrair da natureza os elementos necessários, para sobreviver, os homens constroem relações antes inexistentes na natureza.

No processo de transformação da natureza os homens também vão sendo transformados, distanciam-se do puro instinto de sobrevivência interagindo com outros homens e, dessa forma, consolidam relações que configuram o modo de existir do ser social e marcam o surgimento das sociedades.

É essa propriedade do trabalho – ser um tipo de reação ao ambiente

que produz algo ontologicamente antes existente, algo novo – que lhe possibilita destacar os homens da natureza. Em outras palavras, é a capacidade essencial de, pelo trabalho, os homens construir um ambiente e uma história cada vez mais determinada pelos atos humanos e cada vez menos determinadas pelas leis naturais, que constitui o fundamento ontológico da gênese do ser social. (LESSA, 2012, p. 81).

O ser social é um ser capaz de liberdade, de consciência da sua realidade, é parte da natureza, mas se tornou algo diverso dela à medida que foi se transformando a partir da sua atividade, que é o trabalho. Ao exercer o trabalho, os homens produzem a si mesmos como seres que interagem uns com os outros, como seres sociais que constroem a sua história.

O ser social constitui-se na história, segundo Netto e Braz (2007, p. 38). “A história aparece como a história do desenvolvimento do ser social, como processo de humanização, como processo da produção da humanidade através da sua autoatividade; o desenvolvimento histórico é o desenvolvimento do ser social.”

Levando em consideração que é na relação com a natureza, pelo trabalho, que o ser social encontra as condições para o seu desenvolvimento, vale destacar o papel da terra na produção da existência humana, já que é na relação com ela, fonte essencial de recursos naturais, que os homens encontram as condições necessárias para garantir sua sobrevivência. A terra é a grande provedora das necessidades humanas, é fonte de alimentos, de minerais, de abrigo e de um conjunto de riquezas, que apropriadas pelos homens possibilitam a construção de relações sociais, da cultura, enfim, da interação com outros seres humanos, o que constrói a própria sociabilidade humana.

A relação do homem com a terra é mediada pela forma como este se apropria dela para garantir sua sobrevivência. Ao apropriar-se da terra o homem desenvolve habilidades, técnicas para produção de alimentos, ferramentas que lhe possibilitam garantir maior produtividade do solo, produzindo mais do que o necessário para sua sobrevivência imediata. Ao produzir excedente, o ser humano reconfigura as relações que estabelece com outros homens e com a natureza.

A principal transformação, porém, residiu no fato de, nessas comunidades, os resultados da ação do homem sobre a natureza permitirem uma produção de bens que ultrapassava as necessidades imediatas de sobrevivência de seus membros. Os progressos no processo de trabalho (as habilidades adquiridas pelos homens, o

aperfeiçoamento dos seus instrumentos, o conhecimento menos precário da natureza etc.) tornaram-no mais produtivo: dele provinham mais bens que os imediatamente necessários à manutenção do grupo. Numa palavra, estava surgindo o excedente econômico. (BRAZ; NETTO, 2007, p. 57).

A produção do excedente traz diversas mudanças na relação entre os homens, pois à medida que surge a possibilidade de acumulação e exploração, há mudanças significativas também na relação estabelecida com a terra. Ao aprimorar sua capacidade de produzir na terra, os homens vão desenvolvendo novas técnicas na agricultura e o essencial para que isso aconteça é o fato de irem tomando posse de determinadas parcelas do solo, estabelecendo formas de propriedade.

Para Marx (1986), a propriedade significa a forma como o homem encara suas condições naturais de produção; é nessa relação que ele interage com a terra por meio do uso de técnicas e, nesse processo, avança na transformação da natureza e das relações que o cercam.

Retirar algo da natureza, ou determinar um tipo de uso para alguma parte da natureza (inclusive o próprio corpo) pode ser considerado e é o que acontece na linguagem comum, uma apropriação, que é, pois, originalmente, apenas um aspecto do trabalho. Isto se expressa no conceito de propriedade. (MARX, 1986, p. 16).

O que define a ocupação de parte do solo, com o objetivo de garantir a produção da existência material, é a relação de propriedade, expressa na forma como o trabalhador se relaciona com as condições objetivas de trabalho, condições que são propiciadas pela natureza. Essas riquezas estão além do próprio solo, por sua apropriação propiciar meios de trabalho, sendo a terra, também, considerada um meio de trabalho universal, pois é dela que são extraídos muitos dos objetos de trabalho utilizados pelo homem.

Do mesmo modo como a terra é seu armazém original de meios de subsistência, ela é também seu arsenal originário de meios de trabalho. Ela lhe fornece, por exemplo, a pedra, para que ele a arremesse, ou a use para moer, comprimir, cortar etc. A própria terra é um meio de trabalho, mas pressupõe, para servir como tal na agricultura, toda uma série de outros meios de trabalho e um grau relativamente alto de desenvolvimento da força de trabalho. (MARX, 2013, p. 257).

Em várias formas de organização social, a propriedade da terra e a agricultura aparecem como parte da ordem econômica, pela qual o homem garante a sua existência enquanto membro de uma comunidade. Com a propriedade da terra estão

garantidas as condições objetivas do seu trabalho e a própria constituição de determinadas comunidades. Marx (1986, p. 78) afirma ainda que “a relação com a terra, como propriedade, nasce de sua ocupação, pacífica ou violenta, pela tribo, pela comunidade em forma mais ou menos primitiva ou já historicamente desenvolvida”.

É necessário, então, entender o desenrolar histórico das diversas formas de propriedade, que possui intrínseca relação com o desenvolvimento da divisão do trabalho, assim como, a sua transformação, que tem como consequência a dissolução da propriedade comunal, onde o homem deixa de ser o proprietário da terra e das condições para garantir sua reprodução.

As diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho significam outras tantas formas diferentes da propriedade; quer dizer, cada nova fase da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho. (MARX, 2007, p. 89).

Segundo Marx (1986), nas comunidades primitivas tem-se a relação do homem com a natureza como uma unidade natural, por meio da qual se desenvolve a família, a tribo, como extensão da família, e a formação da comunidade. A primeira forma de propriedade é definida por ele como propriedade tribal.

Ela corresponde à fase não desenvolvida da produção, em que um povo se alimenta da caça e da pesca, da criação de gado ou, no máximo da agricultura. Neste último caso, a propriedade tribal pressupõe uma grande quantidade de terras incultas. Nesta fase, a divisão do trabalho é, ainda, bem pouco desenvolvida e se limita a uma maior extensão da divisão natural do trabalho que já existia na família: os chefes patriarcais da tribo, abaixo deles os membros da tribo e, por fim, os escravos. (MARX, 2007, p. 90).

A segunda forma de propriedade definida por Marx (2007) é a propriedade estatal, ou comunal da antiguidade, onde se formam as primeiras cidades e as relações de produção são mais complexas e onde as guerras são constantes para a conquista de novos territórios e de escravos. A comunidade continua sendo a base das relações sociais, mas passa por transformações substanciais que giram em torno da cidade. Segundo Marx (2007, p. 90), essa forma de propriedade “resulta da unificação de mais de uma tribo na *cidade*, por meio de contrato ou conquista, e na qual a escravidão continua a existir”.

Um exemplo dessa forma de propriedade é a comunidade greco-romana,

onde a cidade é o eixo das relações econômicas e políticas, a terra cultivada é uma extensão da cidade, é território da cidade. A comunidade é organizada militarmente, tanto para proteção como para garantia das condições de sua reprodução material e a proximidade das moradias é essencial para essa organização.

A comunidade – como um Estado – passa a ser, por um lado, a relação recíproca entre estes proprietários privados livres e iguais, sua aliança contra o mundo exterior e, ao mesmo tempo, sua garantia. A comunidade baseia-se, aí, no fato de seus membros serem trabalhadores proprietários, pequenos camponeses que cultivam a terra; mas, igualmente, a independência destes consiste em seu mútuo relacionamento como integrantes da comunidade, na defesa do *ager publicus* (terra comum) para as necessidades comuns, para a glória comum etc. Ser membro da comunidade continua sendo condição prévia para apropriação da terra, mas, na qualidade de membro da comunidade, o indivíduo é um proprietário privado. (MARX, 1986, p. 70).

Engels (1997) faz uma ampla análise da origem da família, da formação das gens, das tribos e das diversas relações que vão da convivência primitiva entre os seres humanos até a formação do Estado, tendo como base dessa reflexão a produção de excedente, que determinará o desenvolvimento da família e do trabalho. A produção da riqueza é analisada a partir da influência do desenvolvimento dos laços de parentesco sobre o regime social e sobre a produtividade do próprio trabalho.

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção e a reprodução do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro. (ENGELS, 1997, p. 2).

Assim, como Marx, Engels enfatiza o papel do trabalho na reprodução do homem e da própria sociedade, discorrendo sobre como o desenvolvimento das relações de parentesco evoluem possibilitando as trocas, as propriedades privadas e todo um conjunto de contradições que fraturam as organizações sociais primitivas e edificam os antagonismos de classe. É nesse sentido, também, que analisa a origem da família monogâmica, a partir de condições econômicas, que representam para ele “o triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada

espontaneamente”. (ENGELS, 1997, p. 70).

Segundo a análise do referido autor, o cultivo individual da terra é que propicia a propriedade individual do solo, que garante poder e riqueza suficiente para definir direitos e deveres perante o Estado, ou seja, quanto maior a quantidade de terras que possuíam, maiores seriam os deveres e direitos dos cidadãos.

Ao lado da riqueza em mercadorias e escravos, ao lado da riqueza em dinheiro, apareceu a riqueza em terras. A posse de parcelas do solo, concedida primitivamente pelas gens ou pela tribo aos indivíduos, fortalecera-se a tal ponto que a terra já podia ser transmitida por herança. (ENGELS, 1997, p. 187).

A posse integral das terras permitia ao proprietário fazer dela o que quisesse, inclusive vendê-la, e a terra foi, então, transformada em mercadoria, apesar de não ser produzida pelo trabalho. A propriedade tornou-se livre, à medida que foi possível dispor da terra sem ter que obedecer a regras da comunidade, suplantando-se assim a propriedade comunal.

Nesse processo, quebraram-se os vínculos que ligavam o homem a determinada comunidade e a regras sociais do território ocupado por essa comunidade; seus direitos e deveres poderiam ser exercidos onde estivesse estabelecido, pois estes derivavam principalmente da propriedade das terras; seus direitos e deveres estavam relacionados à quantidade de terras que possuía.

A concepção de direitos e deveres remete à ideia do Estado, que nasce imbricado nas contradições vivenciadas no seio da sociedade gentilícia. Como instituição que surge para administrar os conflitos de classes, o Estado tem relação direta com a conquista de novos territórios, estabelecendo regras necessárias para seu controle sobre eles e para garantir os interesses dominantes, estabelecendo a divisão territorial e a criação de órgãos que garantam a força pública.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora pra dentro; tampouco é a “realização da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que estes antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes, não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a

amortecer o choque e a mantê-lo dentro da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 1997, p. 191).

As transformações pelas quais os homens passam, até chegar a esse estágio do desenvolvimento humano, produzem novas relações sociais. A capacidade de desenvolver técnicas, que lhes permitem interferir na natureza retirando dela o seu sustento, se apropriando da terra e das inúmeras riquezas derivadas dela, e suas relações familiares e comunitárias, avançam até o ponto em que dependem de decisões externas para conviver com os outros seres humanos, ou seja, a sua relação familiar, de trabalho e de propriedade passam a ser uma relação com o Estado. Assim, surge a necessidade histórica do Estado.

O Estado, essa violência organizada, surgiu como algo inevitável numa determinada fase do desenvolvimento da sociedade, quando esta, dividida em classes inconciliáveis, não teria podido subsistir sem um ‘poder’ aparentemente colocado acima dela e diferenciado até certo ponto dela. Nascido dos antagonismos de classe, o Estado torna-se o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, a qual, por meio dele, se torna também a classe politicamente dominante e adquire assim, novos meios para reprimir e explorar a classe oprimida. (LENIN, 1986, p. 23).

O poder do Estado, capitaneado pelas forças dominantes, teve papel fundamental na dissolução dos antigos costumes, no avanço das guerras, das conquistas de novos territórios e, com eles também, na escravidão dos povos dominados. Interferiu, diretamente, nas transformações ocorridas na configuração das famílias e na forma como as regras sociais foram sendo modificadas, assim como no desenvolvimento das formas de propriedade.

A monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem estar e o desenvolvimento de uns se verificam à custa da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade. (ENGELS, 1997, p. 71).

O desenvolvimento das forças produtivas é impulsionado pelo surgimento do excedente econômico, que possibilitou a existência de processos diferenciados de exploração dos produtores diretos. Segundo Braz e Netto é a possibilidade de o homem produzir excedente, que torna compensador escravizá-lo e explorá-lo.

O escravismo, com todos os seus horrores, significou, em relação à comunidade primitiva, um passo adiante na história da humanidade: introduzindo a propriedade privada dos meios fundamentais de produção e exploração do homem pelo homem, diversificou a produção de bens e, com o incremento da produção de mercadorias (produção mercantil), estimulou o comércio entre distintas sociedades. Nesse modo de produção, o trabalho era realizado sob coerção aberta e o excedente produzido pelo produtor direto (o escravo) lhe era subtraído mediante a violência, real e potencial. (2007, p. 66-67).

Essas contradições e antagonismos assinalados marcam, também, a forma de propriedade feudal, em que a propriedade da terra constitui o fundamento da estrutura social e a relação com ela tem como base o domínio do senhor feudal que lhe garante o controle sobre vastos territórios e manter subjugados seus servos.

A propriedade feudal, tal como a propriedade comunal e tribal, baseia-se igualmente numa comunidade em que não são mais os escravos, como para os antigos, mas sim os pequenos camponeses servos da gleba que formam a classe imediatamente produtora. Simultaneamente à formação completa do feudalismo, surge também a oposição às cidades. A estrutura hierárquica da posse da terra e a vassalagem armada ligada a essa estrutura davam à nobreza o poder sobre os servos. (MARX, 2007, p. 91).

A economia da sociedade feudal era centrada no trato da terra, os feudos eram a unidade econômica do feudalismo e sua extensão territorial era variada. O domínio do senhor da terra lhe possibilitava exercer a violência e administrar o que, sob a sua ótica, considerava justiça. Todo o excedente agrícola, produzido individualmente pelos camponeses, era apropriado pelos senhores feudais.

A condição servil dos camponeses era muito distinta da condição do escravo – embora duramente explorados (não só pelo dever do trabalho nas terras do senhor, mas ainda por inúmeros tributos, inclusive o dízimo recolhido pela Igreja), dispunham de instrumentos de trabalho e retiravam seu sustento do que produziam nas glebas e nas terras comunais. A economia do feudalismo era essencialmente rural e autárquica: cada feudo compunha-se de uma área de terra de extensão variável, envolvendo uma ou mais aldeias, e sua produção era destinada especialmente ao autoconsumo. À diferença da relação que o escravo mantinha com o seu proprietário, a relação entre o servo e o senhor feudal implicava formalmente uma série de compromissos mútuos. (BRAZ; NETTO, 2007, p. 69).

A propriedade da terra e o trabalho servil constituíram os alicerces da sociedade feudal, enquanto o servo trabalhava na terra e ficava somente com o necessário para sua sobrevivência, o senhor feudal acumulava a riqueza produzida.

Ao se apropriar do excedente produzido pelos servos, o senhor feudal detinha imensos poderes em toda a extensão do feudo sob o seu domínio, tendo, inclusive, que impor ao servo o compromisso de permanecer na terra, de acordo com as condições estabelecidas por ele.

A propriedade feudal comporta uma relação entre a terra e os seres humanos. O senhor usa o nome da terra e a terra, com ele se personaliza. O servo é o acessório da terra, mas o herdeiro (o filho mais velho do senhor) pertence também à terra, pátria local, singularmente limitada, que contém a família senhorial, a casa senhorial, a linhagem e a vassalagem e sua história. As relações entre o feudal, de um lado, e os que dependem dele, são transparentes. Nada de intermediário obscuro, como o dinheiro. (LEFEBVRE, 1999, p. 32).

A sociedade feudal era permeada pela contradição histórica entre os produtores diretos e aqueles que se apropriavam da riqueza, fato gerador de conflitos, que somados à expansão do comércio, à organização dos camponeses e às mudanças na propriedade fundiária, dentre outros fatores, geraram as condições históricas para o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Wood (2001) analisa as condições históricas em que se deu a transição do feudalismo para o capitalismo, fazendo uma crítica à associação do capitalismo com o desenvolvimento das cidades e do comércio, principalmente, na tendência de naturalizar o seu surgimento, desconsiderando as singularidades dessa formação social.

Suas reflexões abordam a primazia do mercado na reprodução do capital tendo em vista que na sociedade capitalista, tudo é mercadoria produzida para o mercado, numa relação de dependência que envolve o capital e o trabalho. É a partir dessa fundamentação que Wood (2001), aborda as origens agrárias do capitalismo.

Essa dependência do mercado confere a este um papel sem precedentes nas sociedades capitalistas, não apenas como um simples mecanismo de troca ou distribuição, mas como o determinante e regulador principal da reprodução social. A emergência do mercado como determinante da reprodução pressupôs sua penetração na produção da necessidade mais básica da vida: o alimento. (WOOD, 2001, p. 78).

Conforme o pensamento de Wood (2001), a realidade agrária da Inglaterra foi uma demonstração de como a competição do mercado foi transformando a agricultura, aumentando sua competitividade e produtividade. Os produtores que

prosperavam aumentavam suas propriedades na mesma proporção em que a terra era concentrada.

O resultado desse processo foi um setor agrário mais competitivo, com a formação de uma classe de proprietários que construiu suas riquezas a partir de formas puramente econômicas de exploração. É nesse contexto que adquire sentido a análise da autora sobre os cercamentos das terras na Inglaterra e a lógica dos melhoramentos, relacionando a produtividade da terra com o lucro.

Sob essa lógica dos melhoramentos, a terra tinha que ter um uso produtivo e lucrativo e, para isso, era necessário eliminar os direitos de acesso às terras comunais, para que não houvesse obstáculos para a acumulação capitalista. De acordo com Wood, essa questão foi um marco na redefinição dos direitos de propriedade e na consolidação do capitalismo agrário.

2.2. A propriedade privada da terra no capitalismo

A origem do capitalismo está ligada a um processo amplo de modificações econômicas e sociais, datadas historicamente e fundamentadas principalmente num processo que retira do trabalhador a propriedade dos seus meios de trabalho, convertendo os produtores diretos em trabalhadores assalariados. Em substituição à servidão do sistema feudal, tem-se a exploração da força de trabalho, na qual os homens tornam-se “livres” da servidão e do acesso aos meios para produção da sua subsistência, mas, na verdade, a liberdade que passa a vigorar é a possibilidade de vender sua força de trabalho no mercado capitalista.

A história da expropriação sofrida pelos trabalhadores, no processo que produziu o trabalho assalariado, tem relação direta com a produção na terra e com a propriedade fundiária. O produtor direto é usurpado de suas terras e dos meios de trabalho e é expulso, violentamente, das suas condições habituais de existência, que constituem a base de organização da sua vida econômica e social. A compreensão desse processo passa pelo entendimento do significado que tem a terra, como condição de trabalho e garantia da sobrevivência do homem, neste contexto histórico.

A terra – primitivo campo de emprego de trabalho, reino das forças naturais, arsenal de todos os objetos de trabalho preexistentes – e os meios de produção produzidos (instrumentos, matérias primas etc.) por participarem no processo de produção, tem de encontrar a expressão aparente dessa participação, nas respectivas partes que lhe cabem, como capital e como propriedade fundiária. (MARX, 2008, p. 1089).

Ao analisar esse contexto histórico, Marx afirma que a base do modo de produção capitalista “é a propriedade privada do solo; ela implica a expropriação dos produtores imediatos: a propriedade privada do solo para uns tem como consequência necessária que ela não exista para os demais.” (2008, p. 169).

Segundo Marx, a expropriação daqueles produtores imediatos garante o monopólio da terra e esta é uma condição histórica, que acompanha todo o desenvolvimento do capitalismo, assim como, de todos os modos de produção que se baseiam na exploração de uma classe sobre outra. “Para o produtor imediato, a posse da terra se patenteia numa das condições de produção, a propriedade da terra, a condição mais vantajosa.” (MARX, 2008, p. 823).

É nesse sentido, que se torna essencial a monopolização da terra e das possibilidades de obter dela um conjunto de riquezas, extraídas pelo trabalho. Conforme Marx (2008, p. 824), “A propriedade fundiária supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privadas da sua vontade particular, com exclusão de todas as demais vontades.” Dessa forma, a terra é submetida à vontade particular de seu proprietário independentemente da necessidade das massas que dela precisam para sobreviver.

O modo capitalista de produção gera, entre outros, os seguintes resultados importantes: transforma a agricultura, que deixa os processos da fração menos evoluída da sociedade puramente empíricos e prisioneiros da tradição, e passa a aplicar, de maneira consciente e científica, a agronomia, desde que essa transformação seja possível nas condições da propriedade privada; dissocia por completo a propriedade fundiária das relações senhoriais e de sujeição, e ainda separa de todo a terra como condição de trabalho, da propriedade fundiária e do proprietário, para quem a terra nada mais representa que um tributo em dinheiro. (MARX, 2008, p. 827).

A terra se transforma em propriedade fundiária, em terra monopolizada que permite a concentração de riquezas, e adquire preço pela expectativa de renda que gera: seu preço é uma renda antecipada, na medida em que sua venda incorpora o capital investido nela, a qualidade do solo e a expectativa de produtividade.

Segundo Marx (2008), o preço da terra é calculado de acordo com as rendas anuais, estando sujeito às variações da renda fundiária em cada contexto econômico. A propriedade da terra garante uma expectativa de renda, é alvo de disputas políticas e econômicas e é espaço onde se definem poderes. A renda da terra, que realiza e valoriza a propriedade, “se configura em determinada quantia que o proprietário do solo recebe anualmente pelo arrendamento de um pedaço do globo terrestre.” (MARX, 2008, p. 832).

A separação da terra das relações senhoriais e o monopólio da propriedade da terra são condições para que o proprietário possa arrecadar a renda da terra. Dessa forma é que a propriedade fundiária se realiza economicamente e os investimentos feitos pelo arrendatário são incorporados pelo proprietário, valorizando o preço da terra.

Sendo a terra um fator natural, sem valor porque não é o resultado do trabalho humano, teoricamente não deveria ter preço. Mas antes do advento do capitalismo, nos países europeus, o uso da terra estava sujeito a um tributo, ao pagamento de renda em trabalho, em espécie ou em dinheiro. Essas eram formas pré-capitalistas de renda decorrentes unicamente do fato de que algumas pessoas tinham o monopólio da terra, cuja utilização ficava sujeita a um tributo. (MARTINS, 2010, p. 36).

No modo de produção capitalista, o pagamento da renda da terra é resultado de investimentos feitos pelo capitalista na agricultura. A quantia determinada para a renda da terra obedece a prazos específicos, estabelecidos pelo seu proprietário, podendo ser prorrogado o período do arrendamento, obedecendo aos interesses do proprietário da terra.

Ao fazer novo contrato de arrendamento, o proprietário acrescenta à renda fundiária propriamente dita o juro pelo capital incorporado à terra, aluga-a ao arrendatário que fez as melhorias ou a outro. Assim cresce sua renda, ou o valor da terra fica aumentado no caso de querer vendê-la, e logo veremos como se determina seu preço. Vende, além da terra, o solo melhorado, o capital incorporado à terra e que nada lhe custou. Aí está um dos segredos – se abstrairmos do movimento da renda fundiária propriamente dita – do enriquecimento ascendente dos proprietários das terras, do aumento contínuo de suas rendas e do valor monetário crescente de suas propriedades com o progresso do desenvolvimento econômico. (MARX, 2008, p. 829).

Marx (2008) afirma, ainda, que toda renda fundiária, quantia em dinheiro paga ao proprietário da terra, é mais-valia, porque é fruto do trabalho excedente, é sempre

gerada por quem produz diretamente na terra e é apropriada por quem tem a propriedade dela. No entanto, o trabalho na terra tem um diferencial, pois para que os produtores possam executar o trabalho agrícola excedente é necessário que existam determinadas condições naturais. De acordo com Marx, “o trabalho agrícola no sentido econômico mais amplo, tem de possuir rendimento bastante para que a totalidade do tempo de trabalho disponível não se absorva na produção de alimentos.” (2008, p. 846).

Marx afirma que a produção de alimentos, tanto a que garante o necessário para reprodução material dos seus produtores diretos, quanto a produção de excedente, deve ser suficiente para alimentar toda a sociedade, inclusive aqueles que não exercem atividades agrícolas, o que permite a divisão de trabalho entre agricultores e trabalhadores da indústria.

A característica peculiar consiste em que, com as condições em que os produtos agrícolas se desenvolvem como valores (mercadorias) e com as condições em que se realizam esses valores, desenvolve-se o poder do proprietário fundiário de apropriar-se de porção crescente desses valores criados sem interferência dele, e porção crescente da mais-valia se transforma em renda fundiária. (MARX, 2008, p. 851).

Ao monopolizar determinada quantidade de terra, o capitalista monopoliza, também, o uso das forças da natureza¹ que potencializam a produção, pois ele não precisou investir capital para fabricar essas condições das quais, agora, se apropria. A propriedade da terra garante que ele consiga um lucro extra, por poder dispor dessas forças naturais, e parte desse lucro se transforma em renda fundiária, caso o capitalista não seja o dono da terra.

A renda do solo que o capitalista agrícola paga ao latifundiário deve ter a sua fonte num lucro extraordinário, acima da média que esse capitalista recebe, de contrário, se tivesse de sacrificar-lhe parte de seu lucro médio, não investiria na agricultura. Num regime de livre concorrência como o que aqui supomos, trataria de investir em qualquer outro ramo onde pudesse obter, integralmente, o lucro médio. (GONZÁLEZ, 1977, p. 189).

A renda da terra pode ser diferencial e absoluta; a primeira depende da

¹ Fialho Nascimento (2006) faz referência ao pensamento de Leal (s/d) sobre o que ele considera trabalho da natureza, “[ele] refere que a natureza tem a faculdade de pôr à disposição do trabalho produtivo tanto os materiais necessários à produção, como também os meios de subsistência, cujo consumo permite ao trabalhador dispor da energia necessária para realizar trabalho. A esta faculdade excepcional que a natureza tem de também fornecer a energia necessária ao próprio homem, como sede do trabalho, Leal chama de trabalho da natureza, o qual explica o saque das sociedades citadas, especialmente, a partir da crise capitalista contemporânea”. (p. 60).

fertilidade e da localização da terra, sendo denominada por Marx (2008) de renda diferencial I e II. Para ele, o aspecto da localização pode variar, na medida em que os capitalistas podem estabelecer estratégias para diminuir as dificuldades impostas pelas distâncias geográficas, já a questão da fertilidade do solo tem uma interferência específica na definição da renda.

A classificação das terras em piores ou melhores, leva em consideração a fertilidade natural dos solos e, também, a sua situação geográfica em relação aos mercados. Uma terra cuja fertilidade natural é superior às outras, pode tornar-se pior, pois, caso o seu afastamento do mercado seja maior tendo em vista a dificuldade de acesso ao mercado, demanda ao capitalista um maior investimento com transporte, aumentando os custos da produção e da comercialização dos produtos.

Todas essas influências sobre a fertilidade diferencial das diversas terras se reduzem a isto: para a fertilidade econômica, o nível da produtividade do trabalho (aqui a capacidade da agricultura de tornar imediatamente explorável a fertilidade natural do solo, capacidade que varia nos diferentes estágios de desenvolvimento) constitui fator da chamada fertilidade natural do solo tanto quanto a composição química e as outras qualidades naturais dele. (MARX, 2008, p. 870).

A renda diferencial, em cada etapa do desenvolvimento da agricultura, deverá levar em conta a fertilidade natural de cada solo e a aplicação de igual capital em cada um deles, devendo influir, no cálculo da renda, o lucro adquirido em cada um dos solos, levando em consideração a produtividade do pior solo e a produtividade do solo mais fértil. Dessa forma, segundo Marx (2008), a renda fundiária global deriva da diferença do lucro dos solos analisados.

A renda diferencial II é, para Marx (2008), o resultado do maior investimento sucessivo de capital em um determinado solo, ou seja, da utilização de máquinas, de técnicas agrícolas etc., o que aumentará sua produtividade. De acordo com sua concepção, quanto maior for a concentração de capital na mesma área, maior será a renda calculada por parcela do solo.

É sempre a terra que apresenta fertilidade diversa para aplicação igual de capital, só que agora cabe ao mesmo terreno onde se investe um capital em distintas porções sucessivas o mesmo papel que, na renda diferencial I, desempenham diferentes tipos de solo onde se empregam distintas frações iguais do capital social. (MARX, 2008, p. 899).

A renda absoluta é garantida pela propriedade da terra, é o preço do monopólio da terra, “é proveniente da sobra do valor depois de deduzir-se o preço da produção, é apenas parte da mais-valia agrícola, conversão desse excedente em renda, apreensão dele pelo proprietário da terra” (MARX, 2008, p. 1012).

Nesse caso, é a propriedade privada da terra que vai possibilitar ao latifundiário exigir uma cobrança para que sejam feitos investimentos, por parte dos capitalistas, em solo de sua propriedade, e essa cobrança assume a forma de renda absoluta. Se esse monopólio não existisse, o capitalista poderia investir em qualquer terra que lhe garantisse o lucro médio.

Esta renda que se paga pelo solo, mesmo nas terras piores, e cuja fonte é determinada pelo monopólio da propriedade privada da terra, denomina-se renda absoluta, em oposição a renda diferencial. A renda absoluta, ao contrário da diferencial, não depende dos resultados que possam produzir os sucessivos investimentos de capital numa mesma área de terra, aumentando a sua fertilidade econômica, nem da qualidade ou situação dos terrenos, mas da baixa composição orgânica do capital investido na agricultura em comparação com o investido na indústria. (GONZÁLEZ, 1977, p. 197).

Nas reflexões sobre a renda da terra, fundamentado em Marx, Lefebvre (1999) considera que a força da propriedade da terra continua tendo um peso importante no mundo inteiro, tanto no que se refere à produção agrícola, como no processo de urbanização, e, nesse sentido, faz referência a uma indagação de Marx sobre esta questão:

Marx se pergunta como o proprietário fundiário, sem dispor de capitais, sem investir, pode captar uma parte da mais-valia. Resposta: O caráter formal da propriedade (do direito de propriedade) permite-lhe isso. Ele extrai da terra, sem mesmo explorá-la, sem tocá-la com seus dedos, mesmo ausente, a renda dita absoluta e uma grande parte das rendas ditas diferenciais, vindas das diversidades da terra, de sua fertilidade variável, da localização mais ou menos favorável, dos trabalhos de infraestruturas efetuados e dos capitais investidos. (LEFEBVRE, 1999, p. 166).

Ao analisar a renda da terra, Marx faz referência às diversas formas de utilização e apropriação das terras ao longo da história, pontuando que esta apropriação não depende meramente da fertilidade dos solos, mas a sua exploração derivou de condições históricas específicas, como é o caso da história das terras comuns da Inglaterra.

Transformadas uma após outra em propriedade privada, pelas leis que estabeleciam o cercamento delas, para serem cultivadas, nada mais ridículo que imaginar a fantástica suposição de aquela sequência ter sido organizada por um químico agrícola moderno, um Liebig, por exemplo, indicando certas áreas, em virtude das propriedades químicas, para o cultivo e deste excluindo outras. O decisivo aí foi, pelo contrário, a ocasião que faz o ladrão: os pretextos jurídicos mais ou menos plausíveis que se ofereciam aos grandes proprietários de terras para se apropriarem de mais terras. (MARX, 2008, p. 1019).

Wood (2001) parte da análise dos cercamentos na Inglaterra para refletir sobre o que considera a origem agrária do capitalismo. A autora inicia pela reflexão de que o capitalismo não seria resultado de um processo natural, derivado da natureza humana, mas sim, resultado de condições históricas específicas, marcadas pela exploração e por inúmeras contradições. Sua hegemonia se deu a partir do predomínio do lucro a todo custo, da expansão da pobreza e da destruição ambiental.

O uso irresponsável da terra e a destruição ambiental são igualmente consequências da ética da produtividade em nome do lucro. O capitalismo nasceu bem no cerne da vida humana, na interação com a natureza da qual depende a própria vida, e a transformação dessa interação pelo capitalismo agrário revelou os impulsos intrinsecamente destrutivos de um sistema em que os próprios fundamentos elementares da vida ficam sujeitos aos requisitos do lucro. (WOOD, 2001, p. 126).

O estudo de Wood faz referência ao fato dos seres humanos trabalharem na terra há milhares de anos, dela suprindo suas necessidades materiais, pois tinham acesso a terras comunais onde podiam produzir livremente. A transição desse processo histórico aconteceu de forma distinta em cada realidade, porém, o trabalho na terra, por meio da agricultura, a produção de excedentes e a apropriação destes excedentes, e as formas particulares de propriedade constituem alicerces que permitem a análise de cada sociedade.

Durante milênios, os seres humanos proveram suas necessidades materiais trabalhando a terra. E, provavelmente, por quase tanto tempo quanto se dedicaram à agricultura, dividiram-se em classes, entre os que trabalhavam a terra e os que se apropriavam do trabalho alheio. Essa divisão entre apropriadores e produtores assumiu muitas formas, porém uma característica comum foi que, tipicamente, os produtores diretos eram camponeses. Esses camponeses produtores permaneciam de posse dos meios de produção, particularmente a terra. Como em todas as sociedades pré-capitalistas, esses produtores tinham acesso direto aos meios para sua reprodução. (WOOD, 2001, p. 77).

O uso das terras comuns obedecia a costumes tradicionais, a regras decididas coletivamente, preservando velhos métodos de cultivo, assim, podiam usufruir livremente da natureza. As terras comuns eram utilizadas, principalmente, pelas populações mais pobres, que podiam produzir os meios para a subsistência de suas famílias e, então, as matérias-primas produzidas eram consumidas por elas próprias.

Com base em reflexões sobre a Inglaterra do século XVI, Wood afirma que havia uma centralização de poder nas mãos do Estado, numa relação paralela com a concentração de grandes extensões de terras nas mãos dos latifundiários desse período, entretanto havia uma troca política nessa relação, pois ao centralizar o poder político, o Estado abria mão da extorsão extraeconômica (cobrança de impostos e uso da força) pelo uso das terras.

Dessa forma, as terras podiam ser adquiridas sem que seus proprietários tivessem que pagar grandes quantias em impostos. Por outro lado, a concentração de grandes extensões de terras teve como resultado o fato de que uma parte significativa dessas terras não fosse trabalhada por camponeses proprietários, devido a sua grande extensão territorial, assim, os proprietários arrendavam parte dessas terras a terceiros, os chamados arrendatários.

Segundo Wood, na Inglaterra do século XVI havia um aumento do poder centralizador do Estado, o que retirava o poder político e econômico dos proprietários de terras, no sentido de que estes não poderiam extorquir o excedente produzido pelos produtores diretos. Por não terem estes poderes extraeconômicos, para extrair renda maior de seus arrendatários, exigiam que todos os produtores aumentassem a produtividade para ter condições de efetuar o pagamento pelo uso da terra. “Os arrendamentos assumiram várias formas e houve muitas variações regionais, mas um número crescente ficou sujeito a aluguéis pagos em dinheiro”. (WOOD, 2001, p. 77).

Os arrendatários estavam obrigados à competição no mercado, tanto para venda dos seus produtos, pois só assim eles teriam condições de pagar os aluguéis, como para continuarem tendo acesso a terra, já que a permanência nela estava condicionada ao pagamento estabelecido. Nesse contexto, adquire sentido a lógica dos melhoramentos.

O melhoramento significava um pouco mais do que métodos e técnicas novas ou melhores de cultivo. Significava em termos ainda fundamentais, novas formas e concepções da propriedade. Para o latifundiário empreendedor e seu próspero arrendatário capitalista, o cultivo 'melhorado' significava, idealmente, ainda que não necessariamente, propriedades rurais maiores e mais concentradas. Certamente significou a eliminação de antigos costumes e práticas que interferiam no uso mais produtivo da terra. (WOOD, 2001, p. 90).

O aumento da produtividade das terras, ou melhoramento, com vistas ao lucro, teve interferência direta nas relações econômicas, estabelecidas naquele período, principalmente por propiciar novas técnicas de produção agrícola, redefinindo a propriedade da terra.

A ética do melhoramento estimulava, pelo princípio econômico da concorrência capitalista, o desenvolvimento de novos equipamentos (ex: arado de rodas), novas técnicas de cultivo (ex: cultura itinerante, drenagem de pântanos) e novas formas e concepções da propriedade, como a propriedade privada burguesa. O seu objetivo, como já antecipamos, era aumentar a produtividade do trabalho e produzir com baixos custos de produção, gerando lucros extraordinários, conquistando mercados e destruindo seus concorrentes, além, é claro, de intensificar a exploração do trabalho assalariado. (BRANCO, 2006, p. 39).

Wood ressalta, ainda, que na Inglaterra existiam terras comunais, onde os camponeses podiam exercer livremente as atividades agrícolas, produzindo mesmo sem ter a posse legal da terra, o que lhes garantia a sobrevivência. Práticas como essa não eram aceitas diante da necessidade de ampliação da propriedade privada da terra, portanto, as pressões existiam para que os direitos consuetudinários² fossem eliminados, pois interferiam no processo da acumulação capitalista.

Os cercamentos, a que Wood se refere, foram determinantes para acelerar o fim dos direitos ao uso comum da terra, significaram um marco histórico na separação do homem da terra, em outras palavras, a sua separação das condições naturais para sua reprodução material. Os cercamentos iniciaram-se no século XV e percorrem o XVI, "quando os grandes latifundiários procuraram expulsar os plebeus das terras que pudessem ser livremente usadas como pastos na criação de ovelhas, cada vez mais lucrativas." (WOOD, 2001, p. 91).

Os conflitos em torno dos cercamentos, segundo Wood, foram iniciados com

² Para Curi (2012, p. 2), "de modo geral, o direito consuetudinário é definido como um conjunto de normas sociais tradicionais, criadas espontaneamente pelo povo, não escritas e não codificadas". Trata-se do Direito baseado em costumes, fundado no uso, em costume ou prática.

a colocação de cercas em volta das terras comunais, criando a concepção de propriedade privada, marcada pela exclusividade dos proprietários e pela exclusão dos produtores diretos. Esses conflitos, que atravessaram os séculos XVI e XVII, foram gerados pela demarcação, como espaço legal, pelos chamados cercamentos parlamentares.

Depois que as classes proprietárias conseguiram moldar o Estado de acordo com seus próprios requisitos mutáveis – sucesso este que foi consolidado, em caráter mais ou menos definitivo, em 1688, na chamada Revolução Gloriosa –, não houve mais intervenção estatal, e surgiu um novo tipo de movimento de demarcação no século XVIII: os chamados cercamentos parlamentares. Nesse tipo de cercamento, a extinção dos direitos de propriedade problemáticos, que interferiam na capacidade de acumulação de alguns grandes proprietários, passou a ocorrer através de decretos do Parlamento. (WOOD, 2001, p. 92).

Segundo Marx (2013), a propriedade comunal subsistia sob a vigência da sociedade feudal, mas, no processo de transição para o modo de produção capitalista, foi usurpada violentamente para a transformação das terras de lavouras em pastagens; iniciada como processo individual de violência, a usurpação das terras assume um caráter de legalidade.

O progresso alcançado no século XVIII está em que a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários também empreguem paralelamente seus pequenos e independentes métodos privados. A forma parlamentar do roubo é a das ‘bills for inclosures of commons’ (leis para o cercamento da terra comunal), decretos de expropriação do povo, isto é, decretos mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a si mesmos, como propriedade privada, com as terras do povo. (MARX, 2013, p. 796).

A cerca torna-se o símbolo da propriedade privada da terra e da divisão objetiva entre os produtores diretos e a terra. As transformações no campo, derivadas desse processo, foram enraizadas historicamente, assim, a principal mudança foi a separação do camponês das condições de produzir na agricultura, criando uma nova mercadoria, a força de trabalho destituída de qualquer amarra que a impedia de ser disputada no mercado. Mas, por outro lado, surgiram conflitos em torno da posse e propriedade da terra, da produção agrícola e do uso dos recursos naturais.

A passagem da comunidade – onde predomina a natureza com os vínculos imediatos (de sangue, de família, de localização e de

particularidades naturais) – à comuna urbana implica mudanças consideráveis na propriedade, na produção e na troca. No decorrer dessas modificações, uma 'natureza social' substitui a naturalidade imediata. Enquanto na comunidade primitiva a natureza aparece como tal ao indivíduo, simultaneamente, como seu recurso e seu inimigo, seu aliado e seu assassino, a natureza social trata como estrangeiro um membro da sociedade. O resultado da associação no trabalho se impõe à atividade vital como uma força exterior, de tal modo, que nem o trabalho nem seu produto são mais propriedade dos trabalhadores. (LEFEBVRE, 1999, p. 87).

Os trabalhadores do campo ficaram à mercê de um conjunto de transformações, dentre elas, o enorme aumento da pobreza. Expulsos da terra e destituídos dos seus meios de produção e reprodução social, foram obrigados a sair do espaço em que viviam, mudaram-se para as cidades, onde passaram a viver em péssimas condições, tornando-se mercadorias para as indústrias.

Por meio de relações de propriedade, de produção e reprodução social, historicamente singulares, os burgueses, donos dos meios de produção, puderam explorar a força de trabalho humana como uma mercadoria qualquer, e construir um modo de produção onde a riqueza de poucos traduz-se na miséria de milhares de seres humanos. (BRANCO, 2006, p. 29).

Na vigência da sociedade capitalista, o mercado passa a ser uma instância reguladora das necessidades sociais, numa relação de dependência sem precedentes históricos. O capitalista compra no mercado a força de trabalho, a matéria-prima e os meios de produção, sendo esse, um espaço que lhe propicia a acumulação. Para o trabalhador, o mercado é onde a sua força de trabalho é vendida e, ao mesmo tempo, é o que suprime suas potencialidades e necessidades, tornando-o oprimido nessa relação de troca.

É preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. (MARX, 2013, p. 786).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista é complexo e

contraditório, expressa uma relação social marcada pela exploração e dominação, onde se produz paralelamente a riqueza, a miséria e a violência, alicerçadas na exploração do trabalho humano, com vistas à produção cada vez mais aprimorada de mercadorias. No entanto, essa relação de produção precisa de determinadas condições, como descrito por Marx, para se reproduzir num processo que é constante.

O desenvolvimento das relações em torno da terra, da sua apropriação e dos conflitos derivados dessa questão, tem estreita relação com a expansão do capital enquanto modo de produção. Este não só expulsa o homem da terra, mas degrada as suas possibilidades de sobrevivência, destrói vorazmente a natureza numa procura incessante por mais riquezas naturais, deixando um rastro de destruição que atinge o meio ambiente, os seres humanos e suas relações.

De acordo com Stedile (2005), a questão agrária se constitui no “conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira.” (p. 16).

Considera-se que esse conjunto de questões, apontadas por Stedile, configura os fundamentos para compreensão da questão agrária. Entende-se que a essência da interpretação sobre essa questão fundamenta-se no papel central que a terra tem para a sobrevivência humana, de forma que, o uso desta determina um conjunto de relações contidas no debate sobre a questão agrária.

A partir deste entendimento, é possível compreender que a concentração de terras é um dos elementos para compreensão da questão agrária. Essa questão vem sendo discutida a partir de entendimentos diferenciados e fundamentados em realidades distintas. A questão agrária expõe a concentração de terras, as desigualdades e disparidades regionais, a luta pela sobrevivência, pelo acesso a terra e por condições para a sobrevivência de uma grande parcela da população.

Ela está presente no nosso cotidiano há séculos. Pode-se querer escondê-la encobrendo deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia a dia. Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo lugar, ação e objeto. Em cada estado brasileiro, a questão agrária se manifesta, principalmente, nas ocupações e acampamentos, nas estradas e nas praças. Igualmente está presente nos latifúndios, no

agronegócio e nos *commodities*. (FERNANDES, 2013, p. 177).

Essas considerações fundamentam-se no fato de que a questão agrária é fruto da contradição estrutural do capitalismo, que produz, paralelamente, a concentração de riqueza e a expansão da pobreza para a maioria da sociedade. Na realidade do campo³ brasileiro, tem-se uma atuação forte do Estado no sentido de promover um “desenvolvimento rural” que privilegia a expropriação do trabalhador rural e a concentração de terras e de riqueza.

Nesse sentido, no que diz respeito às contradições causadas pela concentração fundiária, o Estado evidencia sua posição de classe, dentre outras formas, exercendo o uso da força na repressão aos trabalhadores rurais que, por outro lado, resistem, questionam a estrutura fundiária e as ações consideradas como desenvolvimento por meio de processos organizativos.

A vastidão da questão agrária atinge o campo e a cidade, atinge todas as instituições e abarca todas as dimensões do desenvolvimento. A questão agrária é composta da contradição e do paradoxo que revelam sua complexidade. A primeira está na estrutura do sistema capitalista, e o segundo no movimento da questão agrária. E é esse o seu caráter mais importante, porque manifesta ‘conflitualidade’ e ‘desenvolvimento’ através de relações sociais distintas, que constroem territórios diferentes em confronto permanente. (FERNANDES, 2013, p. 179).

O desenvolvimento capitalista traz entranhada a necessidade da monopolização da terra, dentre outras formas de monopólios, portanto, a análise da questão agrária tem na terra o eixo que se desdobra em várias relações sociais: os conflitos por terra, as disputas por projetos de desenvolvimento, a permanência da pobreza no campo, a resistência dos movimentos sociais à expansão do capitalismo no campo.

A monopolização da terra e de outros recursos acarreta necessariamente a exploração dos recursos não monopolizados – ou seja, o trabalho, a subutilização de todos os recursos. Por exemplo,

³ Tem-se consciência do debate histórico em torno das categorias campo-cidade e rural-urbano, que só é possível compreendê-lo como relação. Assumem relevância na atualidade, principalmente, pela ênfase dada ao novo espaço rural, ou Novo Rural, como espaço da realização de várias atividades que extrapolariam as atividades agrícolas, inserindo o espaço rural na rota da modernização da economia. Pensa-se que a categoria campo é ampla, representando um espaço onde se reproduz riquezas, culturas, relações políticas etc. e, então adota-se prioritariamente a categoria campo. Comunga-se com o pensamento de Medeiros, para quem o “campo, por sua vez, é definido como região mais ou menos afastada dos grandes centros onde os habitantes se dedicam à agricultura e à criação de gado; onde há baixa densidade populacional. Campo, nesse sentido, significa terra para plantar, propriedade, limites, território”. (2011, p. 59).

um dos principais objetivos do latifúndio, tanto no plano individual, quanto no social, não é usar a terra, mas impedir que outros a utilizem. Esses outros a quem se nega o acesso ao recurso primário ficam necessariamente sob o domínio dos poucos que o controlam. E, conseqüentemente, são explorados de todos os modos concebíveis. (FRANK, 2005, p. 81).

Essa monopolização da terra tem inúmeros desdobramentos; o principal é a usurpação de um bem natural que deveria estar à disposição daqueles que dele dependem para sobreviver. Ao disputar a terra como espaço de trabalho, o homem do campo resiste à sujeição imposta por quem detém a terra, e, ao mesmo tempo, defende um modo de viver e produzir que caracteriza relações sociais específicas dos camponeses.

Esse processo, que retira o homem da terra, o coloca, geralmente, no adensamento populacional das cidades, separado das suas raízes, onde deve sujeitar-se às condições impostas para trabalhar como assalariado do campo ou como parceiro, arrendatário etc. A alternativa oposta é se transformar em trabalhador da indústria, tendo que se sujeitar às relações precarizadas de trabalho na cidade.

Quando o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores e os concentra nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo. Neste caso, o processo especificamente capitalista se instala e a reprodução ampliada do capital desenvolve-se na sua amplitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola. (OLIVEIRA, 2013, p. 128).

A expansão do capitalismo no campo é, também, a expansão da pobreza para os trabalhadores rurais, visto que a exploração é intrínseca às suas relações de produção e a desigualdade social é sua consequência natural. Assim, os conflitos derivados dessa expansão são inúmeros e a realidade brasileira é exemplo de como estes conflitos se expressam, na violência armada contra os trabalhadores, na grilagem de terras, na superexploração dos trabalhadores e na precária condição de vida no campo.

O capital domina praticamente todas as relações econômicas, mais profundamente ou menos profundamente, de modo formal ou de modo real. Isto quer dizer que a exploração capitalista assume diferentes formas, não só a partir de condições sociais e econômicas que encontra, mas também a partir de relações sociais que cria, as mediações que gera, para que se constituam os muitos elos

necessários à consumação da exploração econômica do trabalhador. (MARTINS, 1985, p. 14).

Como consequência desse contexto, para a vida no campo, existem enormes contingentes populacionais sobrevivendo em condições degradantes; é generalizada a falta de estrutura das moradias e serviços básicos como água, luz e esgoto, e há insuficiência de políticas públicas, principalmente aquelas direcionadas para o investimento na pequena produção, formando um quadro caótico para as famílias de trabalhadores rurais.

Ao perpetuar a precária condição de vida da população rural, a pobreza no campo funciona como uma espécie de baliza social e moral que mantém num patamar mínimo as necessidades historicamente determinadas para a reprodução da força de trabalho, como se o trabalhador livre de hoje estivesse condenado a reviver eternamente as misérias do escravo de ontem. (SAMPAIO JR., 2013, p. 201).

A realidade atual das populações que vivem no campo tem raízes históricas e fazem parte de um debate clássico sobre a questão agrária e sobre a realidade dos camponeses. Quando se estuda a questão agrária em determinada sociedade, a análise centra-se na forma como aquela sociedade organiza a produção dos bens agrícolas, a posse do seu território e a propriedade da terra.

Na literatura clássica sobre a questão agrária, vários são os estudos realizados sobre a natureza do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. No estudo de Abramovay (2007), é feita a análise do debate clássico de Vladimir Lenin e Kautsky sobre a questão agrária, bem como sobre o desenvolvimento da agricultura e as perspectivas do campesinato nas distintas realidades onde realizaram suas reflexões.

O atraso na Rússia não era apenas econômico, mas sobretudo político, e se manifestava tanto na restrição generalizada às liberdades públicas que a autocracia representa como no peso esmagador – particularmente para os camponeses – dos encargos feudais. Essa constatação colocava aos socialdemocratas uma espécie de dilema em torno de cuja solução gerou não só seus conflitos internos básicos, mas sua originalidade política e intelectual: como desenvolver a luta por objetivos socialistas numa situação em que é necessário remover os obstáculos representados pelo absolutismo e pelas relações sociais sobre os quais se apoiava o poder da nobreza feudal? (ABRAMOVAY, 2007, p. 50).

No seio do debate em torno do ideal do socialismo, havia uma heterogeneidade social no combate à autocracia; dessa forma, era possível

compreender “o traço básico do pensamento de Lenin: a ênfase na diferenciação social do campesinato, presente em seus escritos desde os primeiros trabalhos em 1893”. (ABRAMOVAY, 2007, p. 51).

Conforme Abramovay (2007), Lenin esforçou-se por demonstrar o caráter ilusório do crescimento das pequenas propriedades, não somente na Rússia, mas também na Alemanha e nos Estados Unidos; avaliava que o peso das pequenas propriedades não representava o fortalecimento do campesinato, mas o empobrecimento destes, pois eram obrigados a assalariar-se para garantir sua sobrevivência, apesar de terem a posse de pequenos lotes de terras.

A pauperização e a ruína da população camponesa influem, por sua vez, na formação do exército de reserva do trabalho para o capital. Em todos os países capitalistas, uma parte das populações dos campos está constantemente em vias de transformar-se em população urbana ou manufatureira (isto é, não agrícola). (LENIN, 1986, p. 21).

Para Lenin (1986), a pequena propriedade, cultivada pelo camponês, tem condição de prosperidade e desenvolvimento apenas na sua forma clássica. No regime capitalista, a pequena propriedade agrícola tende a desaparecer, pois a sua forma é incompatível com o desenvolvimento do capitalismo, com as formas sociais do trabalho e com a utilização da ciência.

Seguindo esse raciocínio, Lenin afirma que o capital oprime o operário, arruína o pequeno patrão e cria um exército de desempregados. Da mesma forma que na indústria, na agricultura é visível a superioridade da exploração agrícola capitalista, há um aumento do uso de máquinas e a produção camponesa declina sob o peso da técnica atrasada. “Na agricultura, o declínio da pequena produção reveste-se de outras formas, mas esse declínio é um fato indiscutível” (LENIN, 1986, p. 37).

Abramovay (2007), afirma que essa proposição de Lenin de crescimento do campesinato pobre e do proletariado, como propriedades objetivas e universais do desenvolvimento do capitalismo no campo, não se confirmou, comprovando o caráter conjuntural dessa proposição. A diferenciação dos produtores não teria progredido conforme a previsão de Lenin, dessa forma, não houve a ampliação da quantidade de trabalhadores assalariados no campo.

O estudo de Kautsky é específico, analisa o comportamento do capitalismo na agricultura da Alemanha do século XIX, fundamentado nas leis da economia política. Sua obra foi escrita no final do século XIX e início do século XX, no contexto da legalização do Partido Social-Democrata na Alemanha, no seio de profundos debates sobre o papel político e econômico da população que vivia no campo.

Conforme Abramovay (2007), Kautsky comunga com o pensamento de Engels que atesta que o destino do campesinato é ascender à classe burguesa ou unir-se aos operários, no mesmo sentido, assinala a decadência da pequena produção agrícola, suprimida pela forma de exploração capitalista.

Esse é o quadro político e intelectual do qual emerge *A Questão Agrária*. A tentativa mais importante do livro está em demonstrar a superioridade da grande exploração capitalista sobre a propriedade familiar, e portanto a inutilidade de procurar frear o movimento inelutável que o capitalismo promove de exploração camponesa. Kautsky procura provar teoricamente que ali onde os camponeses sobrevivem isso não é sinônimo de eficiência, mas de superexploração, do fato de venderem seus produtos a preços que não cobrem sequer a sua própria subsistência. (ABRAMOVAY, 2007, p. 57).

Nessa interlocução com o pensamento de Kautsky, é evidenciado por Abramovay que o paradigma defendido pelo referido autor, visa demonstrar a superioridade técnica da grande produção sobre a pequena e a inutilidade de qualquer trabalho político que tente impedir o declínio camponês; a tendência geral seria a sujeição e a proletarização, leia-se, pobreza e exclusão do camponês no capitalismo. Kautsky projeta a transformação da sociedade capitalista para a socialista e, nesse sentido, analisa que a tendência do campesinato é a sua proletarização e sujeição ao capitalismo – no socialismo sua sujeição seria ao Estado que lhe garantiria determinadas condições, respeitando-o como força de trabalho. Segundo Fernandes (2013), Abramovay tem um conflito teórico com essa perspectiva.

Abramovay projeta o desenvolvimento do capitalismo tomando como referência as realidades dos países ricos. Nesse contexto, com a consolidação das estruturas nacionais de mercado, o campesinato não conseguiria sobreviver no capitalismo por sua incompatibilidade com esses ambientes econômicos em que se realizam relações mercantis. (FERNANDES, 2013, p. 188).

Abramovay afirma que as sociedades camponesas não são compatíveis com

relações sociais em que imperam relações mercantis, pois os laços sociais característicos dos camponeses perderiam seu caráter diante da lógica do mercado capitalista, o qual determinaria as questões relativas à produção, ao trabalho etc.

O próprio caráter comunitário da vida camponesa, além da existência de fatores de natureza extraeconômica regendo o uso dos recursos materiais de produção e consumo, bloqueiam a livre entrada e saída de produtores e não elevam a eficiência a critério importante de sobrevivência econômica. Aqui, muito mais importante que a capacidade competitiva típica em uma estrutura concorrencial de mercado é a formação da cadeia de patronagem, clientelismo e dependência em que a reprodução camponesa se apoia. (ABRAMOVAY, 2007, p. 129).

Nesse sentido é que Abramovay defende que o capitalismo aniquila a forma específica de vida do camponês, que sofreria uma metamorfose e se transformaria no agricultor familiar, adequado à nova realidade, como parte do mercado capitalista; sua economia seria integrada a esse mercado, numa relação que negaria a sujeição afirmada por autores clássicos sobre a questão agrária.

Diferentemente do paradigma da questão agrária, em que o camponês é um sujeito subalterno que resiste ao capital, no paradigma do capitalismo agrário ele é um objeto em sua plenitude, a ponto de sofrer uma metamorfose para se adequar à nova realidade em formação. Por que resistir ao capital se a integração é a condição da continuidade? Na resistência está o sentido da descontinuidade, na integração está o sentido da continuidade. (FERNANDES, 2013, p. 189).

A análise de Abramovay propõe uma ruptura com o paradigma marxista, se alicerça na concepção de que o problema está no camponês, que não se adequa às técnicas exigidas pelo mercado capitalista, ou seja, à forma de desenvolvimento capitalista, e não no modo de produção que expropria as condições de sobrevivência desse camponês. As perspectivas colocadas para o camponês estariam centradas na integração destes ao sistema capitalista, no qual tornar-se-iam unidades de produção.

Comunga-se com o pensamento de Fernandes (2013), que afirma que há uma destruição e recriação do campesinato pelo capital. Num processo que ele denomina como conflitualidade, o capital determina uma relação social que coloca o camponês como subalterno, por outro lado, este luta por sua autonomia, reivindica a posse da terra e as condições para nela trabalhar.

A questão agrária não é problema em si, mas é problema da contradição inerente do sistema capitalista, que se movimenta e se perpetua por meio de seu paradoxo. A contradição impossibilita a superação da questão agrária, gerando o paradoxo que alimenta a própria contradição. Como a questão agrária é insolúvel, ela tem movimentos diferenciados. Os movimentos de destruição e recriação dos camponeses por meio da expropriação, arrendamento e/ou ocupação da terra são maiores ou menores de acordo com a conjuntura política e econômica, a depender disso, o campesinato ocupa mais ou menos terra, para recriar-se e ressocializar-se. E dessa forma, a questão estrutural permanece. (FERNANDES, 2013, p. 183).

Na sua essência, a questão agrária explicita a luta de classes, polariza modelos de desenvolvimento diferenciados, tendo de um lado a organização dos camponeses, que defendem um modelo de desenvolvimento para o campo baseado na desconcentração de terras e das riquezas. Segundo Fernandes, a luta pela terra, pela reforma agrária e pela formação da agricultura camponesa são políticas desse modelo. O outro modelo, construído historicamente pelas classes dominantes, sustenta-se na concentração de terras e das riquezas, tendo como fundamento a extrema desigualdade social, a mecanização da agricultura e a expansão das monoculturas. Acentua a centralização do capital que atua na agricultura, tudo isso em detrimento das questões que envolvem o meio ambiente e a sobrevivência das populações.

O capital domina praticamente todas as relações econômicas, mais profundamente ou menos profundamente, de modo formal ou de modo real. Isto quer dizer que a exploração capitalista assume diferentes formas, não só a partir de condições sociais e econômicas que encontra, mas também a partir de relações sociais que cria, as mediações que gera, para que se constituam os muitos elos necessários à consumação da exploração econômica do trabalhador. (MARTINS, 1985, p. 9).

No que se refere à amplitude da questão agrária na atualidade, o domínio do capital explicita-se em conflitos relacionados à questão da propriedade da terra, à renda da terra, à concentração fundiária e à expropriação dos produtores e assalariados. Todas essas questões relacionam-se com a expansão do capital para o campo.

Esses processos não se referem apenas às formas de organização do trabalho e da produção, do abastecimento e da segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos; às políticas agrícolas; às formas de inserção ao mercado e aos tipos de mercado; à questão campo-cidade; à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão

agrária compreende as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política. A questão agrária é antes de tudo, uma questão territorial. (FERNANDES, 2013, p. 204).

O modo de produção capitalista combina várias formas de violência na apropriação de territórios, tendo em vista seu processo de acumulação que transforma tudo em mercadoria, que avança de forma predatória sobre qualquer espaço onde haja possibilidade de obtenção de lucros. A expropriação e a apropriação constituem-se em práticas recorrentes em toda a história do capitalismo.

Os métodos utilizados são os mais diversos, não deixando nada a desejar em sua violência daqueles descritos por Marx durante o processo de acumulação primitiva originária. A apropriação e supressão de camponeses de atividades domésticas e de produções e distribuições solidárias. A geração de uma massa redundante de proletários destituídos de propriedade. Os subterfúgios e mecanismos de exploração (territorial, de classe, de atributos naturais etc.). O uso do território e de seus recursos minerais, água, energia etc., até exauri-los. A apropriação do espaço urbano (de sua intra e interurbanidade) como locus privilegiado da acumulação espoliativa. Estes e muitos outros são mecanismos permanentes de expropriação, sustentados muitas vezes por Estados e organismos internacionais. (BRANDÃO, 2010, p. 48).

A configuração da questão agrária brasileira é uma expressão desses métodos, marcada pelo atraso estrutural, e está impregnada nas relações sociais contemporâneas, determinada por um longo processo de subordinação à lógica da acumulação, da expropriação contínua de extensos territórios, em detrimento das necessidades pessoais. Mantém-se como uma questão essencial para se pensar o desenvolvimento social.

É importante entender as formas pelas quais a expansão e apropriação territoriais, a natureza de extensividade da acumulação, o privilégio da órbita da circulação dos capitais e o controle inabalável da propriedade (rural e urbana) fundiária foram funcionais às equações políticas e econômicas férreas que se estruturam no país ao longo de sua história. (BRANDÃO, 2010, p. 50).

Dessa forma, é possível traçar um paralelo entre um passado colonial e escravocrata e latifundiário produtor de riquezas e de misérias, que enraíza as condições históricas da questão agrária e um país que adentra o século XXI mantendo o latifúndio e as relações desiguais de acesso a terra e a trabalho.

Atualmente, há uma expansão do processo histórico de expropriação de amplos territórios, subordinado à acumulação do capital, e, sob a ideologia da

modernidade, perpetuam-se as contradições da questão agrária, principalmente com o fortalecimento dos muros que impedem à maioria da população o acesso a propriedade e a direitos plenos.

3. O AGRONEGÓCIO COMO MODELO DE DESENVOLVIMENTO NO CAMPO BRASILEIRO

3.1 A grande propriedade de terra no Brasil: base da questão agrária brasileira

A realidade do campo na atualidade evidencia que, ao longo da história brasileira, os conflitos em torno da terra têm intrínseca relação com a imposição de modelos de desenvolvimento, que reiteram a grande propriedade e a produção de monoculturas, voltadas para exportação, e nos quais as relações políticas, econômicas e sociais têm relação direta com a questão agrária.

A questão agrária é tratada a partir de dois processos que comumente são analisados em separado: o conflito por terra e o desenvolvimento rural. Há, inclusive, uma compreensão predominante de que o conflito prejudica o desenvolvimento. Confrontando essa visão, afirmamos que o conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente. (FERNANDES, 2013, p. 174).

Em um país que tem a dimensão territorial do Brasil, a marca histórica da sua ocupação é a preocupação das elites dominantes em garantir a exploração produtiva da terra e, assim, usufruir das inúmeras possibilidades de acumulação de capital, como é o caso da exploração de riquezas naturais e/ou da agropecuária. Para responder àquela necessidade, registrou-se, historicamente, a tentativa de escravização e o genocídio da população indígena, a escravidão dos africanos e a divisão do território brasileiro em capitanias.

A chegada do colonizador europeu no Brasil significou a ruptura com o sistema em que viviam os povos originários, numa interferência direta na cultura, nos hábitos e na organização social, em que a terra, a exemplo das comunidades primitivas, não era privada, mas um bem comum, podendo ser explorada por todos. As terras pertencentes à Coroa foram doadas a grandes proprietários com a intenção de que desenvolvessem a sua exploração produtiva e pudessem, assim, fornecer a Portugal os produtos necessários ao seu desenvolvimento.

A chegada do europeu colonizador significou, pois, uma ruptura nesse sistema, já que um dos objetivos da colonização era se apoderar dos bens existentes, especialmente a terra e os recursos naturais, de minérios e florestas. Nesse conflito que se estabeleceu à força da pólvora e do controle ideológico da religião impôs uma derrota aos povos que aqui viviam, e Portugal passou a gerir os bens da natureza de acordo com suas leis. (STEDILE, 2000, p. 15).

As terras brasileiras passaram a ser administradas pelos portugueses de acordo com seus interesses e critérios, tendo nas Capitânicas Hereditárias a primeira forma de organização privada de terras. As concessões de uso das terras aos donatários iniciaram um processo de apropriação de terras, baseado na troca de favores, que respondeu a interesses políticos e econômicos.

Ao longo do período colonial e até o final do século XIX prevaleceu esse sistema em que a terra era um bem da Coroa Portuguesa, com concessão de uso para aqueles que se dispusessem a explorá-la, e que tivessem condições para isso (recursos para compra de escravos etc.) e que tivessem serviços prestados à Coroa. Com o passar do tempo e, sobretudo, a partir da instalação da Coroa Portuguesa no Brasil, em 1808, a extensão das terras concedidas foi diminuindo, mas mantinham-se, ainda, grandes extensões de terras, se levarmos em conta os parâmetros atuais da produtividade da terra. (STEDILE, 2000, p. 16).

Durante os primeiros séculos, os colonizadores perceberam o potencial produtivo das terras brasileiras, tendo em vista a sua fertilidade e, dessa forma, as perspectivas de desenvolvimento, pela plantação em grandes extensões de terras.

A produção foi organizada com fins de exportação de produtos agrícolas, em forma de monocultura da cana-de-açúcar, café, cacau, pecuária extensiva etc. com a utilização de mão de obra escrava negra ou indígena.

Os colonizadores, então, organizaram o nosso território para produzir produtos agrícolas tropicais, de que sua sociedade europeia precisava. Trouxeram e nos impuseram a exploração comercial da cana-de-açúcar, do algodão, do gado bovino, do café, da pimenta-do-

reino. E aproveitaram algumas plantas nativas, como o tabaco e o cacau, e as transformaram, com produção em escala, em mercadorias destinadas ao mercado europeu. (STEDILE, 2005, p. 20).

Esse modelo de produção, voltado para atender ao mercado europeu, com base na produção agrícola organizada em áreas contínuas, com a prática da monocultura, é denominado por historiadores como agroexportador e só pode ser entendido enquanto relação econômica estabelecida entre os colonizadores e as demandas do mercado europeu.

A forma da propriedade da terra adotada para garantir a expansão desse modelo foi a propriedade de todo o território brasileiro pela monarquia, não havendo propriedade privada da terra, havia o monopólio da terra, de forma institucionalizada por parte do Estado. Segundo Stedile, a forma encontrada para garantir a produção em grandes extensões de terras foi “(...) a concessão de uso, com direito a herança” (2005, p. 21), utilizando-se, dessa forma, de critérios políticos para que os colonizadores pudessem dispor das terras para produção agrícola.

A grande propriedade latifundiária foi se consolidando como base do processo de produção das elites brasileiras, apesar da monocultura conviver com a produção de itens agrícolas direcionados para a subsistência dos produtores diretos. A produção agrícola fundamentava-se na grande exploração, haja vista, a grande quantidade de terras férteis disponíveis, que passaram a ser utilizadas para a produção de gêneros com grande valor comercial.

No que se relacionava com os rumos econômicos e políticos do Brasil, no final do século XIX, houve uma estreita ligação com as relações sociais estabelecidas após o processo da independência. De acordo com Santos:

A independência, enquanto movimento de emancipação e de construção de um Estado nacional, não foi capaz de dissolver a condição heteronômica brasileira, até porque esta não constituía seu elemento propulsor. Embora tenha significado concretamente um rompimento político com a metrópole, em âmbito nacional, representou um processo de autoafirmação e expansão do poder autoritário das elites agrárias que, a partir de então, tomam para si os rumos da intervenção estatal, utilizando-os em favor de seus interesses econômicos e do fortalecimento do seu prestígio social. (2012, p. 247).

Apesar dessa estrutura desigual, a sociedade brasileira passou por

inúmeras transformações, a luta contra a escravidão suplantou um processo histórico de utilização do trabalho, que não mais atendia às necessidades do capitalismo, fator que impulsionou o fim da escravidão nos países colonizados. As elites agrárias se anteciparam a esse fato, garantindo que os escravos libertos não tivessem acesso à propriedade da terra, através da promulgação da Lei n. 601, de 1850, conhecida como a Lei de Terras do Brasil.

A Lei de Terras de 1850 foi elaborada numa conjuntura bastante complexa. As alterações econômicas e políticas que se produziram na Europa na primeira metade do século XIX modificaram o padrão de relacionamento entre as ex-colônias ibéricas e a potência europeia mais desenvolvida na época, a Inglaterra. Transitando da fase dita “acumulação primitiva” para o capitalismo plenamente desenvolvido, a Inglaterra transformou-se numa ferrenha opositora do tráfico internacional de escravos do qual o Brasil dependia. (SILVA, 2008, p. 356).

Ficou evidente, então, que as condições históricas para o fim da escravidão estavam dadas, assim, a elite dominante se antecipou e estabeleceu um aparato legal que restringiu o acesso às terras públicas. Foi com esse objetivo que a Lei de Terras instituiu um novo regime de propriedade no Brasil, no qual o acesso à terra não dependia da condição de liberdade do homem, determinando que “somente poderia ser considerado proprietário de terra, quem legalizasse suas terras em cartórios oficiais, pagando certa quantia em dinheiro para a Coroa.” (STEDILE, 2000, p. 17). Com isso, as classes dominantes garantiram as condições legais para que os escravos, ao serem libertos, não tivessem acesso às terras públicas, e, principalmente, que não pudessem legalizar sua propriedade, pois essa legalização só poderia ser realizada por meio da compra. O mesmo obstáculo foi colocado aos camponeses pobres que chegavam ao Brasil em busca de terras e que, apesar da enorme dimensão territorial, tinham que trabalhar muitos anos para adquirir pequenas parcelas de terra.

A adoção da Lei de 1850 estava relacionada com essas duas ordens de fatores. Deveria representar um papel fundamental no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, aberto com a cessação do tráfico e, ao mesmo tempo, dar ao Estado imperial o controle sobre as terras devolutas que desde o fim do regime de concessão de sesmarias vinham passando de forma livre e desordenada ao patrimônio particular. (SILVA, 2008, p. 356).

Além de responder a essas duas necessidades conjunturais, de organizar o acesso às terras públicas, pela venda, e construir as condições para a transição do

trabalho escravo ao trabalho livre, Silva (2008) afirma que havia outro objetivo importante, que era a necessidade de ter terras demarcadas para serem utilizadas no trabalho de imigrantes.

A demarcação era o passo inicial para utilização dessas terras num projeto de colonização que deveria financiar a vinda de trabalhadores imigrantes para as fazendas e remediar uma eventual falta de braços com o fim do tráfico. Demarcar e vender as terras devolutas e financiar a imigração de trabalhadores era, em síntese, a proposta implementada pela lei de 1850. Para que o esquema funcionasse, era necessário o fim do apossamento. (SILVA, 2008, p. 357).

A lei cumpriu o objetivo de garantir a propriedade de grandes extensões de terra aos latifundiários e, ao mesmo tempo, manteve os trabalhadores pobres, ex-escravos e camponeses, sem acesso legal as terras públicas. Estava determinado o alicerce da questão agrária brasileira, a desigualdade no acesso à terra, que trará consequências para a organização da vida no campo e na cidade.

O processo histórico de concentração monopolista da propriedade da terra, gerador do domínio latifundiário; o desenvolvimento do capitalismo na agricultura via latifúndio, com forte incentivo do Estado; o interesse da burguesia brasileira que, ao nascer, já pôde se tornar proprietária de terras alodiais (livre de encargos feudais) e plenamente alienáveis. (GORENDER, 2013, p. 48).

Consolidou-se a lógica da grande propriedade fundiária como base da produção brasileira, ao longo da primeira metade do século XX, quando o latifúndio se estabeleceu como base da organização social e, conseqüentemente, como gerador da desigualdade social e da pobreza no campo.

A ausência de uma política de apoio ao desenvolvimento da pequena propriedade e as condições sociais imperantes no campo contribuíram para que, na prática, o Estado republicano excluísse da propriedade da terra uma parcela importante da população e assegurasse mão de obra barata e abundante para outra parcela da população. Essa constatação reforça a ideia de a abundância de terras era um dado relativo e socialmente determinado. (SILVA, 2008, p. 360).

O processo de passagem das terras devolutas para o domínio privado foi marcado por transformações políticas e econômicas e delimitou a propriedade privada da terra para os grandes latifundiários por via administrativa, ao mesmo tempo em que se consolidou o poder do Estado nacional. Conforme Silva, “A Lei de 1850 desempenhou o importante papel de delimitar o espaço de relacionamento entre o poder público e os proprietários de terras.” (2008, p. 360).

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, nas várias fases do comércio capitalista mundial, a produção agrícola sempre foi restrita ao papel de fornecedora de produtos primários aos países importadores, com a concordância e subordinação das elites agrárias e dos Estados nacionais, que se subordinaram às interferências dos países centrais do capitalismo nas suas decisões internas. A realidade atual do Brasil começou a ser traçada nos objetivos do processo da colonização portuguesa. Segundo Prado Junior:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção as considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. (1998, p. 23).

Seguindo essa linha de raciocínio, o referido autor analisa que a produção agrária brasileira foi compartimentada e distribuída para as diferentes regiões do país, com produto específico e adequado a cada região. Dessa forma, houve a produção do café – com posição de relevo no comércio nacional –; da borracha, do cacau e do açúcar, dentre outros, todos voltados para a exportação. Essa “vocaçãõ” agroexportadora fundamentou a relação do Brasil com o comércio exterior e a economia pautada na exportação de produtos primários, estendendo-se para todas as suas riquezas naturais, o que constituiu uma marca da expansão do capital no Brasil, atendendo às necessidades da sua produção.

É por esse motivo – o da produção capitalista – que a lógica de expansão do capital se dá rumo a áreas ricas em recursos naturais como é o caso clássico da América Latina. Nelas o capital pode obter os superlucros a partir da obtenção tanto das matérias-primas a baixo custo, como também a partir da mão de obra barata. (FIALHO NASCIMENTO, 2006, p. 64).

Segundo essa mesma análise, a implantação das relações capitalistas na sociedade brasileira seguiu seu padrão típico de exploração do trabalho, criando condições desumanas para os trabalhadores. Alia-se a essa questão a relação subordinada aos países centrais do capitalismo, que se amplia no processo de industrialização realizado no país, principalmente nas décadas de 1950 e 1960.

Toda a estrutura do país, toda sua organização se constitui no passado e ainda se orienta, sobretudo no sentido de satisfazer às exigências da grande lavoura monocultural de tipo colonial, na base de que se formou e evoluiu a economia brasileira. (PRADO JÚNIOR,

1998, p. 255).

Segundo Prado Júnior (1999), assim como no Brasil colônia, a economia estava organizada para fornecer ao mercado europeu os gêneros tropicais, constituindo-se numa economia subordinada e toda sua organização social se deu em torno desse objetivo, a agricultura terá como fim a produção para exportação, e com esta finalidade estarão a organização das terras e do trabalho.

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo, estes três elementos se conjugam num sistema típico, a “grande exploração rural”, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social. (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 123).

Para além do período colonial, a produção continuou centrada na monocultura, organizada para exportação e demandando o uso cada vez maior de grandes extensões de terras. Os trabalhadores tiveram que se adequar às necessidades desse processo de produção ou migrar para as cidades.

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista. Nela se apoia a nossa lentidão histórica e a postergação da ascensão social dos condenados à servidão da espera, geratriz de uma sociedade conformista e despolitizada (MARTINS, 2010, p. 10).

Além dessas condições estruturais, ligadas à propriedade da terra e à oferta da força de trabalho, havia condições políticas e sociais que contribuía para que a propriedade não estivesse ao alcance dos pequenos produtores. O poder político dos fazendeiros ou políticos locais que passam a ser denominados de coronéis. Segundo Janotti (1981) “o coronel nem sempre era um grande fazendeiro. Mas era um chefe político, de reconhecido poder econômico, que conseguira apoio e prestígio junto ao governo estadual”. (p. 41). Os coronéis representavam as oligarquias, que a partir do controle do poder público afastavam as demais classes do poder, e mantinham seus privilégios políticos e econômicos.

O processo de passagem das terras devolutas para o domínio privado esteve especialmente vinculado a um fenômeno típico da

Primeira República, o coronelismo. Controlando a vida municipal por meios que iam do paternalismo à violência, os coronéis, 'fiéis' às oligarquias que dominavam a política estadual, representaram um papel central no modo pelo qual as terras devolutas se incorporaram ao patrimônio privado. (SILVA, 2008, p. 358).

O uso da violência era a principal estratégia utilizada pelos coronéis, segundo Silva, "o campo foi palco de diversas formas de violência que estiveram de um modo ou de outro, vinculadas à questão da terra. A violência exerceu-se fundamentalmente contra a população pobre do campo." (2008, p. 359).

A instabilidade, gerada pelas relações violentas no campo, não foi uma particularidade desse período; foram submetidos a ela os índios, os negros e os camponeses, em diferentes períodos da história brasileira. O desenvolvimento das relações sociais no campo brasileiro expressou a utilização de diferentes formas de violência contra todos que tentassem ter acesso à posse da terra.

A ocupação da Amazônia brasileira segue esse desenvolvimento de relações sociais que atendem ao interesse das elites dominantes, primeiro submetendo-se aos interesses da coroa portuguesa, e depois se adequando às necessidades das elites brasileiras.

A Amazônia é formada por vários países além do Brasil: Bolívia, Perú, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. A Amazônia brasileira começou a ser ocupada ainda no século XVI e, de acordo com Pícoli (2006), a ocupação portuguesa ocorreu principalmente por motivos políticos, respondeu a necessidade de ocupação do território.

A análise de Leal (2010) caracteriza a história da Amazônia em quatro períodos: o primeiro foi denominado de período exploratório, quando a região foi alvo de expedições, mas sua ocupação e exploração econômica ficaram em segundo plano para os portugueses e espanhóis. O segundo período, que o autor chama de Colonial português, caracteriza-se pela necessidade dos colonizadores em ocupar e defender o território dos ingleses e holandeses, dentre as principais ações está a fundação de Belém.

Essa retomada do território trouxe consigo o aliciamento dos índios, o extermínio das tribos que resistiam, além do trabalho de amansamento dos índios realizado com a ajuda da igreja. Inicia-se o chamado modelo produtivo português,

baseado no extrativismo e na exploração do trabalho indígena. Segundo o estudo realizado por Leal (2010, p. 92), “A introdução do estilo colonial português associou necessariamente o extrativismo e o extermínio genocida do índio, onde, mais uma vez, a ação missionária foi de uma eficácia ímpar.” Fica evidente a crueldade dessa ocupação para os povos da Amazônia, a alternativa para a escravidão foi a morte para milhares de índios, enquanto o trabalho da catequese ensinava o caminho da servidão e do medo.

O período da vinculação ao capitalismo hegemônico representa o momento em que a Amazônia é percebida como espaço privilegiado de riquezas naturais, alicerce fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. O século XVIII consolida a hegemonia capitalista, tendo como potência principal a Inglaterra, numa situação paralela, verifica-se o declínio de Portugal e da Espanha.

Assim começa mais um período na Amazônia, que a exemplo da inserção do Brasil no mercado mundial, será de exploração e vinculação aos interesses dos países centrais do capitalismo, em detrimento das necessidades e lutas dos povos desta região, que começa a ser pensada como objeto da ciência, na perspectiva da acumulação do capital.

Ao longo do século XIX, várias pesquisas foram realizadas, repassando todo o conhecimento sobre a Amazônia para os países ricos, enquanto se consolidava um atraso regional expresso na falta de investimento e no descaso do Estado com as condições de sobrevivência da população.

Por último, o referido autor analisa o período da ocupação recente e da atualidade. Passado o período de maior produção da borracha e a expressiva contribuição à acumulação do capital, a região começou a ser encarada como área estratégica de recursos naturais, capaz de ser apropriada e controlada. Grandes extensões de terras passam a ser exploradas como territórios privados, numa desordenada extração dos recursos naturais. Como exemplo, temos a problemática da extração madeireira e a implantação dos empreendimentos agropecuários na Amazônia.

Entre as décadas de 1930 e 1940 houve mudanças consistentes na organização da economia brasileira; iniciou-se um processo de subordinação da

agricultura à indústria, embora não tenham ocorrido mudanças no que se refere à organização da produção agrícola, as oligarquias continuaram concentrando terras e tendo o domínio da produção, voltada para exportação. No entanto, houve uma diminuição do seu poder político.

Sabe-se que os anos 1930, no Brasil, constituíram um marco histórico do modelo de desenvolvimento capitalista fundamentado em base 'conservadora', na qual a concentração da propriedade privada da terra foi referência teórica adotada pela concepção sobre a consolidação do projeto de modernização capitalista 'não clássico', fruto do desinteresse entre as classes rurais, operárias e a burguesia brasileira, na formação de alianças voltadas a realizar um 'projeto emancipador'. (LUSTOSA, 2012, p. 170).

Não houve um rompimento com a estrutura agrária que delineava o modelo conservador da estruturação da sociedade brasileira; o monopólio da propriedade da terra continuou como base da estrutura social, econômica e política que definiu relações sociais mais amplas e manteve-se a intensa desigualdade que caracteriza uma sociedade que concentra terra, renda e poder.

Para dar continuidade quer ao desenvolvimento capitalista, da forma em que ele era acessível, quer à dominação burguesa, como ela podia ser praticada econômica, social e politicamente, todos esses setores se viam forçados a manter alianças fundamentais (visíveis ou não), que punham a solidariedade de classe em primeiro lugar e anulavam, sub-repticiamente, os conflitos *setoriais* ou *partidários* aparentemente intransponíveis. (FERNANDES, 2006, p. 307).

Nesse processo houve um deslocamento do poder das elites agrárias para as elites industriais, mas não houve um rompimento com a oligarquia rural. A concentração fundiária continuou sendo o centro da organização do meio rural, fonte de poder político e econômico na sociedade brasileira.

A agricultura para exportação, direcionada a partir da necessidade do mercado externo, continuava tendo um papel importante na economia do país, enquanto a pequena produção foi direcionada para abastecer o mercado interno.

Uma análise mais atenta da organização econômica do país nos mostra que o essencial nela, desde a distribuição da população, a estrutura agrária, a disposição dos centros urbanos, a rede de transportes, até o aparelhamento comercial e financeiro, se dispõe, sobretudo, para atender aos objetivos que desde os remotos tempos de sua formação até nossos dias, a ela essencialmente se impôs: a produção de gêneros exportáveis. E isto sem contar poderosos fatores sociais e políticos que agem no mesmo sentido. (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 298).

Com base no processo de produção de gêneros exportáveis, como afirma o mesmo autor, desenvolveu-se uma política de desenvolvimento das classes dominantes com um projeto claro para o campo, para acelerar o modelo produtivo em grandes extensões de terras, fincado na monocultura. O chamado desenvolvimento agropecuário, sob o domínio do capital, promoveu mudanças profundas no campo, submeteu as diversas formas de trabalho na agricultura às necessidades do mercado, tudo isso, em detrimento das relações de produção da agricultura familiar.

As classes dominantes detentoras de poder econômico e político buscaram através de um processo contínuo e amplo de exploração, impor uma ordem social que contemplasse seus interesses e, principalmente, que legitimasse sua dominação e respaldou-se na ação do Estado, pois, em geral, é na sua estrutura material e política que encontra o aparato legal para sua dominação.

Por outro lado, os trabalhadores que sobrevivem no campo reproduzem relações sociais de produção com base na agricultura familiar, embora expostos a processos históricos de expropriação e expulsão, recriam constantemente formas de acesso à terra e de garantir sua sobrevivência através do trabalho agrícola. Sob processos organizativos variados, defendem um projeto que se diferencia das elites agrárias, expressam resistência à produção baseada na monocultura e reafirmam a importância da agricultura familiar.

Esses trabalhadores têm uma trajetória histórica para ter acesso à terra e dela poder garantir sua reprodução material, apesar de serem excluídos dos processos decisórios sobre a sociedade, e estão imbricados no conjunto de relações que estruturam essa sociedade, de forma específica, a teia de relações que definem a produção da vida no campo nos diferentes momentos da história brasileira.

A luta pela terra no Brasil inicia-se ainda no período colonial com a resistência dos índios ao domínio português, em defesa das suas terras invadidas. E exemplo dessa luta, a revolta dos negros contra a escravidão, através da organização de fugas e da ocupação de terras livres, onde conquistavam um novo território que chamavam de quilombos. Outro, dos mais importantes movimentos no Brasil, foi Canudos, experiência de construção de uma sociedade diferenciada, que aconteceu na Bahia entre 1870 e 1897, tendo como líder Antonio Conselheiro.

O seu conteúdo de protesto organizado na direção de reordenar as relações sociais no campo, expresso através de véus possíveis e compatíveis com a época e as circunstâncias, é muitas vezes escamoteado e ressaltada a forma messiânica através da qual ele se expressou. No entanto, Canudos foi um dos movimentos sociais mais importantes da América do Sul. (MOURA, 2000, p. 22).

Canudos desenvolveu um tipo de sociedade comunitária e solidária, embora suas forças produtivas fossem rudimentares, a relação com a terra e seu processo produtivo não era de exploração, o que foi uma afronta ao poder político da recente república e aos latifundiários da época, justificando a guerra sangrenta que exterminou o movimento.

Outra experiência recente na história brasileira foi o movimento das Ligas Camponesas, organizado por Francisco Julião, no estado de Pernambuco, que conseguiu realizar mudanças importantes em relação à propriedade da terra no Nordeste. Essa experiência representa uma herança para os movimentos sociais que lutam pela terra.

As ligas camponesas, que nasceram na luta dos engenhos em Pernambuco, em 1954, foram o movimento mais massivo e radical pela reforma agrária. Organizavam-se basicamente na região nordeste do país e tinham como lema: Reforma agrária na lei ou na marra. Sofriam a influência político-ideológica de diversos partidos e grupos de esquerda e se destacaram pela conquista de diversos engenhos. (GORGEN; STEDILE, 1996, p. 20).

As Ligas Camponesas buscaram legitimar o direito à terra organizando-se na luta pela reforma agrária, num questionamento contundente da estrutura agrária brasileira;" mobilizavam os trabalhadores com o lema *Reforma Agrária na lei ou na marra*. "Os camponeses se reuniam por local de moradia e planejavam lutas sociais para resolver problemas específicos. Havia unidade estadual e nacional, proporcionada por uma direção política. (STEDILE, 2006, p. 12).

Apesar de a experiência representar um avanço organizativo na luta por reforma agrária, segundo Moura (2000, p.121) "a ordem oligárquico-latifundiária não podia permitir essa mudança e, em aliança com as forças conservadoras internas e com o imperialismo compôs-se para impedir essa mudança social." Embora as Ligas Camponesas tivessem atingido uma organização nacional, desde a sua fundação em 1954, após o golpe militar de 1964 foram dizimadas e suas lideranças assassinadas ou presas. Preservou-se novamente, a clara divisão de classe entre

proprietários e não proprietários.

Em meio à efervescência política sintetizada nesses movimentos sociais, o processo de “desenvolvimento” ou modernização da agricultura brasileira seguiu de forma desigual, com diferença profunda no acesso a créditos e a subsídios por parte do Estado; os pequenos produtores ficaram à margem desses benefícios e o aumento da produção agrícola não se reverteu em desenvolvimento para a população como um todo.

Esse processo de modernização da agricultura brasileira foi concebido e planejado como contraponto às propostas de reforma agrária gestadas no âmbito da esquerda brasileira ao longo dos anos 1950-1960. De acordo com os defensores da modernização, seria possível desenvolver plenamente a capacidade produtiva da agricultura brasileira sem distribuição da terra, contrariamente aos que defendiam os partidários da reforma agrária, para quem a democratização da terra era condição indispensável para o próprio desenvolvimento da agropecuária brasileira. (CALDART, 2012, p. 478).

A partir desse contexto avança o processo de industrialização no campo, que significa também, a subordinação da produção camponesa à lógica da produção capitalista, o empresário se torna também proprietário de terras e o latifundiário moderniza seu processo produtivo na agricultura. Manteve-se nesse processo a concentração e a exclusão, traços característicos da estrutura da sociedade brasileira.

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura é uma corrida. O que estou dizendo é que nessa corrida nem todos partiram do mesmo ponto; partiram de pontos diferentes; alguns já estavam mais à frente do que os outros e, pior do que isso, além de já partirem em vantagem, alguns partiram de moto, outros de avião, e alguns partiram a pé. Ao longo desse processo, desses 30 anos de caminhada, foi ficando pela estrada a grande maioria daqueles que partiram a pé, dos que partiram com tração animal, dos que partiram com o trabalho da família, dos que partiram sem crédito etc. Ou seja, esse processo foi profundamente excludente, de modo que também a modernização foi um processo brutal de concentração da produção, de concentração da renda e de geração, de outro lado, da sua face de miséria. O desenvolvimento capitalista se fez gerando profundas riquezas, concentrando riquezas e concentrando, do outro lado, miséria. (SILVA, 2013, p. 165).

Todos os investimentos no sentido de desenvolvimento econômico do país foram realizados com o intuito de avançar no processo de industrialização, tendo o seu ápice na década de 1960 com as estratégias do desenvolvimentismo, que

resultou em crescimento econômico e, ao mesmo tempo, em acelerado processo migratório e no crescimento desordenado das grandes metrópoles. Cabe ressaltar que a base econômica da grande propriedade territorial não sofreu mudanças apesar do contexto de transformações econômicas.

Em meio ao conjunto de transformações pelas quais passou a sociedade brasileira, mantendo-se a estrutura fundiária concentrada e as suas inúmeras consequências, em cada contexto histórico específico, os camponeses construíram e constroem processos de resistência que se traduzem em lutas e movimentos em torno da democratização da terra.

A luta pela terra é a resposta dos trabalhadores a todo esse processo de expropriação que se estende em todas as fases do desenvolvimento brasileiro. A defesa da reforma agrária vai se consolidando entre os trabalhadores como forma de defender um modo de vida. Este se define a partir da produção familiar, da manutenção da organização específica dos camponeses e, por outro lado, representa uma contestação da estrutura fundiária concentrada ao longo da história.

Esses processos não se referem apenas à questão da terra, mas também as formas de organização do trabalho e da produção, do abastecimento e da segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos; às políticas agrícolas; às formas de inserção ao mercado e aos tipos de mercado; à questão campo-cidade; à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política. (FERNANDES, 2013, p. 204).

A partir dessa perspectiva de totalidade da questão agrária defendida por Fernandes, tem-se a dimensão do que ele chama de conflitualidade, “que é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo”. (2013, p. 174). Na realidade do campo brasileiro essa conflitualidade vem se expressando historicamente nas reivindicações dos trabalhadores rurais por condições que lhe propiciem uma vida digna, assim como, na imposição da violência por parte dos latifundiários. Apesar disso, os trabalhadores continuam se organizando em torno da reforma agrária.

A reforma agrária que os trabalhadores em geral reivindicam não é a pulverização antieconômica da terra; é sim uma redistribuição da renda, de poder e de direitos, aparecendo as formas multifamiliar e cooperativa como alternativas viáveis para o não fracionamento da

propriedade. Em resumo, não desejam a mera distribuição de pequenos lotes, o que apenas os habilitaria a continuarem sendo uma forma de barateamento de mão de obra para as grandes propriedades. Mas almejam uma mudança na estrutura política e social no campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras. (SILVA, 2007, p. 95).

A luta por reforma agrária é uma estratégia para confrontar o latifúndio, buscando romper com o monopólio da terra. As reivindicações em torno desse objetivo pontuam a necessidade do acesso a políticas de crédito, assessoria técnica, condições para comercialização, dentre outras condições necessárias para garantia de sobrevivência digna para as famílias que precisam trabalhar na terra.

A reforma agrária reivindicada pelos movimentos seria mais ampla que a mera distribuição de terras. Dessa forma, demandaria a estruturação de políticas que garantiriam as condições de trabalho e a ampliação de direitos sociais.

A reforma agrária significa um conjunto de medidas necessárias para alcançar os objetivos descritos. Esse conjunto de mudanças representa a criação de um novo modelo agrário e agrícola que garanta desenvolvimento econômico, político e cultural para toda a população do campo e beneficie a população urbana. (STEDILE, 2005, p. 189).

Essa concepção de reforma agrária é resultado de um processo histórico de conflitos em torno da questão do uso e propriedade da terra. Há que se considerar que, assim como as conflitualidades são decorrentes de cada momento histórico, a luta dos trabalhadores também respondeu a situações específicas.

Dentre outros movimentos sociais que marcaram a história da luta por terra e por reforma agrária, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST), fundado oficialmente em 1984, no primeiro Encontro Nacional que aconteceu no Paraná. O MST nasceu das ocupações espontâneas por terra, no entanto, suas lutas avançaram também em torno das reivindicações por reforma agrária e pelo desenvolvimento do país.

A gênese do MST aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado. O Movimento começou a ser formado no Centro-Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da fazenda Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações que resultaram na gestação do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem-terra, que aconteceram nos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do Movimento. Assim, a sua

gênese não pode ser compreendida por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos. (FERNANDES, 2000, p. 50).

Ao longo da década de 1980 o MST se territorializa nacionalmente, tendo como marco da sua presença nos estados, a ocupação de terras e as amplas mobilizações políticas. O movimento consolidou-se conquistando centenas de assentamentos e acampamentos, transformando a luta pela terra, que deu origem a sua trajetória, em luta por um projeto de sociedade que prima pela justiça e pela igualdade, dessa forma, foi definindo princípios orientadores de seu processo organizativo.

Em seu desenvolvimento, o MST sempre teve como referências estes princípios: lutar contra o capital na construção de uma sociedade sem exploração; lutar pela terra e pela reforma agrária, para que a terra esteja sempre a serviço de toda a sociedade; lutar pela dignidade humana, por meio da justa distribuição da terra e das riquezas produzidas pelo trabalho; lutar sempre pela justiça com base nos direitos humanos; lutar contra todas as formas de dominação e procurar em todo tempo e lugar a participação igualitária da mulher. (FERNANDES, 2000, p. 86).

Direcionado por esses princípios, o MST organiza seus acampamentos e assentamentos, obedecendo a estratégias de organização específicas que estão presentes nos seus territórios, nas regiões e nas instâncias nacionais. Segundo Caldart “a luta é dimensionada em vários setores de atuação do movimento, como a produção, a educação, a cultura, a saúde, as políticas agrícolas e a infraestrutura social” (2012, p. 496).

O processo de expansão do MST e sua luta pela democratização da terra não aconteceu de forma tranquila, ao desnudar para a sociedade a dimensão das desigualdades sociais no campo, as oligarquias e o Estado reagiram e reagem com violência. Vários foram os conflitos em decorrência da reação dos latifundiários e mais recentemente do chamado agronegócio. A intensificação das lutas é paralela ao crescimento da violência contra os trabalhadores, como exemplo emblemático dessa violência, tem-se o Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996.

Apesar da violência direcionada pelas classes dominantes e pelo Estado, o MST se consolidou como um movimento reconhecido internacionalmente, com uma identidade diversa por aglutinar pessoas de todo o Brasil. Ao enfrentar os desafios

da estrutura agrária brasileira, o MST vem pressionando para realização de políticas agrárias adequadas às necessidades da população que vive no campo, além de construir experiências organizativas, de produção e de formação política que se articulam aos princípios que defende ao longo da sua história.

Essas experiências de luta pela terra são um exemplo de que a problemática da terra no Brasil vem sendo vivenciada a partir de duas situações específicas, a dos proprietários, que exploravam economicamente e em grande escala a sua propriedade, e a dos posseiros, dos sem terras, destituídos da propriedade, mas trabalhando durante anos na terra e sofrendo com a violência e a expulsão. Essa situação se agravou na década de 1960, apesar da propagação de que a reforma agrária seria realizada, principalmente a partir do Estatuto da Terra, Lei n. 4.504, promulgada em 30 de novembro de 1964.

O Estatuto da Terra irá se constituir de fato na primeira Lei de reforma agrária no Brasil, apesar do cenário de repressão a todos os movimentos sociais que atuavam em defesa da reforma agrária. Em que pese ser esta uma legislação inserida em circunstâncias políticas ditatoriais, o Estatuto tem um caráter progressista, principalmente pelos seguintes aspectos:

a) Criou um organismo público federal – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) – encarregado do cadastro das propriedades, dos processos de colonização de terras públicas e de desapropriação de terras. O Ibra, em sua evolução veio a ser o que é o Incra hoje; b) Criou o instituto da desapropriação pelo Estado daquelas propriedades que subutilizam seu potencial produtivo. E, portanto, rompeu com o direito absoluto à propriedade da terra, a condicionar a propriedade à utilização social. E deu poderes ao Estado para intervir em nome da sociedade. (STEDILE, 2005, p. 147).

Apesar desses avanços legais, o Estatuto da Terra foi concebido para desenvolver uma política de reforma agrária que visava impulsionar o desenvolvimento do capitalismo. No entanto, os desdobramentos da ditadura militar, suas relações tensas e suas mudanças políticas intensas, limitaram o uso do Estatuto à privatização de terras públicas, vendidas para grandes empresas, assim como, a realização de programas de colonização, dirigidos principalmente aos camponeses pobres do Sul e Nordeste.

Os governos militares deixaram de efetivar o Estatuto da Terra, mantendo

intacta a propriedade, apesar de a lei dispor sobre a desapropriação por interesse social, quando o uso da terra não estivesse cumprindo a função social determinada, sendo que a sua função estava ligada aos níveis de produtividade, à conservação dos recursos naturais e ao bem-estar dos proprietários, dos trabalhadores e de suas famílias. As ações de reforma agrária ficaram limitadas a intervenções pontuais para resolução de conflitos pela posse da terra.

A tendência à concentração fundiária não tem se dado impunemente. Na verdade, o Estado tem a sua política em relação à questão, as empresas têm a sua, mas eles não estão sozinhos nessa história. Existem os interesses daqueles que já estão na terra e que têm sido expulsos ou ameaçados de expulsão. Existem os interesses daqueles que não estão na terra e que precisam da terra para trabalhar. Portanto, a tendência à concentração fundiária tem sido, ao mesmo tempo, uma tendência ao aumento dos conflitos pela terra. (MARTINS, 1985, p. 68).

As palavras de Martins fazem referência a uma conjuntura que expressa a essência da relação entre proprietários e não proprietários. O contexto político da década de 1980 manteve-se até a atualidade, passou por poucas mudanças, o poder dos proprietários, arraigado regionalmente nas oligarquias, manteve sua opressão sobre os trabalhadores rurais. A imagem do antigo coronel transforma-se na imagem do empresário do campo que alavanca o agronegócio; o posseiro, o pequeno produtor, os sem terras, sujeitos às práticas violentas no campo, subordinam-se na atualidade a novos processos de expulsão e a relações precárias de trabalho ditadas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo.

3.2 O Agronegócio como modelo de desenvolvimento no campo brasileiro

Conforme já apresentado, a realidade brasileira é marcada, historicamente, pela expropriação dos povos originários, pela exploração do trabalho de índios, negros e camponeses e pela apropriação privada de grandes extensões de terras.

A situação do campo no Brasil é mediada por contradições. O atraso tecnológico da pequena produção no campo e a ineficiência das políticas públicas, que deveria garantir uma sobrevivência digna aos camponeses, convive com investimentos que priorizam a grande propriedade e reforçam o poder político dos

latifundiários.

O Estado assume uma postura servil ao capital, e segue cartilhas que preconizam a desregulamentação das relações de trabalho, a diminuição dos direitos sociais, tão presentes enquanto bandeiras de luta dos trabalhadores, cumprindo os ditames do capital.

É fato que nas sociedades o Estado administra relações políticas e econômicas como condição de garantir o controle das massas populares, e mais do que isso, alinha-se aos interesses da classe dominante, criando as condições para garantir o poder desta. Para maioria da população restam políticas sociais focalizadas, desestruturadas e cercadas de cunho ideológico.

A aliança do Estado com a classe dominante é uma constante na formação econômica do Brasil. A ligação com as elites agrárias manteve-se forte no início do processo de industrialização brasileira na década de 1930, diante da necessidade de reagir à crise de 1929, formou-se um novo bloco de poder entre o Estado e a burguesia emergente, sem romper totalmente com o poder dos latifundiários.

Nesse processo se forjaram as perspectivas de “desenvolvimento” projetadas para o Brasil, marcadas desde a sua origem pela lógica de desenvolvimento do capitalismo. É nesse sentido que a formação econômica brasileira insere-se no debate sobre as estratégias para superação do subdesenvolvimento, numa lógica de subordinação ao capital.

Todavia, o auge do desenvolvimentismo ocorreu nos anos 1950-1960. Nesse período, o modelo desenvolvimentista aprofundou-se com a implementação do capital financeiro no Brasil. O desembarque das multinacionais durante o governo JK, que então investiram nos setores de bens de consumo duráveis, e o início da construção do setor de bens de capital e da indústria de base com vultosos aportes estatais no governo Vargas, são constitutivos dessa fase do desenvolvimento capitalista brasileiro. (CASTELO, 2012, p. 620).

Esse período é um marco histórico do “desenvolvimento brasileiro” que representou crescimento econômico e desigualdade social, tendo em vista que a maioria da população foi alijada do acesso a bens e serviços necessários a uma sociedade desenvolvida.

(...) o desenvolvimento capitalista sempre foi percebido e dinamizado socialmente, pelos estamentos ou pelas classes dominantes,

segundo comportamentos coletivos tão egoísticos e particularistas, que ele se tornou compatível com (quando não exigiu) a continuidade da dominação imperialista externa; a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da população não possuidora do mercado e do sistema de produção capitalista. (FERNANDES, 2006, p. 262).

Seguindo essa estratégia econômica das classes dominantes, a partir da década de 1960, a economia brasileira intensifica seu processo de incorporação ao crescimento do capitalismo monopolista. A disposição por parte das economias centrais de investir volumes de recursos para impulsionar as transformações econômicas em curso, não se reverteu em desenvolvimento para a sociedade brasileira.

A ideologia desenvolvimentista é assumida pelo governo de Juscelino Kubitschek, que inicia seu governo em 1956. Esse governo assume a tarefa do desenvolvimento com industrialização, mobilizando a sociedade para seu projeto desenvolvimentista.

A grande meta de Juscelino foi o desenvolvimento. E para concretizá-la, criou um clima de confiança, fez apelo aos capitais nacional e estrangeiro, deu a este, incentivos especiais e procurou eliminar os pontos de estrangulamentos estruturais através de programas de investimentos, principalmente nas áreas de transporte e energia. (AGUIAR, 2011, p. 106).

As projeções desenvolvimentistas se assentam na articulação com o capital estrangeiro para alcançar o desenvolvimento econômico, ou seja, o desenvolvimento do sistema capitalista, que tem na industrialização e na modernização da agricultura um de seus pilares, subordinando todas as questões da sociedade brasileira.

De acordo com Leal (2010) a história recente da Amazônia está entrelaçada com essas estratégias de “desenvolvimento” econômico brasileiro. O autor analisa o período da ocupação recente e a atualidade da região, afirmando que passado o período de maior produção da borracha e a expressiva contribuição à acumulação do capital, a região passou a ser encarada como área estratégica de recursos naturais, capaz de ser apropriada e controlada. Grandes extensões de terras passam a ser exploradas como territórios privados, numa desordenada extração dos recursos naturais. Como exemplo, temos a problemática da extração madeireira e a implantação dos empreendimentos agropecuários na Amazônia.

Assim, a Amazônia hoje, é um espaço onde ou se gera uma produção supérflua, ou onde se produz um saque modernizado e eficiente dos recursos naturais necessários à acumulação, controlado pelas grandes corporações capitalistas. Madeira, minérios, hidroenergia, são alguns desses recursos empacotados em massa e exportados a preços aviltados, e cuja, receita, por maior que seja, é inexpressiva ante a magnitude da descapitalização ecológica de riquezas naturais que provoca. Mais uma vez, a grande maior parte da sociedade regional está à margem dos benefícios que esses processos geram. Quem os apropria regionalmente é uma reduzidíssima minoria de privilegiados, que controla subsidiariamente a exploração dos recursos naturais e a exploração da força de trabalho da região. São os representantes, latifundiários, profissionais liberais e funcionários públicos integrados aos esquemas de corrupção e favorecimento que esse sistema incorpora. (LEAL, 2010, p. 116).

Como uma questão mais recente, Picoli situa a implantação, a partir da década de 1970, dos grandes projetos na área de mineração, que garantem a apropriação privada das jazidas minerais.

As classes sociais envolvidas na nova dinâmica de ocupação do território amazônico configuram-se em duas: uma representada por grupos econômicos que ali vão expandir seus negócios para reproduzir capitais; a outra formada por marginalizados e despossuídos no processo histórico com sucessivas migrações ao longo de suas gerações, que fazem parte do exército industrial de reserva do país (PICOLI, 2006, p. 8).

Parte-se do entendimento de que a produção brasileira e a amazônica estão vinculadas às estratégias do mundo do capital, portanto, adequando-se às necessidades do mercado mundial. E é nesse sentido que se processou a concentração de terras na Amazônia, através da repartição das terras devolutas em benefício do capital, realizada pelo Estado principalmente através do processo de colonização.

Na década de 1960 o Estado brasileiro construiu estratégias para efetivar a ocupação da Amazônia e atrair a iniciativa privada; com o objetivo de inserir a Amazônia no mercado mundial são repassados virtuosos financiamentos a empresas que se instalaram na região, principalmente através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)⁴. Trabalhadores de todas as regiões são atraídos para a região a partir do desenvolvimento de vários projetos econômicos e

⁴ Segundo Marques (2010, p. 71), “Das atribuições da Sudam, a lei formalmente estabelecia uma instituição forte, com poder de centralização que se sobrepunha aos demais órgãos governamentais presentes na região. Cabia a ela coordenar, supervisionar e fiscalizar os demais órgãos e seus programas de trabalho”.

da expectativa do acesso a terra.

Foram criados vários programas para a região, sendo acompanhados e controlados pelo Estado em conjunto com o capital, através de um projeto de expansão conjunto e articulado. Foi através dos incentivos fiscais que se efetivou a transferência dos grupos econômicos para a região, pois este era o diferencial para facilitar a acumulação. O projeto Sudam foi criado exclusivamente para beneficiar o grande capital, que efetivou a acumulação na região, por meio da expansão da nova fronteira. (PICOLI, 2006, p. 37).

As propostas de ocupação da Amazônia representaram na verdade um processo de concentração fundiária, de apropriação e mercantilização dos recursos minerais e florestais, adicionados ao repasse dos recursos públicos à iniciativa privada.

Nas últimas décadas do século XX, a região da Amazônia foi alvo de grandes estratégias econômicas, mediadas pelas formas de violências citadas anteriormente, com estímulos governamentais principalmente na área da mineração, da extração de madeira e produção de monoculturas. Dentre os grandes empreendimentos na área da mineração destaca-se o Programa Grande Carajás (PGC), institucionalizado em 1980, com abrangência nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins.

O PGC tem produção em grande escala voltada para o mercado externo, “Carajás, situada no sul do Pará a 550 km de Belém, a 150 km de Marabá e a 300 km de Imperatriz, é a maior reserva de minério de ferro encontrada no mundo. (GISTELINCK, 1988, p. 54). Além do ferro há grande quantidade de outros minérios, o que explica o interesse das empresas transnacionais, a implantação de vários projetos na área de infraestrutura, energia, assim como, os inúmeros impactos sociais e ambientais da implantação do PGC na região.

É nesse contexto que a empresa Vale⁵ vem expandindo seus

⁵ A Companhia Vale do Rio doce foi criada em 1942 pelo governo de Getúlio Vargas, sua área de atuação a princípio concentrada nas jazidas de minério de ferro de Minas gerais, passou também a operar na região amazônica a partir da década de 1970. Em meio a muitas polêmicas foi privatizada em maio de 1997. Como parte das estratégias econômicas do Programa Grande Carajás, a empresa continuou explorando os minérios da Serra de Carajás em escala mundial, além de escoar inúmeros recursos naturais, seus impactos sociais, ambientais na região amazônica são profundamente questionados pelas entidades e movimentos sociais. Segundo informações da rede Justiça nos Trilhos, “Os impactos das operações da Vale são violentos: utiliza 1,2 bilhões de metros cúbicos de água por ano, correspondentes ao consumo médio de água de 18 milhões de pessoas. Em 2009, despejou em rios e mares 114 milhões de metros cúbicos de efluentes industriais e oleosos: é o mesmo volume da água que o rio Amazonas despeja no mar em 12 minutos”. Disponível em: <<http://www.justicanostrilhos.org/Quem-e-a-Vale>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

empreendimentos na área de mineração, tendo também uma expansão territorial de inúmeros impactos ambientais e sociais.

A maioria desses projetos com iniciativa do Estado, não beneficiou sua população originária, os pequenos produtores ou os trabalhadores que migraram em busca de melhores condições de vida, ao contrário, realizou a concentração de terra, a violência e a usurpação dos recursos naturais.

(...) a questão fundiária produziu no Brasil e, particularmente, na Amazônia, três violências distintas, combinadas e progressivas, inicialmente, a violência física do policial, do jagunço, contra o posseiro, o peão, que foi também o primeiro passo no fortalecimento da ordem privada em detrimento da ordem pública. Em segundo lugar, a violência da justiça, desmoralizada pela execução de sentença de despejo com jagunços e outros recursos particulares de grileiros e grandes empresas; uma justiça transformada em executora de uma política de expropriação territorial, de privilegiamento dos interesses da empresa privada sobre os direitos da pessoa. Em terceiro lugar, e como consequência dos efeitos contrários e comprometedores para a ordem pública das duas violências anteriores, a violência que é a interferência direta do poder executivo, através da ação militar e policial, na questão fundiária. (SILVA, 1985, p. 59).

De acordo com Fernandes (2006), a classe dominante conseguiu nesse período revigorar as condições econômicas, socioculturais e políticas através das quais ela mantém seu poder. As consequências econômicas e sociais atingem a maioria da população, visto que foram alijadas de qualquer participação no desenvolvimento propagado nesse período.

A nova fase do debate sobre o desenvolvimento nacional é inaugurada em plena vigência do neoliberalismo, sob o comando do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) de 2002 até os dias atuais.

Conforme Castelo (2012), a corrente do novo desenvolvimentismo, característica dos governos Lula (2002/2005 e 2005/2010) e Dilma (2011/2014), destaca o papel do Estado na condução de políticas macroeconômicas, direcionadas e subordinadas ao desenvolvimento, defendendo o mercado interno como espaço de ampliação do consumo e a diminuição da pobreza a partir de investimentos em políticas sociais.

O principal objetivo dos novo-desenvolvimentistas é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma

melhora substancial nos padrões distributivos do país. A consecução desse objetivo passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na 'questão social', principalmente no tocante à redução da incerteza inerente às economias capitalistas. (CASTELO, 2010, p. 194).

Há um retorno à ideologia do desenvolvimentismo, assinalando a possibilidade de conjugar interesses gerais do país, escamoteando o caráter classista de um Estado que resguarda os interesses da burguesia e garante as condições para permanência do modo de produção capitalista.

Os novo-desenvolvimentistas, enfim, não colocam em tela a natureza do poder do Estado capitalista, nem sua estrutura classista, mas sim sua forma de atuação em favor dos rentistas. Na sua opinião, tal qual falavam os nacional-desenvolvimentistas, o Estado deve operar em comunhão com a burguesia industrial e os trabalhadores, pois, supostamente, ambos teriam a ganhar sob o signo da acumulação capitalista em base produtiva. Dessa forma, o Estado agiria como um agente da mudança social em nome dos interesses da vontade coletiva, e não em favor de um grupo ou classe social particular, como é tradição do Estado brasileiro. (CASTELO, 2010, p. 199).

O que se projeta como desenvolvimento na atualidade é o prolongamento de perspectivas que não questionam os fundamentos da função do Estado e das contradições da sociedade brasileira. No que se refere à realidade do campo, o seu contexto atual é resultado desse processo histórico marcado por experiências de "desenvolvimento" que privilegiam as oligarquias e mantém intacta uma estrutura agrária concentrada e excludente.

As mudanças na configuração das relações econômicas atingem a agricultura e a organização da vida no campo. As consequências são graves, passam pela desnacionalização da agricultura para as empresas estrangeiras, pela concentração de terras e pela priorização da produção para exportação; tudo isso priorizando a modernização da agricultura a partir das grandes propriedades em detrimento da agricultura familiar.

Nesse cenário, o agronegócio é defendido como a única forma de desenvolvimento da agricultura, no entanto, tem como fundamento a continuidade da expropriação, da destruição do meio ambiente e de relações sociais, sob o discurso da produtividade e da modernidade.

Observe-se que o agronegócio, na acepção brasileira do termo, é uma associação da grande propriedade fundiária. Essa associação

realiza uma estratégia econômica do capital financeiro perseguindo o lucro e a renda da terra sob o patrocínio de políticas de Estado. (DELGADO, 2013, p. 64).

É nesse sentido que o agronegócio deve ser entendido: como uma articulação do capital, vinculado aos complexos agroindustriais, consolidado em plena vigência do neoliberalismo numa aliança entre as multinacionais e os latifundiários. Assim, o campo torna-se um espaço privilegiado de produção de riquezas que é apropriada por poucos, à mesma medida que se expande a pobreza para a maioria da população e se intensifica a desigualdade social.

Trata-se, evidentemente, de uma forma capitalista de produção agrícola, mas que possui características bem demarcadas. Uma dessas características é o fato de que o agronegócio envolve uma ampla articulação de capitais, sob o controle de grupos econômicos multinacionais e cuja maximização de lucros é viabilizada de um lado, por um contexto de globalização neoliberal, em que os capitais têm ampla liberdade de circulação, em que ocorre uma rápida difusão de informações técnicas e tecnologias e, simultaneamente, uma intensa precarização do mundo do trabalho em todos os países capitalistas. Por outro lado, o agronegócio se viabiliza por meio da apropriação de espaços nos estados para garantir recursos e condições políticas e jurídicas favoráveis às suas atividades. (CAMPOS, 2011, p. 111).

Por se viabilizar a partir da apropriação de novos espaços é que o agronegócio se configura como um novo tipo de latifúndio, seu processo de concentração abrange além da terra a tecnologia e as políticas estatais de desenvolvimento. De acordo com Fernandes, “o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade”. (2013, p. 216).

Há uma articulação plena entre latifúndio e modernização tecnológica, cuja raiz encontra-se na chamada modernização da agricultura brasileira. Entre as décadas de 1950 e 1960, o Estado criou as condições para a absorção de máquinas e insumos a serem utilizados na agricultura, além de que, a implantação de um sistema de pesquisa e de extensão rural, criados para difundir a chamada revolução verde⁶, garantiu a expansão desse processo de modernização. A chamada revolução verde tem a ver com o incremento tecnológico da produção tendo em vista

⁶ O termo revolução verde é utilizado para explicar o processo em que se intensifica a sujeição do campo à lógica do capital. A revolução verde é um modelo de desenvolvimento da agricultura baseado no uso intensivo de agrotóxicos e maquinário pesado. Esse modelo foi amplamente difundido após a segunda guerra mundial.

o aumento da produtividade, porém, tem objetivos históricos que não se explicam somente pela produtividade, mas por variáveis técnicas, políticas e econômicas que visam o domínio do capitalismo sobre a agricultura.

O importante nesse conceito é destacar a abrangência das pesquisas realizadas em vários campos do conhecimento e também a ousadia em desenvolver “receitas” que poderiam ser adaptáveis a qualquer região. Os que acreditam nessa proposta não levam em consideração as diversas geografias presentes no mundo, pois admitem uma receita universal passível de ser aplicada em qualquer região. (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 47).

A marca principal dessas receitas é o melhoramento de sementes, o uso intensivo de agrotóxicos e de máquinas pesadas, tratores, colheitadeiras etc. que passam a ser usados largamente na produção agrícola a partir do término da Segunda Guerra Mundial. O uso indiscriminado deste pacote tecnológico da revolução verde foi incentivado pelo Estado brasileiro, que a partir de sua adesão a esse modelo, realiza pesquisas e garante o suporte da extensão rural, tendo sérias consequências sobre a cultura dos produtores e, principalmente, tem profundos impactos ambientais.

Como pôde ser visto, a Revolução Verde causou profundos impactos ao meio ambiente, mas não se pode esquecer de que o homem, apesar de causador desses impactos, também sofre com as consequências de suas ações, tanto como ser biológico, quanto como ser social. Biologicamente, ou seja, a saúde do homem, também sofre com tal modelo, haja vista que o homem é consumidor direto de tais alimentos. O consumo sistemático de alimentos contaminados por agrotóxicos, ao longo da vida, leva a doenças perigosíssimas, como, por exemplo, o câncer, todavia somente as pesquisas mais recentes atentaram para a estreita relação entre o consumo de tais alimentos e essa doença. (ANDRADES; GANIMI, 2007 p. 52).

O processo da modernização da agricultura vai muito além de mudanças técnicas na produção, garantidas através da revolução verde. Seus fundamentos relacionam-se a um conjunto de variáveis econômicas, políticas e sociais.

No contexto da ditadura militar e dos inúmeros debates sobre o desenvolvimento, havia uma polêmica sobre como aumentar a produtividade agrícola, com ênfase na discussão sobre a reforma agrária. A opção brasileira foi a manutenção da estrutura fundiária com adoção dos pacotes tecnológicos da revolução verde.

É dessa forma que a modernização da agricultura mantém sua base conservadora, privilegiando a grande propriedade, que adquire as condições para o aumento da produtividade, assumindo a monocultura para exportação como base da produção no campo. A consolidação do agronegócio fundamenta-se nesse processo.

São evidentes os descompassos entre a promessa de desenvolvimento econômico da modernização da agricultura brasileira, alicerçada nas diretrizes da revolução verde, e a necessidade de desenvolvimento social da sociedade brasileira. Paralelamente seguem os conflitos por terra e por modelos de desenvolvimento, tendo em vista que a chamada modernização faz a opção pela manutenção da estrutura agrária concentrada e desigual.

O novo padrão de desenvolvimento capitalista está ampliando e aprofundando as desigualdades econômicas e políticas preexistentes. Não só aumentou o fosso entre o 'pobre' e o 'rico' ou a distância socioeconômica, político-cultural e histórica entre as classes despossuídas e as classes possuidoras: o caminho para chegar à riqueza e ao poder fundado na riqueza tornou-se muito mais áspero e difícil. No salto histórico descrito, mais uma vez a posição estratégica das classes dominantes e de suas elites permitiu que elas praticamente monopolizassem as vantagens diretas ou indiretas das transformações ocorridas e em processo. (FERNANDES, 2006, p. 325).

A ação do Estado na modernização conservadora deu-se principalmente através da política de créditos, da manutenção da estrutura agrária e de incentivos fiscais, numa tessitura que na atualidade respalda o “moderno” proprietário do agronegócio, destacando-o como estratégico para o desenvolvimento da economia brasileira.

Ao acirrar a subordinação da agricultura brasileira aos desideratos do capital financeiro, as tendências da agricultura brasileira apontam para um processo que combina: reconcentração fundiária; maior controle direto ou indireto do capital internacional sobre a exploração agrícola; nova rodada de grilagens de terras; e exacerbação da superexploração do trabalho. A subordinação da agricultura brasileira aos desígnios do capital financeiro intensificou-se no novo milênio. (SAMPAIO JR., 2013, p. 216).

Sampaio Júnior enfatiza ainda que ao revitalizar o agronegócio como eixo central da acumulação capitalista no Brasil, há um reforço do papel do latifúndio na economia, contrapondo-o aos pequenos e médios proprietários, aos diversos trabalhadores que exercem um conjunto de atividades no campo, essenciais para toda a sociedade.

O agronegócio é constituído por um conjunto de empresas capitalistas em diversos setores da economia, que vão desde a produção primária, agroindústrias, empresas de comercialização, até os bancos que são fontes de financiamento.

Como agronegócio burguês compreende-se o conjunto de empresas capitalistas que direta ou indiretamente estão relacionadas com os processos de produção, de beneficiamento, de industrialização e de comercialização de produtos e subprodutos de origem agrícola, pecuária, florestal e agroextrativistas, e que são comercializadas com maior ou menor grau de beneficiamento predominantemente na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). Essas mercadorias são denominadas, na expressão comercial, de "*commodities*". Elas são cotadas em dólares, em função de serem produtos preferenciais para exportação e cuja cotação de preços é regulada pelo comportamento comercial desses produtos em outras praças no exterior. (CARVALHO, 2005, p. 198).

O objetivo maior do agronegócio com todo processo de produção e comercialização das *commodities* é a exportação, atendendo aos interesses do comércio exterior e ao projeto hegemônico das elites brasileiras.

Dessa forma, se justifica o modelo de desenvolvimento para o campo no Brasil, pautado no controle das terras, das florestas, das sementes e da água pelo capital. Este vai se expandindo na agricultura a partir da incorporação de novas áreas para o agronegócio, define prioridades de produção para cada região do país, aumenta o seu poder econômico e político ao garantir que este seja o modelo prioritário de desenvolvimento, apesar das grandes contradições que são inerentes ao modelo. Como expressão dessas contradições tem-se o uso intensivo de agrotóxicos, a expulsão de trabalhadores do campo e a grande concentração de terras, dentre outras.

Em resumo, pode-se dizer que o capital e seus proprietários capitalistas, representados pelos grandes proprietários de terra, bancos, empresas nacionais e transnacionais, estão aplicando em todo o mundo o chamado modelo de produção do agronegócio (agribusiness), que caracteriza sucintamente por: organização da produção agrícola na forma de monocultivo (um só produto) em escalas de áreas cada vez maiores; uso intensivo de máquinas agrícolas, também em escala de áreas cada vez maiores; uso intensivo de máquinas agrícolas, também em escala cada vez mais ampla, expulsando a mão de obra do campo; a prática de uma agricultura sem agricultores; uso intensivo de venenos agrícolas, os agrotóxicos, que destroem a fertilidade natural dos solos e seus micro-organismos, contaminam as águas dos lençóis freáticos e inclusive a atmosfera. (...) uso cada vez maior de sementes transgênicas, padronizadas, e agressão ao meio ambiente com

técnicas de produção que buscam apenas a maior taxa de lucro em menor tempo. (STEDILE, 2013, p. 33).

Evidencia-se, assim, a dimensão da expansão do agronegócio na sociedade brasileira, dentre as várias questões apontadas por Stedile, e a hegemonia das grandes empresas nesse projeto é consenso nas análises de vários teóricos brasileiros. Segundo Martins (1985), a instalação das grandes empresas no campo deu-se com base no processo de expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais para a cidade, na concentração permanente das propriedades.

Conforme a análise de Oliveira (2013) feita a partir da relação dos maiores latifúndios do país, divulgada pelo Incra em 2013, a distribuição territorial da concentração fundiária segue de forma desigual.

Uma análise da tabela 2 permite tirar duas conclusões. A primeira é que a maioria absoluta desses superlatifúndios estão na Amazônia. A segunda, que eles ocupam uma área quase igual àquela ocupada pelo Estado de São Paulo e maior que o território do Amapá ou que Estados como Acre, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. Ocupam, portanto, uma área maior que 12 unidades da federação brasileira. Mais que isso ainda; estes proprietários têm nas mãos nada mais nada menos do que 3% do território brasileiro. (Oliveira, 2013, p. 71).

Observa-se que apesar das grandes propriedades ocuparem uma área significativa do território brasileiro, a exemplo dos dados apresentados sobre os latifúndios, grande parte da produção agropecuária vem da agricultura familiar.

De acordo com Stedile e Oliveira (2004), é mito a afirmação de que quem produz no campo são as grandes propriedades. Fazem essa afirmação com base no Censo agropecuário de 1995/1996.

Com relação à utilização da terra, as lavouras (temporárias e permanentes) ocupavam 50,1 milhões de hectares ou 14% da área total dos estabelecimentos e nelas, as pequenas unidades ficavam com 53%, as médias com 53% e as grandes com 12,5%. (STEDILE; OLIVEIRA, 2004, p. 31).

O estudo de Lustosa (2012, p. 52), dá uma visão geral dessa participação. “Do ponto de vista da produção, a agricultura familiar responde por 80% do pessoal que trabalha e é responsável pela metade de toda produção agropecuária brasileira.” Essa participação dos pequenos e médios produtores se mantém em vários processos produtivos, apesar dos limites relacionados ao tamanho da área ocupada,

ao financiamento etc.

O modelo patronal corresponde ao seguimento fundiário de 'grande porte', em todas as suas dimensões, desde o tamanho da área que ocupa até as formas de gestão da propriedade, em especial a predominância do trabalho assalariado, cuja base de reprodução e de valorização reside na exploração da força de trabalho. (...) Incorpora o agronegócio ou o agribusiness, isto é, a agricultura patronal de base empresarial fundiária. A propriedade dos meios de produção, o uso de tecnologias avançadas, bem como os tipos de cultura, em geral, são voltados não só ao incremento do mercado interno, mas, principalmente, à produção de mercadorias agrícolas para exportação. (LUSTOSA, 2012, p. 49).

Segundo Teixeira (2013), há um processo evidente de reconcentração fundiária, principalmente na Amazônia, que segundo sua expressão, é o território prioritário de expansão do agronegócio. Suas análises são baseadas nas Estatísticas Cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), relacionando os dados do ano 2003 e 2010. Ao construir a tabela comparativa dos dados, ficam evidentes as disparidades no que diz respeito ao acesso a terra.

As áreas de todas as categorias apresentaram variação positiva, sendo as grandes propriedades as que apresentaram o maior incremento, 48,4% taxa que resultou da incorporação adicional, por essa categoria, de 104 milhões de há, dos quais 73 milhões de há, ou 70%, na região Norte. Ao se considerar o território da Amazônia Legal (neste caso incluindo inadequadamente, para simplificação, todo o Estado do Maranhão), conclui-se que praticamente a área ampliada das grandes propriedades, de 2003 a 2010, ocorreu naquela região. (TEIXEIRA, 2013, p. 97).

Num processo paralelo a essa concentração da grande propriedade, de forma peculiar na Amazônia, o que se explica pela existência de inúmeras riquezas naturais e pela sua considerável dimensão territorial, Teixeira (2013) aponta a diminuição das áreas de minifúndio, pequena e média propriedade. Esses dados reafirmam a história da concentração de terras no Brasil, consolidada em tempos de agronegócio.

Região Norte – é a região onde foram observados os índices mais gritantes de reconcentração. a) A área total cadastrada experimentou aumento expressivo de 90,5% no período. Portanto, praticamente dobrou de 2003 a 2010. b) Grandes propriedades: crescimento da área de 133%, passando de 54,8 milhões de há em 2003 para 127,8 milhões de há em 2010. c) O número de grandes propriedades improdutivas aumentou de 12.613 para 16.452 imóveis. (TEIXEIRA, 2013, p. 99).

Conforme Teixeira, houve expansão de todas as categorias em relação à área ocupada, no entanto, o incremento da grande propriedade foi considerável em relação às áreas totais dos imóveis. Esses dados demonstram o desenvolvimento desigual que é inerente à história das relações no campo brasileiro, com forte incidência do poder territorial dos grandes proprietários.

Segundo dados da revista de política agrícola da Secretaria de política agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o agronegócio terá ao término de 2014 mais um ano de crescimento. A previsão de crescimento das lavouras deve superar a marca de 190 milhões de toneladas. Os empréstimos para a safra de 2013-2014, já são próximos dos R\$100 bilhões. Esses dados demonstram a prioridade dada ao agronegócio na economia brasileira.

Não há dúvidas de que 2014 é um ano promissor. Segundo estudos do Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento, o PIB do agronegócio deverá crescer 4% neste ano, alcançando pela primeira vez, a marca de R\$ 1 trilhão. Se confirmado esse resultado, o PIB do setor terá alcançado crescimento de 34% em 10 anos – em 2005, foram 769,2 bilhões. (GELLER, 2014, p. 3).

Os investimentos por parte do Estado contribuem para manutenção dos índices de exportação dos produtos do agronegócio. O estudo realizado pelo Centro de Estudo Avançado em Economia Aplicada (Cepea) apresenta em forma de gráfico (Gráfico 1), os principais produtos do agronegócio e sua posição em relação às exportações.

Gráfico 1– Exportação do Agronegócio



Fonte: Cepea

Entre 2012 e 2013, os volumes exportados (IVE) de celulose⁷ (1,99%), frutas (1,53%) e carnes de aves (-0,97%) ficaram praticamente estáveis. Os produtos que apresentaram quedas significativas foram etanol (- 6,17%), farelo de soja (-6,70%), carne suína (-11,11%) e óleo de soja (-22,46%). Já entre os tiveram crescimento das vendas externas, destacaram-se: milho (34,56%), soja em grão (30,01%), carne bovina (24,37%), suco de laranja (11,89%), açúcar (11,55%), madeira (10,60%) e frutas (1,53%)

Outra questão que pode ser relacionada ao agronegócio é apontada por Stedile (2013), quando afirma que há um avanço nas últimas décadas, do que ele chama de desnacionalização da propriedade da terra, com avanço da compra por empresas estrangeiras de grandes extensões de terras.

O mesmo autor assinala que é impossível ter dados estatísticos, pois essas empresas compram ações de empresas brasileiras, não havendo necessidade de alterar o cadastro no Incra, no entanto, haveria uma estimativa de que as empresas estrangeiras controlam mais de 30 milhões de hectares de terras no Brasil.

Na atualidade a concentração fundiária é a base sobre a qual se fundamenta o agronegócio, no qual estão centralizados os investimentos econômicos e o discurso político do desenvolvimento e da modernidade. O Brasil participa da rota das importações mas, contraditoriamente, importa produtos agrícolas básicos para alimentação da sua população, que a produção brasileira seria suficiente para satisfazer, caso não houvesse essa inversão de prioridades, em que a necessidade dos brasileiros fica refém das necessidades do mercado.

O Brasil do campo moderno, dessa forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo. Para o mercado mundial, o país exportou produtos florestais (papel, celulose, madeiras e seus derivados); carnes (bovina, suína e de aves); o complexo soja (soja em grão, farelo e óleo); café; açúcar e álcool; sucos de frutas e fibras têxteis vegetais; milho; trigo; couro; peles e calçados; fumo e tabaco; frutas, hortaliças e preparações; cereais, farinhas e preparações; pescados; cacau e suas preparações. Mas quis a ironia que em 2003 o Brasil tivesse que importar arroz, algodão e milho, além, evidentemente, do trigo. Assim, mesmo o Brasil moderno do agronegócio que exporta tem

⁷ A cultura do eucalipto é relevante neste trabalho, pois o nosso objeto de estudo é voltado à análise das relações estabelecidas pela empresa Suzano Papel e Celulose com dois assentamentos situados na Região Tocantina, região Sudoeste do MA.

que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) e tem que importar também soja em grãos, farelo e óleo de soja, algodão em pluma, matérias-primas industriais de larga possibilidade de produção no país. (OLIVEIRA, 2013, p. 132).

Conforme Oliveira, a distribuição territorial do agronegócio está presente em praticamente todo o país. Na pauta de exportação de 2013 das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte, constam como prioridades os produtos do agronegócio, constituindo-se na maioria dos produtos exportados e os derivados do eucalipto constam na lista de todas as regiões. Nesse sentido, Oliveira (2013), afirma que a inserção do agronegócio nas relações econômicas mundiais, segue a essência da lógica do mercado onde se vende a quem paga mais, o que tem deixado o país vulnerável em relação à soberania alimentar. As estratégias de desenvolvimento, pautadas no agronegócio, garantem a manutenção de uma lógica contraditória, “o país produz e exporta a comida que falta no prato da maioria dos brasileiros” (OLIVEIRA, 2013, p. 132).

Quando se fala em agronegócio e sua relação com a produção de alimentos, é importante dar destaque à apropriação das grandes empresas sobre o processo de produção e distribuição de sementes geneticamente modificadas, transgênicas, ou híbridas, numa interferência nas culturas tradicionais de produção na agricultura e no domínio dos produtores diretos sobre seu processo de produção.

A apropriação privada oligopolista da geração, reprodução e distribuição de sementes híbridas e transgênicas pelas empresas multinacionais com o controle direto da oferta de insumos que elas requerem, a determinação da oferta de matérias-primas para a agroindústria e o controle efetivo da oferta de produtos para o abastecimento alimentar tem delimitado o tipo, o volume, a diversidade, a periodicidade e a qualidade dos alimentos que serão oferecidos à população. (CARVALHO, 2013, p. 40).

Ao consolidar-se o modelo econômico do agronegócio para a agricultura, no qual o importante é atender aos interesses das grandes corporações transnacionais, caminha-se para uma padronização alimentar, independentemente das diferenças culturais e dos hábitos alimentares de cada país e de cada região. Essa discussão envolve desde a produção e distribuição das sementes até o processo de industrialização dos produtos que são disponibilizados no mercado para consumo alimentar.

No meio rural, em particular para os camponeses e povos indígenas, a adoção massiva de sementes híbridas e transgênicas e a aceitação ideológica e prática de uma dieta a partir de alimentos industrializados determinou mudanças tanto na matriz e na forma de organização da produção quanto na matriz de consumo alimentar familiar. Essas mudanças desorganizaram a base social e familiar da vida camponesa e dos povos indígenas, facilitando a perda de sua identidade social e étnica. Essa perda de identidade vem contribuindo sobremaneira para exclusão social dessas populações. (CARVALHO, 2013, p. 41).

Essas reflexões materializam questões essenciais para entender a configuração atual do campo brasileiro. Somam-se a disputa pela terra, as estratégias dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, o Estado e sua articulação intrínseca com as condições para o desenvolvimento do agronegócio. O enfrentamento das contradições colocadas nessas questões é um desafio posto para contrapor as necessidades da sociedade à manutenção histórica do poder político das elites dominantes.

(...) a coalizão de poder, o bloco histórico que domina o país, se alimenta e se reproduz, também, da extensividade, do caráter itinerante, da fuga para frente, recorrentemente se reproduzindo em busca de fontes de valorização que utilizam a dimensão continental, a situação paradoxal e o movimento dialético da alta concentração geográfica e, ao mesmo tempo, a marcante capilaridade e capacidade de interiorização e “saída para dentro” que o capitalismo brasileiro aprendeu a utilizar, constituindo cadeias longas e complexas de adição de valor econômico e circuitos mercantis internos vigorosos. Assim, o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil logrou historicamente agilizar e contemplar, em simultâneo, variados e heterogêneos interesses. (BRANDÃO, 2010, p. 54).

Essa contínua apropriação de novos territórios, tendo como base o controle sobre a propriedade fundiária, serve como estratégia histórica para manter poder e riqueza. No contexto atual de hegemonia do agronegócio, essa estratégia é recriada permanentemente, sua expansão territorial responde à necessidade de terras abundantes, recursos naturais e força de trabalho disponível nas diferentes regiões do país.

Segundo Lustosa (2012), o monopólio da propriedade é um fator de atraso expresso na intensa resistência e proteção da propriedade por parte dos latifundiários. Desse monopólio deriva a irracionalidade da lógica da propriedade no capitalismo, sendo este aspecto um diferencial da lógica de desenvolvimento no Brasil e o padrão desenvolvido nos países que fizeram a reforma agrária.

De acordo com Brandão (2010), esse processo resulta numa realidade altamente concentradora de renda e riqueza, tendo como consequência direta a exclusão do acesso à propriedade, a cidadania e a um conjunto de direitos sociais. Composto esse quadro desigual, o Estado tem um papel decisivo na medida em que garante infraestrutura, insumos, incentivos fiscais e favorecimentos políticos diversos.

Em todas as regiões do país são os investimentos públicos, especialmente do governo federal, que dão suporte à expansão territorial do agronegócio. Nesse caso a palavra suporte tem sentido lato, uma vez que é o Estado que realiza as principais obras na infraestrutura de transportes (rodoviário, aeroportuário, ferroviário e portuário), de energia, entre outras, vão moldando os espaços conforme as demandas do capital. Ou seja, o Estado instrumentaliza o território para consumo do capital, desse modo viabiliza a territorialização das empresas, entre as quais as do agronegócio, em múltiplos pontos do território nacional e uma maior fluidez das mercadorias e do próprio território, pelo encurtamento das distâncias e aceleração do processo de valorização do valor. (CAMPOS, 2011, p. 126-127).

O Estado brasileiro estreitamente vinculado às classes dominantes posiciona-se contrariamente às necessidades e reivindicações da população e coloca-se em negociação aberta para suprir as demandas das elites empresariais por financiamento. Garzon (2010) realiza um estudo dos principais financiamentos aprovados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entre 2006 e 2009, destacando os setores com uso intensivo de recursos naturais. No setor de mineração somente para a empresa Vale foram realizados financiamentos em 2007 no valor de 774,6 milhões de reais; em 2008 o valor do financiamento foi de 7,3 bilhões de reais.

No setor de produção de papel e celulose, que é de interesse deste estudo, Garzon (2010, p. 84) destaca o financiamento das empresas Votorantin Papel e Celulose; Suzano Bahia Sul Celulose; Klabin S.A; Aracruz Celulose S.A; Jari Celulose S.A. O montante do financiamento passa de 8,8 bilhões de reais. Somente para a empresa Suzano Bahia Sul Celulose o financiamento foi de 3,5 bilhões de reais, ou seja, 39,59% do total investido no setor; o mais interessante é que o valor total do projeto dessa empresa era de 2, 4 bilhões de reais, o financiamento ultrapassou em mais de um bilhão de reais o montante de recursos previstos para o projeto.

Os financiamentos estatais são oferecidos seletivamente respondendo a interesses que refletem a situação desigual no campo. As diferenças no financiamento se refletem também no acesso desigual ao uso da tecnologia, nas condições gerais de produção e comercialização. Oliveira (2013) faz um estudo do Censo do IBGE entre os anos de 1995 e 1996 sobre os créditos para a agricultura:

Os números do crédito obtido na agricultura são outro indicativo da profunda desigualdade existente no setor. Os poucos créditos obtidos foram massivamente para o agronegócio das grandes unidades. Aquelas unidades com mais de 10 mil ha obtiveram parcelas médias de mais de R\$ 1 milhão cada uma. As unidades menores, entre as pequenas que receberam financiamentos, tiveram que dividir entre si apenas R\$ 2.900 a 20 mil. Dessa forma, o crédito também vai engrossar as rendas do agronegócio, reproduzindo de forma aprofundada a desigual distribuição da riqueza na agricultura brasileira (OLIVEIRA, 2013, p. 155).

Essas informações evidenciam a realidade comum das pequenas propriedades, o fato de não serem contempladas com financiamentos que lhes possibilitem investimentos financeiros e tecnológicos suficientes para todo o ciclo de produção e comercialização. Associa-se a essa questão, a pequena extensão territorial dessas propriedades, em geral, insuficiente para garantir a subsistência da família, tendo em vista que o núcleo familiar é responsável por realizar a maioria dos trabalhos necessários para gerir a propriedade.

Do ponto de vista da produção, a agricultura familiar responde por 80% do pessoal que trabalha e é responsável pela metade de toda produção agropecuária brasileira. Porém, esse contingente ocupa somente 25% da área total do país, enquanto os 75% restantes são ocupados por 500 mil estabelecimentos considerados patronais. (LUSTOSA, 2012, p. 52).

A dimensão da agricultura familiar na produção brasileira vem suscitando vários debates, inseridos na atual configuração das relações econômicas e políticas. Defende-se a concepção da “pluriatividade”, como diversificação do trabalho e das atividades desenvolvidas no meio rural, que são pensadas de forma a não depender da propriedade da terra, desenvolvendo um conjunto de serviços na área do turismo, na produção de artesanatos, dentre outras.

Segundo Lustosa (2012), o “Novo Rural Brasileiro”, enquanto projeto que assinala um conjunto de atividades desenvolvidas no campo como alternativas à modernização desse setor, visa reestruturar as relações sociais no campo,

justificando por outro lado, os avanços do agronegócio, como expansão territorial e econômica que redefine principalmente a organização do trabalho no campo.

Esse pensamento está inserido no contexto de mudanças sociais que envolvem a consolidação de um projeto societário para o campo, respondendo à necessidade de adequá-lo à expansão do capitalismo. Dessa forma, somam-se um conjunto de concepções do chamado “novo mundo rural” que concebe o meio rural como espaço que deve aglutinar atividades agrícolas e não agrícolas, tendo na diversificação as possibilidades de desenvolvimento da agricultura familiar.

(...) no final do século XX a nossa reforma agrária não precisa ter mais um caráter estritamente agrícola, dado que os problemas fundamentais da produção e dos preços podem ser resolvidos pelos nossos complexos agroindustriais. É preciso hoje uma reforma agrária para ajudar a equacionar a questão do excedente populacional até que se complete a nossa ‘transição demográfica’, a recém-iniciada. E uma reforma agrária que permitisse a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas teria a grande vantagem de necessitar de menos terra, o que poderia baratear significativamente o custo por família assentada, sendo um forte limitante para a massividade requerida pelo processo distributivo. (SILVA, 2013, p. 74).

Principalmente a partir da década de 1990, José Graziano da Silva vem defendendo a realização dessa perspectiva de reforma agrária, onde o acesso a terra não seria o mais importante, e sim, a possibilidade de buscar novas formas de ocupação para a população que ele chama de sobranter. Conforme o seu pensamento, o Estado teria a responsabilidade de investir em políticas sociais específicas para o meio rural, estabelecendo zonas prioritárias para os investimentos.

A definição de regiões prioritárias permitiria estabelecer ‘zonas reformadas’ com políticas públicas e regras diferenciadas do restante do país (como um serviço de extensão rural, crédito do Proceca etc.) que garantissem o sucesso dos novos produtores rurais nos seus primeiros anos, combinados com programas especiais de previdência social que garantissem uma renda mínima às famílias rurais ou urbanas que não tivessem condição de serem beneficiadas com um lote. (SILVA, 2013, p. 77).

Ao sinalizar a construção de alternativas de sobrevivência no meio rural sem confrontar a estrutura fundiária concentrada, respalda-se a relação dos grandes proprietários com o capital agroindustrial que caracteriza o agronegócio, reitera-se o monopólio da propriedade fundiária, histórico fator de atraso da sociedade brasileira,

defendendo uma irrisória distribuição de terras em regiões específicas, onde o Estado faria investimentos de acordo com as demandas do mercado capitalista.

As determinações dessas proposições fundamentam-se na necessidade de recriar as relações sociais no meio rural, de forma específica a questão da organização do trabalho e da ação estatal, sem mudanças consistentes na estrutura fundiária, atendendo ao contexto de transformações societárias que caracterizam a expansão do capitalismo na agricultura na atualidade.

Nesse contexto é necessário perceber que o seu desenvolvimento extremamente contraditório e desigual da sociedade brasileira, tem também a dimensão daqueles que foram e estão sendo alijados das várias propostas de desenvolvimento. Sua intensa luta para ter acesso a terra, tem tido como resposta a violência exercida pelas elites latifundiárias e pelo Estado.

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da Reforma Agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescentes sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil. (CARVALHO, 2005, p. 226).

Na questão agrária há uma convivência perigosa entre o moderno e o arcaico, uma expressão sempre presente dessa convivência é a violência no campo. Resultado das complexas relações entre as propostas de modernidade do agronegócio, a concentração fundiária e a luta pela posse e propriedade da terra, as ameaças e assassinatos de trabalhadores rurais são uma constante na realidade do Brasil.

Enfim, concentração de riquezas, desigualdades sociais e a barbárie expressa nas diversas formas de violência no campo, foram alicerçando as várias propostas de desenvolvimento que delinearam a realidade da formação econômica brasileira.

Nessa mesma direção se deu a relação da Amazônia com o restante do país, na medida em que foi sendo ocupada segundo os interesses das elites dominantes,

numa mescla entre violências e propostas de desenvolvimento. A sua exploração se deu na mesma proporção da sua riqueza, a voracidade com que se deu a expropriação dos povos originários, dos posseiros e trabalhadores sem terras tem sido uma estratégia para garantir as necessidades do capital.

Parte-se do entendimento de que a produção brasileira e amazônica está vinculada às estratégias do mundo do capital, portanto, adequando-se às necessidades do mercado mundial. É nesse sentido que se processou a concentração de terras na Amazônia, através da repartição das terras devolutas em benefício do capital, realizada pelo Estado principalmente através do processo de colonização.

Uma questão inerente à expansão do capital na Amazônia é a exploração florestal indiscriminada. O desmatamento vem sendo realizado, muitas vezes de forma ilegal, para extração e venda da madeira, para produção de carvão necessário para funcionamento das siderúrgicas ou mesmo para dar suporte à implantação de projetos de pecuária extensiva.

Outra atividade importante, tanto na questão do desmatamento como nas relações sociais na região, tendo impacto direto na questão do trabalho, pelo uso intensivo de máquinas e pouca utilização de mão de obra, é a produção das monoculturas, que tem na concentração de terras a condição essencial para sua efetivação.

A região Sudoeste do Maranhão, conhecida como Região Tocantina, vem sendo historicamente palco de conflitos em torno da luta pela terra, processo que constrói e reconstrói relações sociais e econômicas nessa região. No contexto das transformações atuais, os grandes projetos de expansão do capitalismo no campo trazem para o Maranhão empresas que representam as apostas de “desenvolvimento” para o Brasil, cujo processo de produção é pautado no agronegócio.

Uma dessas empresas é a Empresa Suzano Papel e Celulose S.A, que vem aprofundando o processo de reconcentração fundiária em toda região da Amazônia Legal no Maranhão. A partir da projeção de construção da empresa de papel e celulose, ela vem expandindo a plantação da monocultura de eucalipto em toda

Região Tocantina e seus impactos nos assentamentos Califórnia e Sudelândia são o eixo da análise aqui desenvolvida.

4. O CERCO DA EMPRESA SUZANO NO ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA E NA VILA SUDELÂNDIA-MA: resistência frente ao agronegócio

4.1. A empresa Suzano na Amazônia maranhense

A fase da ocupação do Maranhão atende à necessidade de garantir o domínio português sobre o território, haja vista seu domínio pelos holandeses e franceses. A partir daí é que se dará a inserção do estado na economia primário-exportadora do Brasil colônia.

Somente em 1682, depois de várias tentativas frustradas de ocupação da capitania do Maranhão pelos portugueses, e após a expulsão de franceses e holandeses, é que acontece o primeiro estímulo de desenvolvimento econômico da capitania, com a criação da Companhia de Comércio do Maranhão, apoiado na monocultura do açúcar e do algodão. [...] cerca de 70 anos depois, em 1775 é criada pelo governo de marquês de Pombal a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, no intuito de dinamizar o comércio na capitania. (VIEIRA, 2010, p. 35).

A partir daí, o Maranhão teve vários ciclos econômicos ligados à produção agrícola e agropecuária, tendo como centro articulador dessas experiências os processos de apropriação de grandes extensões de terra e a produção de monoculturas, iniciadas no período colonial.

O caráter dependente da economia Colonial tem no Maranhão seu exemplo mais evidente, que se concretiza no ciclo do algodão. A Europa, com a revolução industrial em gestação na Inglaterra, havia se tomado grande mercado para esta fibra, uma vez que a acumulação de capital produtivo centrara-se no setor têxtil. Entre os tradicionais abastecedores da matéria-prima para este setor estavam os Estados Unidos, e a guerra da independência deste país prejudicou o abastecimento. Foi esta uma das principais causas que propiciaram o grande avanço da organização produtiva do Maranhão, que, da agricultura de subsistência, passa para a monocultura de exportação, organizada em grande propriedade, tornando-se um dos principais fornecedores de algodão para o velho mundo. (ARCANGELI, 1987, p. 95).

Nesse desenvolvimento histórico, sucede à produção de algodão a de arroz, com grande procura no mercado internacional. Segundo a análise do autor, a crise da produção do algodão teve como causa o retorno da produção americana e o atraso tecnológico da produção maranhense.

Arcangeli desenvolve sua pesquisa afirmando que é somente a partir da década de 1950 que o Maranhão se reintegra ao sistema nacional de acumulação capitalista, evoluindo até as transformações recentes no campo. Sintetiza esse momento a partir estabilização da economia extrativista do babaçu, do avanço das lavouras temporárias, da ocupação do oeste do estado a partir do fluxo migratório nordestino e do avanço da pecuária.

A forte expansão capitalista do campo no contexto maranhense é retomada a partir dos anos 1960, por meio da dinamização da pecuária através de ações oficiais do governo brasileiro. (TORREÃO, 2014, p. 66).

Em decorrência dessas experiências da economia maranhense, seguiu-se expansão do capital para as várias regiões do estado. Conforme Torreão, “A forte expansão capitalista do campo no contexto maranhense é retomada a partir dos anos 1960, por meio da dinamização da pecuária através de ações oficiais do governo brasileiro.” (2014, p. 66).

Para compreensão da realidade específica da região Sudoeste maranhense e das inúmeras transformações que sofreu no processo da sua formação econômica, é necessário reconstituir períodos históricos que permitam a análise da sua configuração atual.

O Sudoeste maranhense, inicialmente não alcançado pela frente colonizadora sertaneja, foi o último rincão a ser efetivamente ocupado da parte meridional maranhense. A partir da fundação de Imperatriz, em 16 de julho de 1852, por uma expedição patrocinada pelo governo do Pará, no mesmo período em que era derrotada a confederação dos Timbiras, os criadores do Grajaú, de Riachão e Carolina ocuparam as terras entre o Tocantins e o Grajaú, preferindo as áreas de cerrado e desprezando as matas amazônicas que a partir da povoação de Santa Teresa do Tocantins (depois Vila Nova da Imperatriz) se estendiam rumo ao Pará, em sentido oeste. (FRANKLIN; SOUSA, 2013, p. 35).

De acordo com a análise de Franklin e Sousa (2013), até o início da década de 1950 as cidades de Imperatriz, Carolina e Porto Franco eram as únicas cidades maranhenses situadas à margem do Rio Tocantins. Essas cidades ficaram isoladas

do restante do estado, devido à dificuldade de acesso, realizado prioritariamente por via fluvial, o que favorecia sua ligação com os estados do Pará e de Goiás.

No início da segunda metade do século XX ocorre uma reviravolta nessa configuração, com a abertura de uma estrada de Imperatriz para Grajaú, em 1953, logo seguida da construção da rodovia federal Belém-Brasília, que rompe o isolamento da Amazônia com o Sudeste do país. Essa grande obra de mais de dois mil quilômetros de extensão, atravessando o Maranhão desde o Estreito até a fronteira com o Pará, impulsionou o município de Imperatriz em tão grande escala que em pouco tempo tornou-se esta pequena cidade na segunda mais populosa do Maranhão e uma das cem mais populosas do Brasil. Com isso, ocorreu intenso processo migratório de outras cidades maranhenses e nordestinas para Imperatriz, onde havia muitas terras devolutas, tornando-se em menos de duas décadas a catalizadora da economia de todo o Maranhão meridional. (FRANKLIN; SOUSA, 2013, p. 37-38).

A cidade de Açailândia, onde ficam localizados os assentamentos que são focos deste estudo, é fruto desse processo de crescimento da região e, de forma específica, da cidade de Imperatriz. A emancipação de Açailândia em 1981 resulta da fragmentação territorial de Imperatriz, no início da década de 1980, no contexto do crescimento da produção de minérios no estado do Pará e da expansão da área de abrangência do Programa Grande Carajás, como visto no capítulo III.

Ao longo desse desenvolvimento histórico, a região Sudoeste do estado foi considerada uma região estratégica de fronteira agrícola, assumindo importância pela sua localização no espaço de transição entre a Região Amazônica e a Região Nordeste, constituindo-se ao longo da história numa rota migratória a partir do nordeste.

Na retórica do discurso oficial pós 1964, relativa à colonização, a ocupação da Pré-Amazônia maranhense por migrantes nordestinos expulsos de suas terras de origem pelo avanço do capitalismo foi apresentada, não raras vezes, como uma espécie de teste daquilo que poderia ser uma fórmula válida para a ocupação dos grandes espaços amazônicos. Admitia-se, nos documentos oficiais, a possibilidade de proceder-se a esta ocupação por meio da pequena unidade de exploração familiar. (ARCANGELI, 1987, p. 21).

Conforme o autor, esse último propósito nunca chegou a se concretizar e a verdadeira intenção se revelou no decorrer da década de 1970, quando os incentivos do Estado passaram a ser dados ao grande capital nacional e internacional para que ele pudesse se expandir na região. Interessante que a proposta oficial acabou por se realizar com a ocupação do território por migrantes,

inclusive nordestinos que se organizaram em torno da produção de lavouras temporárias em pequenas unidades produtivas.

Outra frente importante de ocupação da Amazônia maranhense foi a economia do gado, com grande capacidade de captar recursos governamentais, o que foi responsável pela apropriação de grandes extensões de terras no estado.

A frente de expansão monopolista se constitui através do açambarcamento de grandes extensões territoriais, antes ocupadas por posseiros e pequenos proprietários camponeses, efetivado por grandes grupos capitalistas, nacionais e estrangeiros. A implantação definitiva do capital produtivo nas grandes fazendas que resultam deste processo é precedida pela grilagem das imensas áreas de ocupação camponesa. (ARCANGELI, 1987, p. 120).

Por intermédio do processo de grilagem, vários tipos de fraudes foram e são aplicados, falsificam-se escrituras, títulos de posse de terras devolutas, dentre outros, que passam a ter a aparência de documentos antigos, garantindo a apropriação das terras e a expulsão dos camponeses.

A grilagem de terras é uma estratégia conhecida na história do Brasil, prática comum das elites agrárias maranhenses, com a conivência do Poder Público e dos políticos regionais, dos cartórios que legalizam a grilagem através da emissão de documentos falsos. Em conjunto com a polícia, esses sujeitos sociais garantiram e garantem a propriedade privada de grandes extensões de terras.

Realizada esta “regularização fundiária”, muitas vezes de origem antiga e de desdobramentos especulativos, a terra, após passar de grileiro em grileiro, passa às mãos do capital que, ou a mantém improdutivo à espera de oportunidades melhores de vendas ou produção, ou a incorpora nos projetos agropecuários captadores de incentivos fiscais, fartamente distribuídos pelas agências regionais de desenvolvimento. (ARCANGELI, 1987, p. 120).

Outro exemplo, evidenciado por Arcangeli, é a experiência da Companhia Maranhense de Colonização (Comarco), implantada pelo governo do estado em 1972. Com essa iniciativa, propiciou-se a vinda de grandes grupos nacionais e estrangeiros que tiveram acesso a grandes extensões de terras públicas para implantação de projetos agropecuários. O aumento da dimensão territorial ocupada por produtores de gado, com apropriação de grandes quantidades de terra para implantação de pasto, teve acréscimo nas décadas de 1950/1960, sendo expandida na década de 1970, com o financiamento dos projetos pecuários. Esse intenso

processo de pecuarização no estado do Maranhão intensificou a expulsão violenta da população do campo, acirrando as desigualdades e contradições sociais do estado.

A partir desses e de outros processos, a concentração fundiária foi avançando no estado, desenvolvendo, segundo Arcangeli (2013), um violento processo de expropriação da economia camponesa e de difusão da propriedade privada. O autor refere-se às diversas experiências, em que terras trabalhadas por posseiros durante muitos anos sofreram cercamentos abusivos, tornando-se propriedade privada de um único dono, e os posseiros que não eram expulsos tornavam-se arrendatários do novo proprietário.

Esses fatos que se reproduzem ao longo da história do Maranhão em pleno século XX, podem ser comparados – resguardadas as particularidades históricas – aos cercamentos que ocorreram na Inglaterra no século XVI. Foi a partir dos cercamentos que se garantiu a apropriação de grandes extensões de terras, sujeitando os produtores diretos aos ditames da necessidade de reprodução do capital.

(...) é por esse motivo – o da produção do capitalista – que a lógica de expansão do capital se dá rumo a áreas ricas em recursos naturais, como é o caso clássico da América Latina. Nelas o capital pode obter os superlucros a partir da obtenção tanto das matérias-primas a baixo custo, como também a partir da obtenção de mão de obra barata. (FIALHO NASCIMENTO, 2006, p.62).

É nesse sentido que se deu a reprodução do capital na Região Amazônica. A busca por recursos naturais, que favorecessem a expansão das forças produtivas do capital encontrou na Serra de Carajás a riqueza mineral de que necessitava. Conforme Fialho Nascimento (2006) seguiu-se na Amazônia uma exploração capitalista altamente tecnificada, que pela via das multinacionais, retirou os minérios que os Estados Unidos e as demais nações do capitalismo necessitavam.

Com a descoberta da riqueza de minérios na Serra de Carajás, o estado do Maranhão aonde já vinha ocorrendo inúmeros conflitos pela posse e propriedade da terra, passou a sofrer mudanças econômicas e sociais com a construção da estrada de ferro e com a implantação dos grandes projetos industriais que dão suporte ao processo de extração mineral de Carajás.

[...] o governo federal, resolveu institucionalizar, através do Decreto-lei n. 1.813, de 24.11.80, um novo programa que passou a denominar-se Programa Grande Carajás (PGC), com atuação em uma área de 890.000 Km², situada ao norte do paralelo de 8°S, entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba, compreendendo partes dos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins, a favor do qual foram criados incentivos tributários e financeiros especiais, com o objetivo de favorecer investimentos. (PANDOLFO, 1994, p. 91)

O Programa Grande Carajás (PGC) teve início em meio à crise capitalista de 1970. Consolidou-se como uma estratégia para garantir um modelo de desenvolvimento para a região, tendo como alicerce o desenvolvimento de relações capitalistas e a apropriação privada dos recursos naturais e minerais. A Amazônia cumpre, neste contexto, o papel de fornecedora de matéria-prima.

O Programa Grande Carajás passou a ser responsável pela extração, beneficiamento e comercialização do minério, inicialmente administrado pela empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), privatizada em 1997 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em meio a um conjunto de mudanças econômicas que atenderam às necessidades do capital.

De acordo com Fialho Nascimento (2006), as políticas fundiárias conduzidas no contexto da ditadura, ao priorizarem os grandes projetos, como o Carajás, agravaram os conflitos agrários e aumentaram o fosso social gerado a partir daí em toda área de abrangência do Programa.

Uma das necessidades estruturais do PGC foi a construção da Estrada de Ferro Carajás, que liga a serra de Carajás, situada no município de Parauapebas, no estado do Pará (onde se realiza a extração do minério de ferro) ao Terminal de Ponta da Madeira, em São Luís no Maranhão (de onde o minério é exportado). A construção da estrada desenhou a rota da expansão capitalista no Maranhão, cortando regiões já permeadas de contradições, no que se refere à ocupação da terra e ao acesso às condições necessárias para sobrevivência da sua população.

Mapa 1 – Estrada de Ferro Carajás



Fonte: Site da Vale

Conforme Silva (2013), a Estrada de Ferro Carajás atravessa 23 municípios no Maranhão e quatro no Pará, mais de cem povoados estão no trajeto da ferrovia que tem uma extensão de 892 km.

Em meio ao aumento das demandas internacionais, a empresa Vale investe no aumento da sua capacidade de extração de minério.

O principal projeto da Vale em Carajás consiste em uma nova mina, (mina S11D). O potencial da mina 11 é de 10 bilhões de toneladas de minério de ferro, dos quais 2,8 bilhões seriam extraídos do Bloco D. Segundo as estimativas da Vale a nova mina seria capaz de produzir 90 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, sendo ela responsável pela maior parte do aumento de extração em Carajás, que deverá passar de 109 milhões de toneladas para 230 milhões de toneladas nos próximos anos. (MILANEZ, 2013, p. 70)

Segundo o autor, a estrada de ferro será ampliada em mais de 100 km para que ela alcance a nova mina, além disso, sofrerá duplicação em mais de 500 km, a obra será completada com a expansão da capacidade do Porto Ponta da Madeira, em São Luís.

Atualmente a Estrada de Ferro Carajás está em processo de duplicação. Possui 892 quilômetros de extensão; 56 pátios de cruzamento; dois terminais, um em Carajás e outro em São Luís; 214 locomotivas; aproximadamente 13 mil vagões; e um moderno Centro de Controle Operacional, localizado em São Luís. Transporta em seus trilhos cerca de 100 milhões de toneladas/ano de minério de ferro (manganês, hematita, *sinter feed*, cobre e NPCJ); 10 milhões de carga geral (combustível, brita, areia, soja, ferro-gusa e sucata de gusa). Cerca de 1500 pessoas circulam diariamente no trem de passageiros que liga São Luís a cidade de Parauapebas. (VIEIRA,

2010, p. 56-57).

De acordo com Kowarick (1995), através do Programa Grande Carajás, viabilizou-se a exploração em larga escala das jazidas de bauxita da Amazônia, matéria-prima para a produção de alumínio. Uma das principais unidades de produção do alumínio encontra-se em São Luís, onde se formou o consórcio de multinacionais denominado Alumar, com o objetivo de exportar alumínio para a Europa e Estados Unidos.

Para a instalação da Alumar foram destruídos 17 povoados e despejadas quase 20.000 pessoas, com irrisórias indenizações, num processo truculento, apoio da polícia militar do Estado e de jagunços. As famílias de pescadores com o e pequenos agricultores ficaram de uma hora para outra sem trabalho e sem condições de subsistência. Restaram-lhes as ocupações e palafitas de São Luís e a tentativa de participar do mercado informal. O fato teve grande repercussão no Estado e internacionalmente, mas não modificou os planos do enclave multinacional. (KOWARICK, 1995, p. 140).

No estado do Pará também foi instalado um complexo para produção de alumina e alumínio, o complexo Albras/Alunorte, situado na cidade de Barcarena, distante 40 km de Belém.

Este município paraense desempenhava, até a década de 1970, um papel de abastecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade do mercado de Belém. A partir da implantação, na década de 1970, do complexo metalúrgico da Albras/Alunorte, ele passou a apresentar sérias alterações em aspectos sociais, políticos, ambientais e culturais por conta das mudanças econômicas que sofreu. (FIALHO NASCIMENTO, 2016, p. 122).

Grandes mudanças também ocorreram na região conhecida como Região Tocantina, localizada a sudoeste do estado do Maranhão, a qual não tem uma definição legal – sua denominação tornou-se uso comum e se deu em função da maioria de seus municípios estarem situados à margem do rio Tocantins – e abrange cerca de 15 municípios. Situa-se na área de abrangência dos grandes projetos, Programa Grande Carajás, Estrada de Ferro Carajás, a hidrelétrica de Estreito, o polo produtor de madeira de eucalipto, soja e cana-de-açúcar.

Conforme Kowarick (1995), a grande quantidade de minério de ferro transportado pela ferrovia Carajás, provocou uma verdadeira corrida pela montagem de usinas de ferro-gusa⁸ na região cortada pela estrada de ferro. Em Açailândia

⁸ É conhecida a ação altamente poluente da produção de ferro gusa, sua produção está atrelada ao

foram instaladas várias siderúrgicas, em funcionamento a partir do final da década de 1980.

Açailândia, por ser cortada pela Estrada de Ferro Carajás, e também por sua privilegiada localização geográfica, oferecendo condições ideais para a implantação dessas empresas, foi contemplada com cinco indústrias do ramo siderúrgico: Viena Siderúrgica do Maranhão S.A.; Cia. Siderúrgica Vale do Pindaré; Siderúrgica do Maranhão S.A (Simasa); Ferro Gusa do Maranhão Ltda. (Fergumar), e Gusa Nordeste S.A. Essas usinas deram origem ao Polo Guseiro que se encontra instalado em Açailândia, precisamente no povoado Piquiá. (VIEIRA, 2010, p. 59).

Segundo Vieira (2010), a cidade de Açailândia oferecia condições adequadas para a instalação do pólo siderúrgico, pela sua localização geográfica situada em um entroncamento entre as rodovias BR-010 e BR-222, é marco zero da Ferrovia Norte-Sul⁹, sendo também cortada pela Estrada de Ferro Carajás, o que possibilita o rápido escoamento da produção para o mercado nacional e internacional.

O polo siderúrgico de Açailândia é um importante setor da economia maranhense. Em 2008, produziu cerca de 1,4 milhões de toneladas, gerando receitas na ordem de US\$ 1,2 bilhões. O volume superou a marca de 2007, quando foram produzidos 1,2 milhões de toneladas, com faturamento de US\$ 900 milhões. O setor é tão rentável que eleva o município de Açailândia à segunda posição na arrecadação de receitas para o Estado, ficando somente atrás da capital, São Luís. As indústrias do ferro-Gusa de Açailândia mantêm taxa de crescimento de 20% ao ano. A produção é 10% escoada para o mercado externo pelo Porto de Ponta da Madeira, em São Luís. (VIEIRA, 2010, p. 71).

O reverso de toda essa riqueza produzida no polo guseiro de Açailândia, é a extrema desigualdade social evidenciada nos bairros populosos e pobres da cidade,

uso de recursos naturais, segundo Milanez e Porto (2008, p. 2), “a produção de ferro-gusa e aço demanda uma enorme quantidade de energia, principalmente na forma de carvão mineral (com os devidos impactos sobre as mudanças climáticas) ou carvão vegetal (cuja produção é associada à destruição de matas nativas e à expansão da monocultura de eucalipto). Além disso, a expansão da siderurgia reforça a estratégia de inserção do Brasil no mercado globalizado como fornecedor de *commodities* agrícolas e metálicas de baixo valor agregado, intensivas em recursos naturais e geradoras de condições de trabalho consideradas inaceitáveis nos padrões dos países ricos”.

⁹ A Ferrovia Norte-Sul liga a cidade de Barcarena no Pará ao estado do Rio Grande do Sul. Segundo o repórter Pedro Peduzzi, da Agência Brasil, “Quando finalizada, a Norte-Sul terá uma extensão de 4,5 mil quilômetros, atravessando o Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul. O trecho entre Palmas e Açailândia (MA) já está operando. Foram concluídos os estudos técnicos para continuação da obra até o porto de Vila do Conde, em Belém.” (<agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-02qtrecho-da-ferrovia-norte-sul-comeca-operar-transportando-material-material-para-obra>).

na falta de saneamento e de serviços básicos necessários para a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores. O crescimento rápido e desordenado do município, em função da implantação das empresas siderúrgicas, não foi acompanhado da necessária infraestrutura urbana e do desenvolvimento social para sua população.

No caso da siderurgia, o Brasil vem se especializando na produção de bens semiacabados, que possuem menor valor agregado e conteúdo tecnológico, e cuja produção exige grande quantidade de recursos naturais e gera mais poluição. Embora essa discussão possa ser feita diretamente com as empresas, existem limites no diálogo com elas, pois esse debate passa pelo questionamento do seu papel no desenvolvimento do país, para o qual elas talvez ainda não estejam abertas. (MILANEZ; PORTO, 2008, p. 15).

No entanto, a face mais cruel desse crescimento econômico são os problemas ambientais e sociais. As maiores evidências desse processo são os desmatamentos realizados para alimentar as carvoarias que produzem carvão vegetal e a intensa exploração da força de trabalho local, que em geral ocupa as funções mais desqualificadas, com baixa remuneração. Os cargos mais qualificados e com salários altos são assumidos por profissionais de outros estados.

A exploração de trabalho nas carvoarias da região às vezes chega a limites extremos, com inúmeras situações de trabalho análogo ao trabalho escravo. Essa situação é denunciada constantemente pelos movimentos sociais e entidades civis, mas se reproduz na mesma proporção em que cresce a riqueza produzida no município.

O Brasil não conseguiu garantir padrões mínimos de qualidade de vida a todos os seus trabalhadores rurais, principalmente aqueles em atividades vinculadas ao agronegócio monocultor e exportador em área de expansão da fronteira agrícola. Ocorrências de trabalho escravo, infantil e degradante, superexploração do trabalho, remuneração insuficiente para as necessidades de reprodução social do trabalhador são registrados com frequência. Prisões, ameaças de morte e assassinatos de lideranças rurais e membros de movimentos sociais que reagem a esse quadro, também são constantes e ocorrem quase semanalmente. (SAKAMOTO, 2007, p. 53)

De acordo com o autor, o trabalho escravo é uma forma de exploração do trabalho, reinventada pelo próprio capitalismo, e acompanha várias fases dos empreendimentos, unindo processos que misturam desenvolvimento tecnológico de ponta com a exploração degradante dos trabalhadores.

Outro exemplo dos problemas ambientais e sociais sofridos pela população de Açailândia é a situação dos moradores do bairro Piquiá de Baixo, situada nas proximidades do polo guseiro. A comunidade convive com os impactos diretos do funcionamento das gusarias, dentre eles está a intensa poluição e os problemas de saúde derivados dela. Há também o crescimento desordenado do bairro, com moradias precárias e expostas a riscos.

A comunidade de Piquiá, entidades da sociedade civil e os movimentos sociais¹⁰ vêm realizando intensas mobilizações e negociações para o seu reassentamento, tendo inclusive local destinado para a mudança das famílias, no entanto, a discussão sobre as condições necessárias para isso se prolonga indefinidamente.

No contexto dessa expansão do capital se desenvolvem vários empreendimentos na Região Tocantina, seguidos de inúmeras consequências sociais. Dentre esses empreendimentos estão os projetos de reflorestamento, com a monocultura do eucalipto tendo como objetivo atender o mercado de celulose e carvão.

A implantação de indústrias de papel e celulose, com imensas extensões territoriais de plantio de eucalipto, tem sido pensada pelos planejadores oficiais, tanto burocratas que controlam as agências de fomento, quanto estrategistas inspirados no ideário do mercado aberto, como uma das principais medidas de globalização, cuja finalidade precípua seria dinamizar o setor produtivo da Amazônia. As chamadas “florestas homogêneas” para fins industriais têm sido apontadas pelos planejadores oficiais (BNDES, Ibama) como um fator de “reflorestamento” e de recuperação de áreas degradadas, com potencialidades imensas na esfera da circulação. (ALMEIDA, 1998, p. 95).

Fundamentando-se no discurso de mudanças na relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente, levantando a bandeira do “desenvolvimento sustentado”, apesar dos evidentes danos ambientais e sociais causados pelas monoculturas, a empresa Celmar de Papel e Celulose, iniciou a compra de terras nas proximidades dos municípios de Imperatriz e Açailândia. Segundo Santos (2010) a empresa foi criada em 1992 em Imperatriz, com a seguinte composição acionária:

¹⁰ A comunidade Piquiá de Baixo está organizada em uma associação que vem desenvolvendo lutas em torno da reivindicação do reassentamento, denunciando as condições degradantes em que vivem. Participam desse processo o MST, a Via Campesina, a Rede Justiça nos Trilhos, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia.

“a empresa Risipar S.A, com 55% das ações; a Vale, com 30%; e uma empresa japonesa chamada Nissho Iwai Corporation, com 15% do capital financeiro.(p. 5).

Meses depois a Vale passou a deter 42% do investimento total da empresa de celulose, ampliando as consequências do seu processo de expansão na região.

A Celmar, portanto, apresenta-se como a primeira fábrica de celulose do programa Polos Florestais na Amazônia brasileira, adotado pelo governo Fernando Collor de Melo, mas elaborado basicamente pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para ser implantado na área de influência da Estrada de Ferro Carajás. (MIRANDA, 2012, p. 4).

A Celmar iniciou suas atividades de compras de terras e plantio de eucalipto em 1992, projetando a criação de 7.500 empregos. A empresa plantou grandes extensões de terras, expandindo seu território em direção aos pequenos produtores e assentados, que muitas vezes viam-se cercados por paredões de eucaliptos.

Essa expansão da Celmar desencadeou processos de discussões e lutas sociais que questionavam as projeções de criação de empregos, os impactos ambientais, amplamente conhecidos em plantações de monoculturas, comprometendo a biodiversidade, além do uso intensivo de agrotóxicos e do desenvolvimento de projetos sociais que não traziam benefícios às comunidades.

Na região de imperatriz as plantações de eucalipto contribuíram perceptivelmente para marcar um conjunto de mudanças sociais e econômicas. Ainda que a fábrica de celulose prevista pela Celmar nunca tenha se concretizado, ela contribuiu para alterar, em parte, a fisionomia social do lugar, em especial por conta de concentração de terras. Os governos, desde cedo, se mostraram interessados em trazer empresas de celulose para a Amazônia oriental, apesar de esse empreendimento, quando implantado sem um rigoroso acompanhamento ambiental, seja altamente prejudicial ao meio ambiente, pois libera grandes quantidades de resíduos industriais na natureza e provoca graves danos ao meio ambiente e ao homem, pelo uso de agrotóxicos. Sem mencionar as perdas na fauna e na flora pela predominância da monocultura do eucalipto. (SANTOS, 2010, p. 5).

Apesar de todas as condições favoráveis e das grandes extensões de terras já plantadas com eucalipto, a indústria que produziria papel e celulose não foi instalada. Segundo Santos (2010), a Companhia Vale do Rio Doce tornou-se a única proprietária da Celmar e, em 1997, o nome da empresa mudou para Ferro Gusa Carajás, direcionando sua plantação de eucalipto para a produção de carvão, atendendo às demandas das siderúrgicas.

A Empresa Suzano Papel e Celulose S.A. faz parte do Grupo Suzano, uma das maiores empresas produtoras integradas de papel e celulose da América Latina, que comprou da Empresa Vale no ano de 2008 as terras que pertenciam à Celmar. Segundo informações da página da Empresa Vale na internet¹¹, “O acordo contempla ainda a venda de ativos florestais, totalizando 84,7 mil hectares, incluindo áreas de preservação e floresta localizadas no Sudoeste do Maranhão”.

Conforme as informações do referido documento, o acordo foi assinado em 22 de julho de 2008, prevendo também cooperação tecnológica e o fornecimento de madeira de reflorestamento, produzido pelo Programa Vale Florestar, durante 15 anos, para a empresa Suzano. O Programa Vale Florestar é resultado de pesquisas realizadas pela empresa Vale ao longo da área de influência da estrada de Ferro Carajás, com o objetivo propagado pela empresa de promover o que ela chama de reflorestamento com espécies nativas e exóticas. O documento traz ainda a seguinte informação.

Adicionalmente, a Vale prestará serviço de transporte ferroviário de 1,3 milhão de toneladas de celulose por ano da nova unidade da Suzano, localizada no sul do Maranhão, até a região portuária de São Luís, Maranhão, por um período de 30 anos, a partir de 2013.

A empresa Suzano Papel e Celulose foi fundada em 1924, iniciando seu trabalho no ramo de venda de papéis. Segundo informações contidas no Industrial-Projeto Grandis (EIA/Rima) – MA, seus principais produtos são: celulose, papel cartão, especiais, revestidos e papel 100% reciclado.

É uma empresa de base florestal e uma das maiores produtoras verticalmente integradas de papel e celulose da América Latina, com atuação global em cerca de 80 países. Seu compromisso abrange o desenvolvimento dos negócios e das comunidades onde estão presentes e a preservação do meio ambiente. “Adota um modelo de gestão que considera a sustentabilidade em suas três dimensões: empresarial, social e ambiental”. (SUZANO, EIA/RIMA, 2011, p. 9).

Em vários documentos institucionais da Suzano, o discurso sobre o seu processo produtivo é centrado na preservação de ecossistemas e restauração ambiental, bem como, na realização de programas direcionados à melhoria da qualidade de vida nas comunidades próximas às áreas industriais e florestais, assim

¹¹ Vale celebra acordo com Suzano. Disponível em: <http://201.59.137.230/ptversao_impresao/prt_detail.asp?tipo=2&id=19013>. Acesso em: 12 jul. 2014.

como, na melhoria da infraestrutura dos municípios circunvizinhos. A Suzano tem atuação em vários estados brasileiros, com plantações de eucalipto em vastas extensões de terras.

De acordo com as informações do Plano de Manejo Florestal-núcleo Cidelândia/MA¹² a empresa possui áreas nos estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Piauí, Maranhão e Tocantins. A maior parte da sua produção é destinada à exportação para países da América Latina, Estados Unidos, Europa e Ásia. A empresa implanta suas florestas homogêneas de eucalipto adotando três estratégias que se complementam: a primeira é o plantio em terras compradas pela empresa, a segunda é viabilizada através da sua política de arrendamento e por último, através do sistema de fomento, onde produtores independentes, por meio de contrato, plantam eucalipto em suas próprias terras.

Segundo o Plano de Manejo Florestal da Suzano (2012), desde 1983 a empresa vem desenvolvendo pesquisas sobre a adaptabilidade de diferentes tipos de eucalipto às condições climáticas da região Sudoeste do Maranhão, desenvolvendo tecnologia específica para o plantio.

Com estes estudos, a empresa criou condições para que a cultura do eucalipto seja uma realidade no norte e nordeste do país, o Grupo Suzano atualmente expande suas atividades no Maranhão, com base numa série de pesquisas, visando à seleção de clones adaptados às condições de solo e clima da região. Esses materiais garantirão o sucesso do empreendimento. (SUZANO, Plano de Manejo Florestal, 2012, p. 2).

A partir das pesquisas realizadas, a Suzano passou a se estabelecer no Maranhão e Piauí, comprando e arrendando terras para plantação de eucalipto para “reflorestamento”, definindo a partir desse período a construção de duas novas fábricas de produção de papel e celulose, uma a ser instalada nos arredores de Teresina/PI e outra em Imperatriz/MA. No Maranhão o processo de implantação das florestas homogêneas não ficou restrito à Região Tocantina, atingindo também a região Leste, dos Cocais e do Baixo Parnaíba.

Para implantação de sua base florestal, até abril de 2010 a SPC já adquiriu 116.400 hectares de terras, das quais aproximadamente

¹² A cidade de Cidelândia está situada a 34 km de Açailândia e a 50 km de Imperatriz e, desde a chegada da Celmar na região, constituiu-se em núcleo a partir do qual foram realizadas compras de terras para plantação de eucalipto.

48.200 serão de efetivo plantio. A meta necessária para aquisição é de 173.000 hectares sendo 65% no Maranhão e 35% no Tocantins. (SUZANO, 2010, p. 8).

A outra forma de expansão das atividades da empresa é a realização de arrendamentos de terras, com a substituição da produção de pequenos e médios produtores por eucalipto, numa expansão considerável do território da empresa. Faz-se necessário destacar também o seu projeto de fomento, que pretende estabelecer contratos com pequenos produtores rurais para que estes plantem eucalipto em suas terras, prevendo a extensão desse projeto para uma área de 12 mil hectares no Maranhão.

A Suzano passou, portanto a se estabelecer no Maranhão e Piauí, em áreas não contíguas, mas contínuas em termos de empreendimento econômico, tanto no Leste quanto na chamada *região tocantina*, no Sudoeste do Maranhão. Neste caso, para fins do licenciamento ambiental, há manipulação da descontinuidade geográfica, como se tais regiões limítrofes, no Maranhão e no Piauí, acrescidas daquela do Sudoeste do Maranhão, devessem ser pensadas separadamente. (ANDRADE, 2013, p. 5).

Esse processo a que se refere a autora faz parte da estratégia da empresa, cujo discurso institucional é de minimizar os impactos ambientais causados pela monocultura do eucalipto, mas na verdade, formam-se corredores de plantação de eucalipto, cujos documentos de licenciamento são solicitados e autorizados de forma isolada, embora os impactos ambientais e sociais extrapolem a dimensão da quantidade de terras sob propriedade da empresa.

Dessa forma a empresa vai se apropriando dos espaços, vai se territorializando, o que pode significar a superação dos limites das propriedades, seguindo determinações que atendem aos interesses da expansão do capital.

(...) a construção de território (s) implica, sobretudo, uma relação de poder. Portanto, um determinado espaço torna-se território do agronegócio quando nele os seus segmentos têm o domínio, ou seja, condicionam o uso dos espaços; utilizam do poder econômico para adequar as decisões políticas a seus interesses; controlam o mercado de trabalho estabelecendo as condições e as remunerações, que servem de referência para outros setores da economia; atraem ou excluem investimentos de outros setores econômicos. (CAMPOS, 2011, p. 113).

De acordo com a autora, essa territorialização é acompanhada de conflitos, pois produz vários impactos ao meio ambiente, na economia local, na questão do trabalho, nas relações políticas e sociais como um todo.

Desde 2009, após ter comprado as terras que pertenciam à Vale, a Suzano vem assumindo na Região Tocantina o discurso do desenvolvimento regional. Esse discurso é antigo e sempre retomado, partindo do pressuposto de que a plantação de eucalipto em larga escala, para produção de papel e celulose, que pretende suprir parte do mercado mundial para esses produtos, trará benefícios sociais, econômicos e ambientais para a região. A principal justificativa desse discurso de desenvolvimento para a região é a instalação da fábrica de produção de papel e celulose no Maranhão, inaugurada em Imperatriz desde o dia 20 de março de 2014. Conforme as informações contidas no EIA/RIMA da unidade industrial, a fábrica deve atingir a capacidade de produção 1.500.000 toneladas por ano de celulose e 500 toneladas por ano de papel para exportação. Os investimentos previstos para o funcionamento da fábrica são em torno de 1,8 bilhões de dólares.

A cidade de Imperatriz foi escolhida para sediar a empresa porque aglutina condições estruturais estratégicas para o funcionamento da fábrica, a primeira dessas condições é que Imperatriz fica na área de influência dos grandes projetos. Sua localização privilegiada permite a articulação com a mineração na Serra de Carajás, as extensas plantações de soja na região de Balsas¹³, as indústrias de ferro-gusa de Açailândia e o empreendimento florestal já implantado pela Celmar, além de possuir a abundância de terras agricultáveis e próximas a cidades com condições de escoar a produção.

Leal (2010) analisa as consequências de uma determinada região aglutinar as condições para a acumulação capitalista.

Quanto mais estratégico for um país ou região para os interesses da acumulação, tanto mais ele será, no estágio atual de evolução do capital, alvo desse esquema férreo, como função dos objetivos da ordem econômica internacional, ação essa que é partilhada pelos que dividem o poder no interior da célula imperialista. (LEAL, 2010, p. 118).

A escolha dos espaços para a produção capitalista é essencial, nesse sentido, a condição estrutural mais importante é a localização do empreendimento. Imperatriz

¹³ O município de Balsas fica na microrregião Gerais de Balsas, situada na mesorregião sul maranhense, passou por profundas transformações econômicas no período de 1980 a 2000, em decorrência do avanço da monocultura de soja. Segundo Mota “o esgotamento de terras no sul do país, que fora até então a primeira frente produtora de soja favoreceu, de certa forma, o deslocamento de agricultores para o interior do Brasil em busca de novas áreas produtoras. A interiorização da produção de soja no país é explicada pela própria concentração da propriedade rural na região sul. (MOTA, 2013, p. 194-193).

fica a 616 km de São Luís onde estão situados o Porto da Madeira e Porto de Itaqui, além da proximidade com a Estrada de Ferro Carajás e a ferrovia Norte-Sul. Como complemento a essa estrutura, a Suzano iniciou a construção de uma malha ferroviária de 33 km interligando a fábrica à ferrovia. Essa estrutura ferroviária dá vantagens competitivas para a empresa.

A implantação dos grandes projetos atende a essa estratégia de adequar as estruturas existentes nas cidades ou mesmo a construção de novas estruturas que atendam às necessidades de expansão do capital. De acordo com Picoli (2006)

No processo de ocupação da região, verificamos a necessidade de o capital planejar e implantar cidades estrategicamente, sempre obedecendo aos locais de inserção dos grupos econômicos. Essas cidades serviram para o fornecimento de toda a infraestrutura necessária aos grupos nacionais e estrangeiros, principalmente para a formação e concentração do exército industrial de reserva e toda a estrutura necessária para dar suporte ao projeto. (PICOLI, 2006, p. 11).

A empresa tem as condições políticas favoráveis. Numa reprodução histórica de subserviência das elites locais ao avanço do capital, o Estado atua no sentido de garantir todo aparato necessário para a implantação dos empreendimentos da empresa.

Sob a ótica das elites locais e nacionais, os grandes projetos passaram a representar o desenvolvimento da região, o que se constitui, a nosso ver, o fenômeno da coisa, impedindo que seja mais além da essência desse fenômeno, qual seja, a internacionalização do capital. As empresas transnacionais aqui instaladas, beneficiadas pelos incentivos fiscais e outros benefícios deste período de desregulamentação, privatização e flexibilização, organizam a produção de matéria-prima a baixo custo (mão de obra barata, energia subsidiada, infraestrutura oferecida pelo Estado, fiscalização ambiental incipiente etc.), remetendo-a aos países hegemônicos, nos quais é processada e tornada mercadoria, alimentando assim, o ciclo de produção e acumulação de capital. (SÁ; FIALHO NASCIMENTO, 2012, p. 5).

Os políticos locais seguem à risca essa estratégia de garantir as condições para a reprodução do capital, abriam todas as portas de negociação com a empresa, oferecem condições favoráveis para a instalação da empresa em seus municípios, sob o discurso do desenvolvimento regional.

Desde que se começou a cogitar a instalação da indústria na região, todas as discussões sobre o desenvolvimento econômico da região passaram a girar em

torno da instalação da Suzano, propagando as vantagens da expansão da plantação de eucalipto e da produção de celulose, pois geraria empregos e crescimento para o Maranhão.

O modelo de desenvolvimento regional conduzido pelo Estado, seja ele nacional ou estadual, tem se caracterizado pela ocupação econômica predatória do espaço regional, ao mesmo tempo em que contribui, decisivamente, para a desestruturação da economia, da vida e da cultura da população local, nativa ou não. Sabe-se que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento, mas tão somente fruto do desenvolvimento incessante das forças produtivas, e, embora seja condição indispensável, não é condição suficiente para um desenvolvimento que promova a apropriação coletiva de bens e serviços produzidos socialmente. (FIALHO NASCIMENTO, 2006, p. 8).

A projeção da capacidade de produção da empresa dá a dimensão da quantidade de terras necessárias para o plantio de eucalipto, além da aquisição prevista de 173.000 hectares de terras, há ainda os arrendamentos e o projeto de fomento que pretende realizar contratos com pequenos e médios produtores, onde é oferecido mudas, sementes e assistência técnica, além da compra de até 90% da produção de eucalipto. Essa informação é pública e faz parte da propaganda da empresa nas rádios com abrangência em toda Região Tocantina. A dimensão territorial é proporcional aos impactos sociais e ambientais do projeto da Suzano.

Apesar de, na pesquisa documental, não serem obtidos os documentos que possibilitariam dimensionar a concentração de terras por parte da empresa Suzano na Região Tocantina, identificamos dois polos principais de aquisição de terras para plantio de eucalipto. Um núcleo denominado pela empresa de Cidelândia, município que fica nas proximidades de Imperatriz e Açailândia, o outro é o polo do município de Porto Franco, distante cerca de 150 km de Imperatriz.

Segundo o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Florestal da Suzano do polo de Porto Franco, a previsão de plantio de eucalipto em áreas próprias é de mais de 60 mil hectares de terras, com a projeção de criação de 1.320 novos empregos. O projeto abrange as microrregiões de Alto Mearim e Grajaú, Imperatriz, Chapada das Mangabeiras e Gerais de Balsas. Os municípios dessas microrregiões onde estão sendo plantadas as monoculturas de eucalipto são os seguintes:

João Lisboa, Imperatriz, Senador La Roque, Grajaú, Buritirana, Davinópolis, Governador Edson Lobão, Sítio Novo, Ribamar Fiquene, Lageado Novo, Campestre do Maranhão, São João do Paraíso,

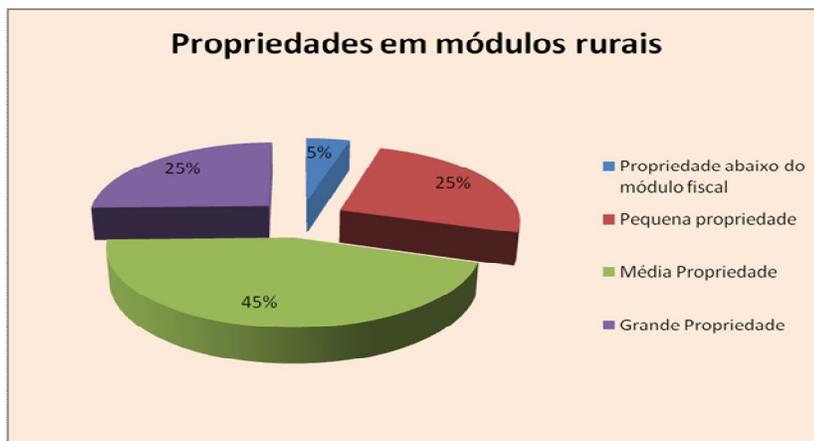
Porto Franco Formosa da Serra Negra, Estreito, São Pedro dos Crentes, Fortaleza dos Nogueiras, Feira Nova do Maranhão, Carolina, Nova Colina, Riachão. (SUZANO, Plano de Manejo Florestal, 2012, p. 2).

Nos documentos do projeto florestal da Suzano e nas solicitações de licenciamento ambiental junto à Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão (Sema) foram identificadas algumas fazendas desses municípios, com o detalhamento do tamanho da propriedade. Não se conseguiu identificar o tamanho das propriedades que pertenciam à Celmar e atualmente são de propriedade da Suzano.

O total de terras do polo Porto Franco identificadas na pesquisa documental, ultrapassa a meta de 60 mil hectares para aquisição na região. As terras adquiridas somam um total de 62.378 ha. Para análise do tamanho das propriedades, utiliza-se neste trabalho a classificação das propriedades conforme a Lei n. 8.629/93. De acordo com essa lei, a pequena propriedade compreende os imóveis rurais que tem entre um e quatro módulos fiscais, a média propriedade é uma área que possui entre quatro e quinze módulos, as áreas que tem mais de quinze módulos são consideradas grandes propriedades. Os módulos fiscais variam de acordo com as regiões, o módulo dos municípios onde as propriedades foram identificadas varia entre 70 e 75 hectares de terras.

A maioria das fazendas identificadas é de médias propriedades, num percentual de 45%. As pequenas propriedades totalizam 25% das propriedades adquiridas e as grandes propriedades também somam 25%. Identificou-se também que 5% das propriedades estão abaixo do módulo fiscal dos municípios.

Gráfico 2 – Propriedades em módulos rurais



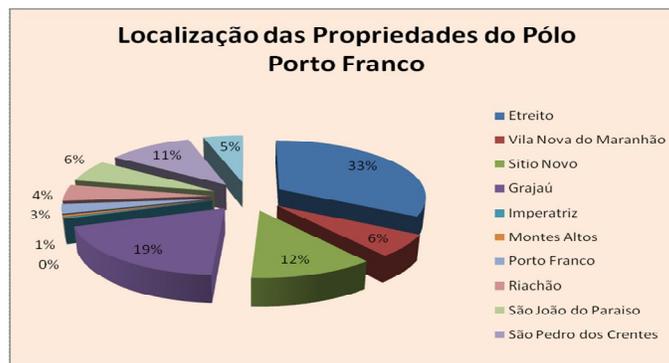
Fonte: pesquisa de campo.

Quando se agrupam os números referentes às propriedades que estão abaixo do módulo rural com as pequenas e médias propriedades, tem-se um percentual de 75% das áreas adquiridas pela empresa Suzano. É evidente que a empresa, ao mesmo tempo em que reconcentra a propriedade da terra nessa região, tendo em vista que adquiriu uma grande quantidade de terras de pequenos e médios proprietários, garante a proximidade das propriedades, o que lhe possibilita ter áreas contínuas em termos de empreendimento econômico.

Apesar dessa questão, a empresa adota o discurso de que há um menor impacto ambiental e, ao mesmo tempo, consegue adequar-se mais facilmente às exigências da legislação ambiental. Através da compra das pequenas e médias propriedades, há mais facilidade de conseguir o licenciamento ambiental na Sema, tendo em vista que os processos são solicitados individualmente.

O processo de compra de terras pela Suzano pode ser visualizado no gráfico a seguir, onde se destacam os dois municípios em que esse processo foi maior. O primeiro é Estreito, onde foram comprados mais de 17 mil hectares, num percentual de 33% das terras adquiridas no polo de Porto Franco. O segundo município mais atingido pela concentração foi Grajaú, com um percentual de 19% das terras adquiridas no polo, o mais interessante é que esse percentual responde à dimensão de uma única propriedade, com território de 9.995 hectares de terras.

Gráfico 3 – Localização das propriedades do polo Porto Franco



Fonte: Pesquisa de campo

Além desses dois municípios, o gráfico indica que em Sítio Novo e São Pedro dos Crentes, estão localizadas respectivamente 12% e 11% das terras adquiridas pela Suzano.

No núcleo de Cidelândia ficam localizadas as propriedades compradas da empresa Vale que pertenciam à empresa Celmar e já tinham plantio de eucalipto. Durante cerca de sete anos, o ativo florestal de propriedade da empresa Vale foi utilizado para produção de carvão vegetal, alimentando a produção de ferro-gusa na região de Açailândia. Essas terras totalizam 84,7 mil hectares, somados aos 62.378 hectares identificados nas propriedades do polo de Porto Franco, temos um total de 148.381, num percentual de 85,77% da totalidade da projeção feita pela empresa para compra de terras em toda a Região Tocantina. Tendo em vista que o acesso aos dados da empresa é limitado¹⁴, estima-se que essa projeção já pode ter sido superada.

Em relação às propriedades identificadas no polo Cidelândia, não foi possível dimensionar a quantidade de terras de cada propriedade, pois só foi possível o acesso aos licenciamentos mais recentes, referentes ao polo Porto Franco. As fazendas identificadas são as seguintes:

Fazenda Monte Alegre, Monte Líbano, Itaparica, Bloco Jurema, Capixaba, Boa Vista II, Pioneira, São Bento, Bloco Boa Esperança B, São Paulo, Boa Fé, Verão Vermelho, Itabaiana A, Itabaiana B, São José III A, São José III B, Santa Maria, Serra Branca, São João,

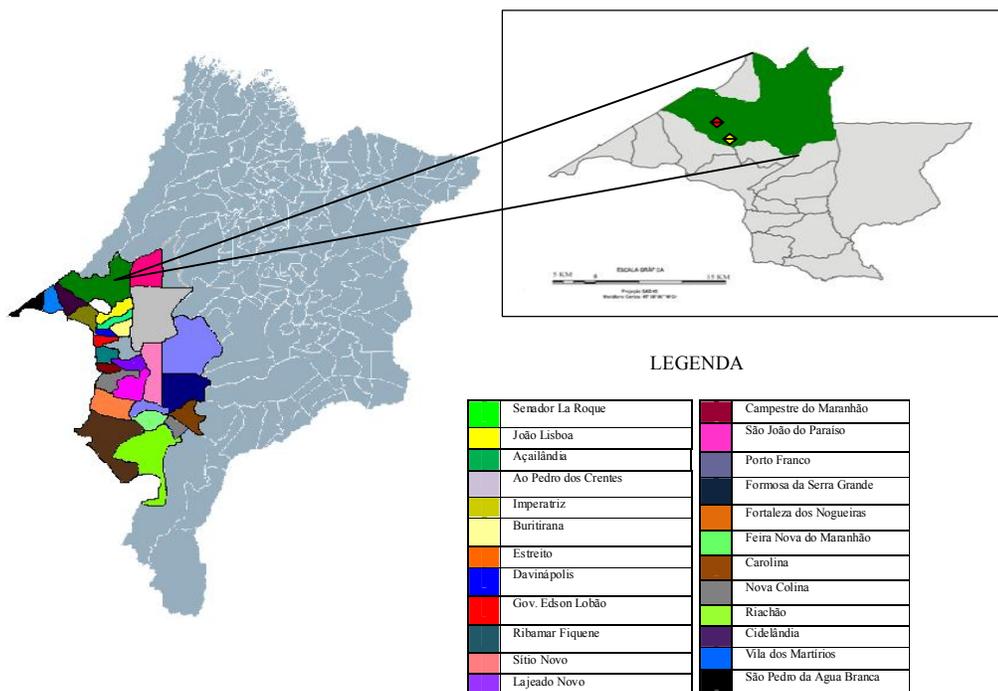
¹⁴ Durante a realização da pesquisa de campo tentou-se obter dados oficiais na empresa e no Incra, mas não se obteve retorno. Os dados acessados foram através do Ministério Público do Maranhão que autorizou a análise das solicitações de licenciamento ambiental enviadas para a Sema.

Sertaneja, Planalto, Chácara São Bento, Chapada Grande.
(SUZANO, Plano de Manejo Florestal, 2012, p. 2).

A área de abrangência do projeto de silvicultura do eucalipto do Núcleo de Cidelândia atinge dez municípios, especificados no Plano de Manejo Florestal da empresa: Açailândia, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios, Cidelândia, São Francisco do Brejão, João Lisboa, Imperatriz, Senador La Roque, Davinópolis e Governador Edson Lobão. Essas propriedades ficam nas proximidades de Imperatriz e Açailândia onde estão localizados vários assentamentos de reforma agrária, dentre eles o assentamento Califórnia, localizado às margens da BR-010 e o assentamento Açaí, onde fica a Vila Sudelândia, escolhidos para realização deste estudo.

A figura apresentada abaixo situa todos os municípios nos quais foram identificadas as propriedades adquiridas pela empresa, com destaque para o município de Açailândia, onde ficam localizados os dois assentamentos em que foi realizada a pesquisa de campo.

Mapa 2 – Municípios de localização das propriedades da Suzano



Numa região onde as contradições sociais são consideráveis e as políticas públicas são rarefeitas, a sociedade sofre com a continuidade das mudanças significativas que vem sofrendo devido à expansão dos grandes projetos que criam as condições para a acumulação capitalista. Fialho Nascimento (2006) faz uma análise desse processo na região Amazônica.

Aos inúmeros processos desencadeados, historicamente em razão dessa acumulação, somaram-se outros, especialmente em função da crise capitalista contemporânea, configurando uma realidade regional onde se pode encontrar, entre tantos outros fenômenos, uma massiva desigualdade social – expressa no crescimento de sua população; uma reincidente agressão à natureza – expressa nos desmatamentos, nas queimadas e na poluição dos rios; um recorde de violência na área rural – em decorrência dos inúmeros conflitos pela posse da terra; um explosivo adensamento populacional dos centros urbanos – sem que uma correspondente infraestrutura de bens e serviços fosse instalada. (FIALHO NASCIMENTO, p. 19).

Esse adensamento populacional e todas as expressões da “questão social” a que se refere a autora, podem ser verificados na Região Tocantina desde o anúncio da implantação da fábrica em 2009, pois aumentou o movimento espontâneo de pessoas atraídas pela possibilidade da geração de emprego e renda, numa demanda crescente por serviços como moradia, saúde, educação etc.

O início do trabalho das empresas terceirizadas para a construção da fábrica da Suzano e conseqüente vinda de muitos funcionários para a cidade de Imperatriz, fez com que houvesse uma intensa especulação imobiliária, os preços dos imóveis subiram, os aluguéis atingiram o triplo dos valores cobrados anteriormente.

À medida que o agronegócio se expande territorialmente há uma tendência de aumento da especulação imobiliária e da concentração fundiária. E, em muitos casos, esses processos são patrocinados por recursos públicos. No caso das empresas de celulose, por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social (BNDES), do governo federal, é um dos grandes financiadores e em alguns casos é sócio dos investimentos de expansão, que resultam em aumento da concentração de terras. (CAMPOS, 2011, p. 126).

De acordo com Marx (2013) quanto mais o processo de acumulação do

capital avança em uma cidade industrial ou comercial, maior é o afluxo do material humano a ser explorado.

O nexo interno entre o tormento da fome que atinge as camadas operárias mais laboriosas e o consumo perdulário, grosseiro ou refinado, dos ricos, baseado na acumulação capitalista, só se desvela com o conhecimento das leis econômicas. O mesmo não ocorre com as condições habitacionais. Qualquer observador imparcial pode perceber que, quanto mais massiva a concentração dos meios de produção, tanto maior é a conseqüente aglomeração de trabalhadores no mesmo espaço; que, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis são para os trabalhadores as condições habitacionais. (MARX, 2013, p. 732).

No seio dessas mudanças que reconfiguram as relações de trabalho e moradia, várias mudanças estão em curso e demandam maior análise, tais como o aumento da violência, da prostituição, o aumento da demanda por serviços públicos, dentre outros.

As mudanças no campo são visíveis, as florestas homogêneas de eucalipto modificam a paisagem em milhares de hectares, num reforço à concentração fundiária e impactando negativamente no meio ambiente. Segundo Shiva, (2001, p. 127-128 apud PICOLI, 2006, p. 122)

As monoculturas estão sempre associadas à violência política – o uso da coerção, do controle e da centralização. Sem controle centralizado e forças coercitivas, este mundo tão rico em diversidade não pode ser transformado em estruturas homogêneas e as monoculturas não podem ser mantidas. As comunidades e os ecossistemas organizados e descentralizados geram diversidade. A globalização gera monoculturas controladas pela coerção. As monoculturas também estão associadas à violência ecológica – uma declaração de guerra contra as diversas espécies em extinção, mas também controla e mantém as próprias monoculturas, monoculturas não são sustentáveis são vulneráveis ao colapso ecológico.

A ocupação dos territórios da Região Tocantina pela Suzano deve ser entendida como um processo que expande as relações capitalistas e transformam a dinâmica das relações sociais regionais. Nesse sentido se faz necessário compreender a relação dessa expansão territorial com os assentamentos Califórnia e da Vila Sudelândia, eixo do estudo realizado.

4.2. As experiências do assentamento Califórnia e da Vila Sudelândia-Ma

A Região Tocantina é reconhecida pelas intensas lutas pela terra e pela violência com que agem a polícia e a oligarquia agrária contra posseiros e trabalhadores sem terras. A cidade de Imperatriz, durante muitos anos ficou conhecida como a terra da pistolagem, pois os conflitos agrários em geral resultavam em confrontos violentos e em assassinato de camponeses. Esse cenário, contraditoriamente, fez emergir uma tradição de luta pela terra em toda região. Cercados pela expansão de grandes empreendimentos, pequenos proprietários, que foram obrigados a vender a terra, assalariados rurais, meeiros e posseiros construíram uma história de luta para ter acesso a terra e dela extrair as condições para sua sobrevivência.

Essa história de conflitualidades é que possibilita a articulação dos camponeses do Maranhão ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) que tem sua gênese no início da década de 1980.

A história de organização do MST no Maranhão inicia-se em meados da década de 1980, quando lideranças camponesas participam do primeiro Congresso Nacional do MST, assumindo a tarefa de organizar o movimento no estado. As lideranças que participaram desse congresso iniciaram o processo de ocupação de terras nas regiões Pindaré e Tocantina.

A reação dos latifundiários acirrou os conflitos. Os contínuos enfrentamentos resultavam em morte de posseiros e sem-terra, e do outro lado, nalgumas vezes, em mortes de policiais e pistoleiros. A UDR de Imperatriz articulava-se para impossibilitar as ocupações de terras. Todavia, nesse município, em julho de 1987, duzentos e cinquenta famílias ocuparam a Fazenda Itacira, de 5.000 ha, pertencente ao Grupo Sharp. O imóvel também era chamado de fazenda criminosa, conhecida por este nome por causa dos vários assassinatos de posseiros que resistiram à *limpeza da área*. (FERNANDES, 2000, p. 122).

O acampamento durou oito anos, quando a terra foi desapropriada e o projeto de assentamento foi criado. Os assentados se organizaram em duas vilas, Vila Conceição I e II, nomes dados em homenagem a Manoel da Conceição, líder sindical que foi preso, torturado e exilado durante a ditadura militar e contribuiu com a organização inicial do MST no Maranhão. Essa experiência foi um marco na

organização do movimento no estado, possibilitando sua expansão para outras regiões. Na Região Tocantina a luta pela terra desenvolvida pelo MST avançou rapidamente e, ao longo da década de 1990, o movimento se territorializa em todo o estado, conquistando muitos assentamentos e organizando a luta pela terra e por reforma agrária.

Em suas leituras das realidades, nas suas práticas de luta e nos espaços de socialização política, os camponeses sem-terra foram percebendo que a luta pela terra e a luta pela reforma agrária só se desenvolvem se forem feitas no contexto da luta de classes. Foi essa consciência política que determinou a forma de organização como movimento. Para garantir essa forma é preciso ter autonomia política como essência. Essa concepção é resultado da prática social e da leitura que os sem-terra fizeram da história dos movimentos camponeses. (FERNANDES, 2000, p. 85).

Ao se consolidar como uma organização nacional, o MST avança na luta por reforma agrária e sinaliza para toda sociedade o seu objetivo de contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse período – 1985 a 1990 -- o MST se territorializou por dezoito estados, tornando-se um movimento nacional, estando presente na luta pela terra em todas as grandes regiões. Ocupação por ocupação, estado por estado, lutando pelo direito a terra por meio de negociações e enfrentamentos, os sem-terra espacializaram a luta, construindo o movimento, desde seu nascimento à sua consolidação, dimensionando e transformando suas realidades. Assim, prosseguiram com o processo de formação do MST, ressocializando famílias de trabalhadores excluídos pela territorialização do capital e do latifúndio, lutando pela reforma agrária e pela transformação da sociedade. (FERNANDES, 2000, p. 170-171).

Tendo como horizonte mais amplo a transformação da sociedade, o MST foi construindo lutas específicas para garantir condições mínimas de sobrevivência para os assentados, dentre elas, destaca-se a organização da produção e comercialização nos assentamentos, assumindo reivindicações em torno do acesso ao crédito agrícola e assistência técnica, dentre outros¹⁵.

¹⁵ É a partir do resultado dessa luta específica que a minha trajetória profissional e política se interliga com a história da organização do MST na região Tocantina. Em 1997 o MST conquistou um projeto de assistência técnica do governo federal denominado Lumiar, realizado em parceria com ONGs, cooperativas e o Incra, quando passei a compor uma equipe técnica com profissionais da área de agronomia. O Lumiar foi uma tentativa de preencher os espaços deixados pelo desmonte do sistema de assistência técnica e extensão rural no Brasil que, no caso do Maranhão, veio suprir o espaço da Empresa Maranhense de Assistência Técnica (Emater), extinta em 1998 pelo governo de Roseana Sarney (1994/2002). De acordo com Ribeiro (1998, p. 80), “É nessa perspectiva e com essas dimensões que o Incra está implantando o Projeto Lumiar, visando implementar um serviço

Os Assentamentos Califórnia e Açaí são fruto de uma ocupação realizada na fazenda Califórnia, distante cerca de 10 km da cidade de Açailândia e situada à margem da BR-010. A ocupação organizada pelo MST aconteceu no dia 26 de março de 1996, quando 260 famílias montaram acampamento iniciando sua trajetória para ter a posse da terra, em apenas três dias foram despejados pela polícia. As famílias ficaram acampadas no assentamento Itacira, às margens da BR-010 por quase quatro meses. Durante esse período o MST realizou intensa campanha na região junto às entidades que apoiam a luta pela terra, recebendo apoio político e contribuições variadas para manter o acampamento. A organização do acampamento teve como base os núcleos de famílias¹⁶, conforme a estratégia escolhida pelo MST para organização dos acampamentos e assentamentos. Enquanto estava à margem da BR, o acampamento recebeu a adesão de muitos trabalhadores, aglutinou mais de 800 famílias, vindas principalmente de Imperatriz e Açailândia.

A partir daí, inúmeras negociações foram feitas com o Incra, resultando na apresentação de uma área conhecida como Sudam, por ter sido definida para investimentos da Sudam. Segundo informações do Plano de Recuperação dos Assentamentos (PRA) (2008), a área com um território de 23.324,07 hectares estava sendo utilizada para treinamento do 50º Batalhão de Infantaria de Selva. Em maio,

descentralizado de apoio técnico.” A minha vivência, *a priori* destinada a realizar um processo organizativo com os assentados da Região Tocantina, principalmente em torno da cooperação agrícola, como perspectiva de desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, me possibilitou análises mais amplas do contexto da região, de forma específica o confronto entre os projetos vinculados ao agronegócio e as perspectivas da agricultura familiar desenvolvida pelos assentados. Ao participar de uma equipe local de assistência técnica responsável pelo acompanhamento do Assentamento Açaí em Açailândia, foi possível contribuir com o processo organizativo de mais de 500 famílias. Essa experiência me possibilitou ter a dimensão da luta pela terra e, principalmente, iniciar a militância política no MST e, em um ano, já fazia parte das instâncias de organização do movimento em âmbito estadual e nacional. Ao compor a direção estadual do MST e o coletivo de dirigentes da Região Tocantina, tinha como responsabilidade acompanhar os processos organizativos e as lutas específicas desenvolvidas na região. Outra experiência importante foi a participação na equipe de coordenação estadual do Programa de Assessoria Técnica, Ambiental e Social à Reforma Agrária (Ates), representando o MST entre os anos 2004 a 2006, assumindo a responsabilidade de acompanhar as equipes locais da Região Tocantina. Assim, foi possível acompanhar cotidianamente o desenvolvimento histórico dos assentamentos aqui estudados, de forma que várias das informações trabalhadas sobre esses assentamentos, são fruto da minha experiência política, é síntese de vários anos de convivência com assentados, militantes e dirigentes do MST.

¹⁶ Os Núcleos de famílias são a base da estrutura organizativa do MST, nos assentamentos e acampamentos são organizados núcleos com dez famílias onde devem ser debatidos os encaminhamentos e os processos formativos, cada núcleo deve ter um coordenador e uma coordenadora que se juntarão e formarão a coordenação do assentamento ou acampamento.

um grupo de setenta famílias ocupou uma parte da área conhecida como Jacaré, mesmo após a área ter sido negociada, formando assim a primeira agrovila do futuro assentamento, vila que recebeu o nome de Nova Vitória.

Como estratégia para apressar as negociações, o MST decidiu reocupar a fazenda Califórnia e reforçar a ocupação da área da Sudam, e as famílias foram divididas de acordo com a capacidade das duas áreas. Conforme informações das lideranças do assentamento Califórnia, a ocupação foi feita no dia 14 de julho de 1996, parte dos acampados ocuparam novamente a fazenda Califórnia e mais de 500 famílias ocuparam a área da Sudam.

A experiência da Vila Sudelândia no Assentamento Açai

Imagem 1 – Vila Sudelândia



Fonte: pesquisa de campo

Na área já negociada com o Incra foram ocupados mais quatro pontos, formando as Vilas Nova Conquista, Sudelândia, Macaúba e Conquista da Lagoa, formando ao todo cinco agrovilas, pois a Vila Nova Vitória foi ocupada primeiro. No total, o assentamento ficou com 503 famílias. Essa divisão entre as vilas se deu pela necessidade de alocar as famílias em toda a extensão do assentamento, pois a área ultrapassava 23 mil hectares. Essas vilas passaram a fazer parte de um único assentamento, o Projeto de Assentamento Açai, criado em setembro de 2006, num processo relativamente rápido se comparado à conquista de outros assentamentos.

Terminado o período do acampamento e da incerteza de conquistar a terra, iniciou-se um novo ritmo de organização do assentamento, o que foi paulatinamente

trazendo à tona os problemas peculiares aqueles sujeitos e à sua constituição histórica.

Para entender os problemas organizativos surgidos a partir daí, é válido considerar uma questão: a maioria dos sujeitos que vão para os acampamentos e assentamentos do MST, passaram por diversas experiências de intensa exclusão, e ao mesmo tempo, foram alvo de uma reprodução ideológica permanente, assimilaram posturas e valores que estão embutidos nas suas ações.

Por toda a experiência histórica acumulada, já não é possível ignorar estes aspectos da vida social e cultural das pessoas. Ao se organizar um assentamento ou a luta pela reforma Agrária, ignorar os valores culturais, a religião, as superstições, os conhecimentos etc. é o mesmo que transformar o ser humano em um instrumento mecânico pra se fazer a luta política. (BOGO, 1999, p. 51).

Quando esses sujeitos ocupam uma terra e rompem momentaneamente com a ideia da propriedade privada; do “proprietário da terra,” e não da sua, não rompem automaticamente com a lógica dominante, embora isso marque seu desenvolvimento pessoal e coletivo. Essa trajetória pessoal pode trazer muitos problemas para a organização coletiva do assentamento.

Embora fazendo parte de uma mesma trajetória geral de luta, cada assentamento ou acampamento tem uma história própria, com singularidades que dizem respeito a momentos e circunstâncias conjunturais e às próprias diversidades das características de cada grupo e de cada local. (GORGEN; STEDILE, 1991, p. 86).

Outro problema peculiar à história do assentamento Açaí, é que a maioria dos sujeitos que foram para esse assentamento, não participaram do trabalho de formação de base realizado pelo MST antes da primeira ocupação da fazenda Califórnia, chegando ao acampamento quando a terra já estava sendo negociada; não vivenciaram as tensões que fortalecem os laços coletivos e abrem espaços para a construção de um pensamento crítico.

A diferença entre os trabalhadores que ocuparam a terra e os que somente acamparam na estrada, fez com que os primeiros tivessem mais disposição para assumir as estratégias organizativas do MST, pois a experiência da ocupação possibilitou uma suspensão do cotidiano que modificou e marcou a trajetória política de muitos assentados. Como exemplos dessa mudança existem muitos assentados de todas as vilas do assentamento Açaí que tiveram um grande avanço político,

demonstram coerência política e disposição para lutar pelos seus direitos, enquanto outros têm dificuldade de entender todo o processo de luta pela terra e o confronto cotidiano com o projeto das elites dominantes.

Essas especificidades de inserção no fazer da história, nos movimentos, no trabalho e na agricultura camponesa, carregam também uma especificidade formadora para as vivências de cada tempo humano. (CALDART, 2012, p. 736).

As vilas Nova Conquista e Nova Vitória construíram uma trajetória mais articulada à organização do MST, enquanto as vilas Macaúba e Sudelândia desde sua origem se distanciaram do MST e das discussões coletivas do assentamento, enquanto que a Vila Conquista da Lagoa tornou-se mais distante dos processos organizativos. Os presidentes das associações desde cedo assumiram um poder considerável nas decisões dos moradores das vilas. De modo geral os assentados não continuaram a organização dos núcleos de famílias e coletivos orientados pelo MST optando pelas associações tradicionais como forma de organizar o assentamento.

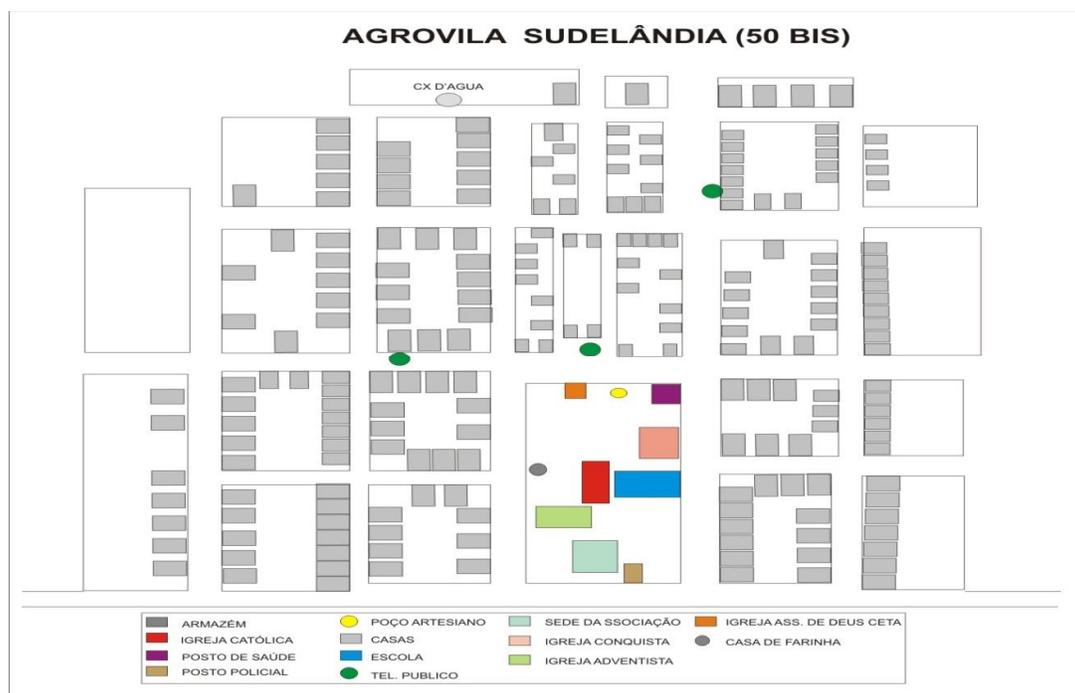
As cinco vilas fazem parte legalmente do assentamento Açaí, o Projeto de Assentamento é um só, no entanto, o cotidiano delas transcorre como se fossem cinco assentamentos diferentes, principalmente pela distância geográfica entre elas e pela dificuldade de acesso pelas estradas vicinais, o que dificulta uma articulação entre as famílias assentadas.

Uma questão a se considerar é que em geral as negociações ou encaminhamentos junto a instituições como Incra e bancos, ocorrem a partir da realidade específica de cada vila, geralmente num reforço à figura dos presidentes das associações.

O acesso ao assentamento se dá através de duas vias, ambas pela BR-010. O primeiro saindo de Açailândia e seguindo por 8 km em direção à Imperatriz para depois virar à direita para uma estrada vicinal percorrendo 30 km até a Agrovila Nova Conquista. E a segunda via, saindo de Açailândia em direção a Itinga seguindo 12 km e virando à esquerda por 10 km em uma estrada vicinal até a Agrovila Nova Vitória. A rodovia BR-010 está em boas condições de tráfego, mas, as vicinais têm seu acesso prejudicado durante o período das chuvas, não viabilizando o escoamento da produção devido às péssimas condições das estradas cheias de buracos, e que, somadas às condições de declive da área tem-se um quadro grave de obstáculos à dispersão da produção. (Plano de recuperação dos Assentamentos, 2008, p. 30).

A Vila Sudelândia é a maior vila do Assentamento com 160 famílias cadastradas no Incra, aglutina as maiores dificuldades de organização política, numa mistura entre o individualismo exacerbado e a centralização de poder peculiar ao capitalismo. A relação com o MST sempre foi contraditória, mediada por expectativas e resistências múltiplas aos princípios e à luta desencadeada pelo movimento.

Imagem 2 – Croqui da Agrovila Sudelândia



Fonte: PRA do Assentamento Açaí

De modo geral a Vila Sudelândia é bem expressiva no que diz respeito à diversidade de posturas e ao potencial de trabalho dos assentados, as histórias diferenciadas mediatizam a construção de uma história coletiva em curso, dando-lhe contornos peculiares. As dificuldades vividas aliadas à relativa facilidade com que conquistaram a terra, fez com que em alguns momentos tivessem um grande potencial de mobilização, principalmente para defender interesses pessoais, em outros, permanecessem passivos e quase indiferentes ao que acontece ao seu redor, o que pode ser explicado pela ligação com um passado recente de relações clientelistas.

A simples ocupação e conquista da terra é um processo geralmente muito rápido, embora às vezes leve alguns anos para ser concluído pelo descaso das autoridades responsáveis. O mais difícil não é o processo de conquistar, mas sim fazê-la produzir, organizar a cooperação, a comercialização, desenvolver novas tecnologias e forjar uma nova consciência nos assentados. (BOGO, 1999, p. 35).

Um exemplo dessa postura era a concepção alardeada por algumas lideranças desde o início da organização da Vila, de que o assentamento deveria aglutinar o maior número de trabalhadores possível, pois assim, teriam um peso nas eleições municipais. Com o passar dos anos foi acontecendo um processo similar a uma favelização da Vila; atualmente residem mais de 600 famílias somente na agrovila Sudelândia, quando a capacidade do assentamento Açai é de 525 famílias.

Com relação à infraestrutura do assentamento, as famílias receberam os créditos iniciais de fomento e alimentação¹⁷. Esses créditos têm o papel de garantir a estrutura inicial para que as famílias tenham condições de sobreviver nos anos iniciais do assentamento, além disso, foram construídas as casas, o posto de saúde, a escola, poço artesiano, eletrificação. Com relação à organização da produção, as famílias foram contempladas com o Projeto de assistência técnica Lumiar em 1997/1998 e o Programa de Assessoria Técnica Social e ambiental as áreas de Reforma Agrária (Ates) de 2005 a 2008.

Todas as políticas ligadas à infraestrutura do assentamento eram viabilizadas pelo Incra, e sua conquista foi resultado das reivindicações nacionais organizadas pelo MST, nas marchas e ocupações de prédios públicos realizadas de forma intensa na década de 1990, que propiciaram negociações e tornaram possível a concretização dessas políticas.

Os assentados das agrovilas Sudelândia e Nova Vitória convivem com a expansão da monocultura do eucalipto, desde 1997, quando a empresa Celmar iniciou sua plantação situada na margem do lado norte do assentamento Açai. Apenas uma estrada divide as terras, que hoje são da empresa Suzano, das duas vilas: de um lado ficam as casas e as plantações das famílias assentadas e do outro,

¹⁷ Esses créditos de instalação dos assentamentos são previstos pela Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, sob a responsabilidade do Incra, tendo como objetivo a consolidação dos projetos de assentamento integrantes do programa de reforma agrária. De acordo com o Decreto 8.256 de 26 de maio de 2014, que regulamenta o inciso V, caput do Art. 17 da Lei 8.629, dispõe sobre os créditos de instalação do programa de Reforma Agrária, agora sobre a responsabilidade das instituições financeiras e supervisão do Incra e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

extensas plantações de eucalipto.

Nesse período em foi implantado, pela Celmar o Projeto Agricultura Social em 1994, havia uma mobilização de pequenos produtores e assentados para plantarem nas terras da empresa, após o plantio do eucalipto, parte da produção de arroz, feijão, milho, mandioca e outras culturas de subsistência.

A Celmar recebia a produção das famílias assentadas e realizava doações para as comunidades vizinhas às suas plantações, os agricultores limpavam a área plantada e, ao mesmo tempo, garantiam o fornecimento da sua produção para a Celmar fazer suas doações.

Após a venda das terras da Celmar para a empresa Vale no ano de 1997, o assentamento passou a conviver com a poluição das carvoarias que foram construídas para a produção de carvão vegetal, o que trouxe inúmeras consequências para a saúde das famílias, com as precárias condições de trabalho nessas carvoarias e o tráfego dos caminhões que levavam o carvão até as guseiras de Açailândia.

O Assentamento Califórnia

Imagem 3 – Vila do Assentamento Califórnia



Fonte: Pesquisa de campo

Após reocuparem a fazenda Califórnia, as famílias montaram acampamento na margem da BR-010, organizando de forma provisória a vila onde passariam a

morar e a construir uma nova história. A maioria das famílias que ficaram na área da fazenda Califórnia participou da primeira ocupação e das lutas desenvolvidas durante o acampamento, fato que foi um diferencial positivo no processo de organização do assentamento Califórnia nos primeiros anos.

A partir desse período eles sofreram ameaças do antigo administrador da fazenda, fato que os obrigou a montar um sistema de guardas à noite. Durante esse período as famílias receberam cestas básicas do Incra, que segundo estas eram de péssima qualidade. Como a área possuía cinco proprietários o processo de desapropriação foi longo, a primeira desapropriação ocorreu em dezembro de 1996, a segunda em março de 1997, e a última só em agosto de 1997. A criação do P. A. se deu apenas em outubro do mesmo ano. (SOUSA, 2008, p. 44).

As famílias passaram muitas dificuldades e tensões até a garantia da última desapropriação em outubro de 1997. Durante todo esse tempo conseguiram manter a organização conforme as orientações do MST, assumindo uma identidade política e avançando na compreensão da luta pela terra.

Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da reforma agrária. Parte desses espaços de luta e resistência é resultado de ocupações de terras; outra parte está se organizando para preparar a ocupação da terra. (...) os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação, uma forma de materialização da organização dos sem-terra. (FERNANDES, 2012, p. 21).

Os assentados formaram apenas uma vila, mantendo a organização dos núcleos de famílias que eram coordenados por um homem e uma mulher, que, por sua vez, participavam da coordenação do assentamento. Todas as discussões e decisões coletivas passavam por esses núcleos e pela coordenação, inclusive a formação política desenvolvida pelo MST. Quando necessário realizavam assembleias gerais nas quais debatiam questões pertinentes ao cotidiano do assentamento.

As famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem a produção, a escola, as necessidades de cada área. Destes núcleos, saem os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete

em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres. (Disponível em: <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/330>>).

Imagem 4 – Croqui da Vila Califórnia



Fonte: PRA da Califórnia

Essa trajetória de resistência possibilitou o surgimento de inúmeras lideranças no assentamento, passando a integrar as instâncias organizativas do MST, bem como se tornaram participantes ativos das suas atividades. Ao participarem dos encontros, cursos e marchas foram construindo um pensar crítico e uma trajetória de resistência que foi se expressando em diversas atividades de luta política por melhores condições de vida para o assentamento.

Os núcleos de famílias permaneceram como estrutura de organização do assentamento por cerca de três anos, após esse período deram origem à criação de várias associações de moradores ou produtores, fragmentando e fraturando a organização política do assentamento.

O problema da consciência encontra-se no difícil jogo de mediações que liga as determinações particulares e genéricas que compõe o movimento que constitui o ser social. A consciência é movimento que ora se apresenta como consciência do indivíduo isolado, ora como expressão da fusão do grupo, depois da classe, podendo chegar a diferentes formas no processo de constituição da classe até a uma consciência que ambiciona a universalidade. (IASI, 2006, p. 25).

A Associação dos Agricultores da Califórnia foi fundada em março de 1997, sendo a primeira a ser criada no assentamento, estabelecendo como principal objetivo a busca por melhorias sociais e econômicas para os assentados.

Esse tipo de organização através das associações era incentivado pelos funcionários do Incra, pois condicionavam a vinda de determinados recursos à mediação das associações. Em geral, os recursos dos assentamentos Açai e Califórnia, apesar de ser resultado de uma luta coletiva, eram operacionalizados pelos representantes das associações, num reforço a uma estrutura de poder que dificultava discussões mais amplas e coletivas.

Ao longo do processo de consolidação do assentamento, há um reforço por parte do Incra à estrutura verticalizada das associações e todas as informações costumam ser repassadas ao presidente da associação. Há um incentivo a uma forma de organização apenas formal, não existe uma ação concreta para fortalecer a participação das famílias e as organizações originais do assentamento. Atualmente, o assentamento tem 181 famílias cadastradas, mas em torno de 250 famílias residem na Vila, entre parentes de assentados e outros sujeitos que compraram lotes, num processo irregular que distorce os objetivos iniciais da luta pela terra e outros trabalham em terras cedidas.

Algumas das primeiras famílias não se encontram mais no assentamento, refizeram o caminho de volta para a cidade. As inúmeras dificuldades enfrentadas relacionadas à infraestrutura do assentamento, às condições para financiamento e comercialização da produção, resultado da falta de investimento por parte do Estado, criam limites à permanência das famílias na terra.

Os processos de construção dos assentamentos têm particularidades que dão características específicas ao cotidiano dos assentados. No que se refere à Califórnia, uma delas é a proximidade dos centros urbanos, a vila fica na margem da BR 010 e distante apenas 10 km de Açailândia e a 66 km de Imperatriz. Em relação

à produção, a localização da vila distanciou os moradores dos seus lotes de trabalho, tornando-os dependentes da estruturação das estradas vicinais, mas que em geral estão em péssimas condições.

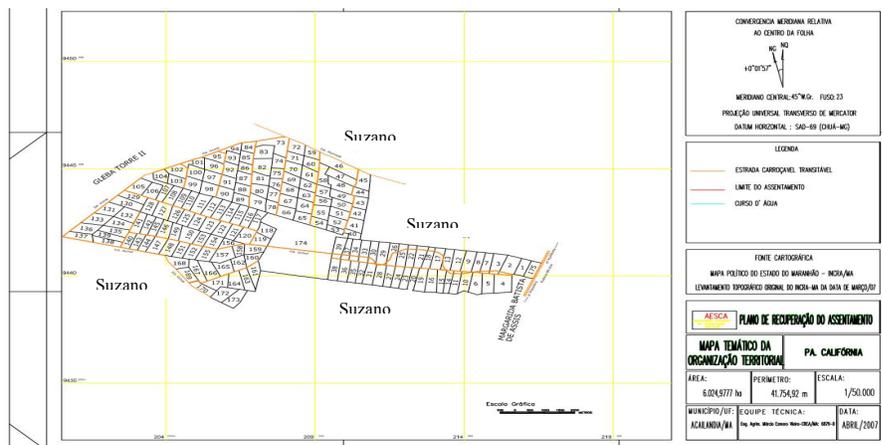
Com relação à infraestrutura, o assentamento Califórnia também recebeu os créditos iniciais de fomento e alimentação, as casas, o posto de saúde, a escola, o poço artesiano e o projeto de eletrificação. Tiveram também acesso ao Projeto Lumiar em 1997/1998 e Ates, de 2005 a 2008.

Apesar de determinadas dificuldades organizativas, principalmente relacionadas à participação das famílias nos núcleos de famílias, o assentamento Califórnia conseguiu manter resistência política em momentos importantes da sua trajetória. Uma delas foi durante o processo de construção da escola e do posto de saúde.

Quando a escola foi construída surgiu um conflito entre os assentados e o prefeito de Açailândia, que desejava homenagear políticos locais. Os assentados mobilizaram-se e conseguiram dar o nome de Antonio Assis à escola, o qual foi uma das lideranças durante o período em que ficaram acampados. A mobilização em torno da construção e condução do posto de saúde também foi uma prioridade para as famílias. Essas questões serão especificadas no item sobre o acesso a políticas públicas.

A maior problemática coletiva que enfrentaram iniciou-se com a plantação de extensas áreas de eucalipto em 1997 pela Celmar, quando a empresa passou a pulverizar agrotóxico com a utilização de aviões e o produto era levado pelo vento, causando vários prejuízos as famílias. As fazendas que pertenciam à Celmar e hoje são de propriedade da Suzano fazem fronteira com o assentamento Califórnia, conforme mostra o mapa abaixo, que foi construído com informações levantadas pelo Plano de Recuperação dos Assentamentos (PRA), elaborado em 2008 pela equipe de Ates.

Mapa 3 – Mapa do Assentamento Califórnia



Fonte: PRA Califórnia

Os conflitos com o assentamento começaram quando a Vale iniciou a fabricação de carvão vegetal na fazenda que fica localizada ao lado da vila do assentamento, em 2005.

As famílias passaram a conviver com o lado mais grotesco da implantação dos grandes projetos, a poluição direta que espalhava uma densa fumaça em toda vila e nas redondezas, prejudicando a saúde dos moradores. Os assentados apresentavam muitos problemas de saúde, principalmente ligados ao sistema respiratório e problemas de pele.

Em 2005 a Vale começou a operar um grande empreendimento de produção de carvão vegetal. Foram construídos 66 fornos, cada qual comportando 83 metros cúbicos de carvão, e ainda mais sete fornos de menor porte. Em total ocuparam área de 1.185 metros quadrados. (RELATÓRIO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS, 2011).

Várias entidades como o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia (CDVDH), a Rede Justiça nos Trilhos¹⁸ juntaram-se ao MST e à Via Campesina na articulação para mudar essa realidade. Articulados realizaram denúncia junto ao Ministério Público Estadual, onde foram pontuados os prejuízos à saúde dos assentados. Essa iniciativa deu visibilidade aos problemas causados pelos fornos que estavam em pleno funcionamento.

¹⁸ Essas entidades desenvolvem um trabalho de assessoria aos trabalhadores da região, de forma específica aos que sofrem impactos dos grandes projetos na região.

No dia 8 de março de 2008 foi realizada uma grande mobilização das mulheres contra as carvoarias, em parceria com a Via Campesina e outros movimentos sociais. Elas ocuparam a área da Vale, cortaram os eucaliptos e interditaram a estrada para chamar a atenção das autoridades para os problemas do assentamento.

Imagem 5 – Mobilização do dia 8 de março



Fonte: arquivo pessoal

Essas articulações tiveram uma repercussão nacional, culminando após várias negociações, com o fim programado da queima até o ano de 2012. No entanto, é necessário enfatizar, o fim do funcionamento dos fornos atende principalmente às necessidades da empresa, tendo em vista que o ativo florestal já estava vendido para a Suzano, e em função disso foi direcionado para a produção de celulose. Esse percurso histórico do assentamento Califórnia mostra como a sua trajetória é marcada pela convivência e/ou confronto com o avanço do agronegócio, de forma específica com as empresas que investem no “reflorestamento”, base da plantação de eucalipto.

4.3. Condições de trabalho, organização política e acesso às políticas públicas pelos assentados de Califórnia e Sudelândia/Ma

As entrevistas buscaram identificar três situações acerca dos assentamentos estudados: as condições de vida e de trabalho, a organização política e o acesso às políticas públicas.

O primeiro grupo de questões feitas aos entrevistados buscou caracterizar as suas condições de vida e de trabalho. Verificou-se que o assentamento Califórnia e a Vila Sudelândia passaram por muitas mudanças, ambos ampliaram o número de pessoas que residem na Vila, extrapolando a quantidade de pessoas que deveriam estar morando no assentamento. A capacidade de pessoas que serão assentadas em um Projeto de Assentamento depende da capacidade da terra, definida a partir do módulo rural dos municípios.

No assentamento Califórnia deveria residir somente 181 famílias, mas, atualmente, já se contabilizam cerca de 250 famílias, enquanto que na Vila Sudelândia residem hoje 185 famílias assentadas e 460 agregadas. Esses sujeitos são parentes de assentados, trabalham em lote cedido ou mesmo são funcionários da escola ou das empresas terceirizadas da Suzano, participam do cotidiano dos assentados, mas não tem a posse da terra e nem têm acesso aos créditos direcionados aos assentados.

A relação que estabelecem com o assentamento não tem vínculo nenhum com a trajetória da luta que foi necessária para conquistar a terra. Muitas vezes desconsideram os processos organizativos, embora sua presença interfira nas relações estabelecidas na vila.

Atualmente o assentamento Califórnia tem seis associações que funcionam com muita fragilidade organizativa, sendo as seguintes: Associação Santo Antonio dos Pequenos Agricultores do Assentamento Califórnia, Associação Bom Jesus dos Pequenos Produtores do Assentamento Califórnia; Associação dos Agricultores do Assentamento Califórnia Associação dos Pequenos Agricultores São José; Associação das Mães Carente do Assentamento Califórnia; Associação dos Pequenos Agricultores da Boa Esperança e Associação Agroindustrial Vale do

Açailândia.

Na pesquisa de campo foram entrevistadas lideranças associadas nas três primeiras entidades citadas anteriormente, e a opção por elas se deu em função de que delas fazem parte lideranças que são atuantes na organização do assentamento desde a sua origem, além disso, atualmente continuam mantendo certa periodicidade de reuniões para fazer encaminhamentos sobre o assentamento e têm uma visão geral dos processos internos. As demais associações existem legalmente e sua origem se deu em função da necessidade de captar determinados financiamentos, mas não conseguiram desenvolver um processo de organização. Atualmente não têm conseguido articular os sócios para reuniões ou outras atividades organizativas.

Atualmente a Vila Sudelândia tem cinco associações que funcionam precariamente, tendo muita dificuldade de organização, sendo as seguintes: Associação Comercial dos Pequenos Produtores Rurais da Agrovila Sudelândia; Associação Comunitária dos moradores; Associação das Mães da Agrovila Sudelândia; Grupo Comunitário São José e Grupo Comunitário São Sebastião.

A opção metodológica pela escolha das lideranças a serem entrevistadas, também obedeceu ao critério de participação nos processos organizativos do assentamento desde a sua origem. Desta forma, optou-se por entrevistar lideranças das seguintes entidades: Associação Comercial dos Pequenos Produtores Rurais da Agrovila Sudelândia; Associação Comunitária dos Moradores e Associação das Mães da Agrovila Sudelândia.

É necessário ressaltar que, de acordo com as lideranças entrevistadas, a maioria das associações não conta com a participação ativa de seus sócios, reunindo-se a partir de algumas questões pontuais que atendem aos seus interesses. A sua origem é marcada pela necessidade de conseguir projetos de financiamento e sua consolidação é paralela à desconstrução da organização dos núcleos de famílias.

Para a realização da pesquisa de campo foram aplicados 50 questionários às famílias agregadas na Vila Sudelândia. Essa opção deve-se ao acréscimo de 460 famílias convivendo na área da vila Sudelândia, fato que impacta as relações sociais

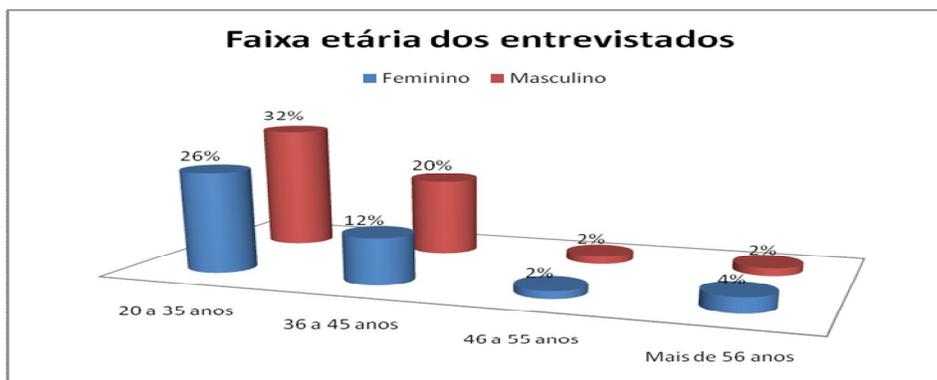
construídas entre os assentados, demandando serviços e infraestrutura social e produtiva, mas principalmente pelas informações recebidas de que grande parte dessas famílias tem trabalhadores contratados pelas empresas terceirizadas da Suzano.

A escolha dos entrevistados foi aleatória, atendendo apenas ao critério de que não fossem assentadas. Não foram aplicados questionários com os agregados de Califórnia, por ser o número de famílias menos expressivo que o da Vila Sudelândia.

As questões referentes às condições de vida e de trabalho, aos processos de organização política e de acesso a políticas públicas foram relacionadas ao cerco do agronegócio aos assentamentos.

Dentre as pessoas que responderam aos questionários, 56% são do sexo masculino e 44% do sexo feminino. A maioria tem entre 20 e 35 anos, perfazendo um total de 58%; entre a faixa etária de 36 a 45 anos o percentual é de 32%; entre 46 e 55 anos somente 4% e com mais de 56 anos, 6% dos participantes da pesquisa através dos questionários.

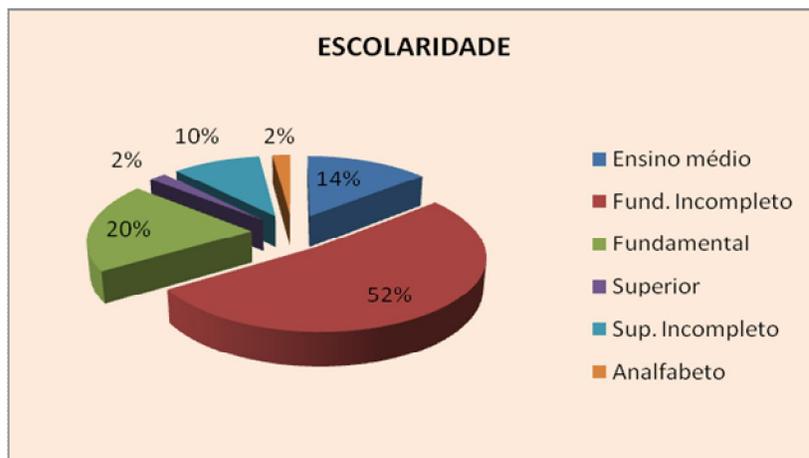
Gráfico 4 – Faixa etária dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de Campo

O gráfico a seguir é uma demonstração da escolaridade das pessoas pesquisadas, onde se observa que entre os dois extremos tem-se uma pessoa analfabeta e uma com o curso superior completo.

Gráfico 5 – Escolaridade



Fonte: Pesquisa de Campo

No entanto, o que mais chama a atenção nessas informações sobre a escolaridade, é o percentual de 52% que tem apenas o ensino fundamental incompleto, numa demonstração da grande exclusão dos processos educacionais vivenciados no Maranhão por uma parcela considerável da sua população. Esta informação evidencia o quanto o direito à educação é negado constantemente, a despeito da luta histórica que vários movimentos sociais travam pela educação.

Em relação ao tempo em que residem no assentamento, 16% responderam que moram na Vila há menos de um ano, o que se pode relacionar com o período em que se intensifica o processo de produção da empresa Suzano. Por outro lado, um número considerável de pessoas reside há vários anos na vila; do total das 50 famílias que compõem o universo dos pesquisados, 26% reside a menos de 10 anos no assentamento e 58% reside no assentamento há mais de 10 anos.

Sobre a origem desses sujeitos entrevistados, a grande maioria, 94% vem de municípios maranhenses, os 6% restantes vieram do Pará, Tocantins e de Goiás. Do total de maranhenses identificados, 70% vieram de municípios da Região Tocantina.

No que se refere à questão da propriedade da terra, 100% dos entrevistados afirmou nunca ter tido a posse ou propriedade da terra.

Em relação à participação política, questionou-se a participação em alguma

organização, agrupando-se as organizações da seguinte forma: associações, partidos políticos, movimentos sociais e Igrejas. A maioria respondeu que não tem participação em nenhuma organização, num total de 96%; somente 4% declarou participar de alguma organização, uma pessoa em associação de produtores e outra da Igreja.

Uma das lideranças entrevistadas afirmou que há alguns conflitos entre assentados e agregados, pois estes últimos têm uma grande interferência no cotidiano das famílias, colocando muitos desafios à organização. Muitos assentados temem perder a posse da terra para as famílias agregadas. É preciso analisar as consequências da aglutinação de um número considerável de pessoas que não tem participação política no contexto de um assentamento, tendo em vista que o território em que essas famílias trabalham, estudam e produzem relações das mais diversas, foi conquistado com a luta de um movimento social, o MST. Mais interessante ainda foi a constatação de que 100% das pessoas que responderam ao questionário declararam não conhecer o MST ou já ter participado de alguma atividade organizada pelo movimento. Essa questão reflete um total desconhecimento das forças políticas que representam os movimentos sociais, de forma específica o MST.

Por outro lado, esse desconhecimento resulta do afastamento da militância do movimento do processo de organização do assentamento nos últimos anos. Desde as primeiras diferenças políticas surgidas na origem da Agrovila Sudelândia, a militância do MST não conseguiu acompanhar suas discussões internas e seu processo organizativo.

Outra questão importante a considerar é a diminuição dos projetos governamentais, a partir do governo Lula, que possibilitavam a liberação de militantes e a partir da inserção nesses projetos conseguiam dar acompanhamento político organizativo a esses assentamentos.

Em relação às entrevistas realizadas com as lideranças das duas vilas, todas fazem parte da diretoria das associações. No assentamento Califórnia foram entrevistadas seis lideranças, três mulheres e três homens, todos assentados e participantes ativos dos núcleos de famílias organizados pelo MST.

Quadro 1 – Informações gerais sobre as lideranças do Assentamento Califórnia

Liderança	Faixa Etária	Escolaridade	Origem
L1-Califórnia	Entre 46 a 55	Ensino médio incompleto	Imperatriz-MA
L2-Califórnia	Entre 36 a 45	Ensino fundamental incompleto	João Lisboa-MA
L3-Califórnia	Entre 36 a 45	Ensino fundamental	Imperatriz-MA
L4-Califórnia	Entre 46 a 55	Ensino superior completo	Montes Altos-MA
L5-Califórnia	Entre 46 a 55	Ensino médio completo	Açailândia-MA
L6-Califórnia	Entre 46 a 55	Ensino médio completo	Açailândia-MA

Fonte: Pesquisa de campo.

O quadro acima mostra que a maioria dos entrevistados tem entre 46 a 55 anos. As cidades de origem desses assentados pertencem todas à Região Tocantina e são relativamente próximas do assentamento Califórnia. No mesmo quadro pode-se verificar a escolaridade onde se evidencia a dificuldade de acesso a educação de grande parte dos assentados. Apesar de uma das lutas mais importantes do MST se dá em torno da educação, somente uma das entrevistadas cursou o ensino superior.

No que diz respeito à participação política as lideranças da pesquisa apresentam um dado importante, pois todos participam de alguma organização além da associação, tais como partidos políticos, Igreja, movimento social. Somente uma entrevistada não se considera integrante do MST, mas já participou de várias atividades organizadas pelo movimento. As outras cinco se consideram integrantes do MST tendo participado das atividades desenvolvidas, principalmente encontros, cursos e mobilizações.

A identidade política do assentamento Califórnia com o MST é uma marca em sua trajetória, pois vários militantes residem nesse assentamento e conseguiram garantir ampla participação em vários momentos importantes do movimento na região. Um desses momentos aconteceu durante o processo de organização da Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região Tocantina (Coomara) no final de 1997, quando grande parte da base social da cooperativa era composta de famílias assentadas na Califórnia. A Coomara foi uma das primeiras

cooperativas a ser organizada pelo MST no Maranhão, demarcando um processo de discussão interna sobre a organização e comercialização da produção nos assentamentos, visando confrontar o modelo de produção dos latifundiários.

Apesar dessa trajetória, as lideranças avaliam que atualmente o assentamento não tem conseguido manter a organização e a resistência características da sua história.

A organização continua através das associações, só que não tem mais as assembleias gerais que tinha antes. Tem várias associações mais nem todas funcionam. A organização não está boa, a gente tenta organizar, mas as pessoas não se interessam, as pessoas não pensam mais em se organizar, agora só pensam no eu, nos seus empregos. (L-2-Califórnia).

As lideranças se reportam ao tempo histórico em que o assentamento decidia tudo coletivamente, em que mesmo com a fragmentação dos núcleos de famílias e sua substituição pelas associações, as famílias realizavam as discussões nos grupos das associações e tomavam as decisões em grandes assembleias.

Foram entrevistadas cinco lideranças da Vila Sudelândia, quatro do sexo masculino e uma do sexo feminino, os quais participaram dos núcleos de famílias somente durante o período de acampamento. O quadro a seguir apresenta informações gerais sobre essas lideranças.

Quadro 2 – Informações gerais sobre as lideranças da Vila Sudelândia

Liderança	Faixa Etária	Escolaridade	Origem
L1-Sudelândia	Entre 20 a 35	Ensino médio completo	Imperatriz-MA
L2- Sudelândia	Entre 20 a 35	Ensino médio completo	João Lisboa-MA
L3- Sudelândia	Entre 20 a 35	Ensino Médio completo	Parauapebas-PA
L4- Sudelândia	Entre 46 a 55	Analfabeto	Açailândia-MA
L5- Sudelândia	Entre 46 a 55	Ensino Fundamental incompleto	Imperatriz-MA

Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação à faixa etária, percebe-se uma diferença entre o assentamento Califórnia e a Vila Sudelândia, pois, neste último, a maioria é bem mais jovem, sendo

que entre as lideranças entrevistadas, apenas duas se envolviam nos processos organizativos do assentamento desde a sua origem.

Em relação à escolaridade, três pessoas concluíram o ensino médio, mas nenhuma teve acesso ao ensino superior; constatou-se a presença entre os entrevistados, de analfabetos, o que não se constitui uma novidade em função do pouco acesso à educação, num exemplo da cotidiana realidade dos milhares de brasileiros que não tiveram oportunidade de serem alfabetizados. É importante frisar que essa problemática ainda faz parte do cotidiano de muitos assentamentos.

No que tange à participação política todos responderam que participam somente das igrejas, além da associação e somente uma liderança respondeu que participa de partido político. Além disso, somente uma liderança se considera integrante do MST e afirma já ter participado de várias atividades do movimento, tendo ido para o assentamento quando era adolescente. Das lideranças que não se consideram integrantes do MST, duas relataram não ter participado de nenhuma atividade do movimento e duas afirmaram já ter participado de algumas mobilizações, reuniões e até de encontros estaduais.

Essa também é uma característica do processo organizativo da Vila Sudelândia, logo após a ocupação da área conquistada com a organização do MST, houve uma separação política com o movimento.

Durante a vigência do Projeto Lumiar e do Programa de Ates, a capacidade de articulação e mobilização dos assentados surgia nas discussões sobre projetos de financiamentos, em situações bem pontuais e que respondiam a interesses específicos dos assentados. A distância em relação à cidade, ao todo 24 km de estrada de chão e 10 km de asfalto até o centro de Açailândia, tornaram mais difícil o acompanhamento da organização dos assentados por parte dos militantes do MST.

A avaliação que fazem da organização da Vila é de que há muitas dificuldades de aglutinar as pessoas para discutir questões coletivas. Segundo as suas considerações, a organização gira em torno das associações que têm dificuldade em reunir os sócios, a figura do presidente das associações centraliza decisões e encaminhamentos gerais.

Apesar de não terem uma trajetória singular de luta, a realidade da

convivência com o grande projeto de “reflorestamento” da Suzano e suas consequências para o cotidiano dos moradores da Vila fez ressurgir o potencial político que tinham. No dia 16 de junho os moradores da Vila Sudelândia e da Vila Nova Vitória interditaram a estrada que passa ao lado das duas Vilas e faz divisa com as terras da Suzano. Segundo as informações das lideranças, na ocasião conseguiram reunir mais de duas mil pessoas, e a polícia militar e representante da prefeitura assumiram as negociações sobre as reivindicações dos assentados.

Para compreender esse momento de resistência política é necessário especificar as consequências sofridas pelas famílias que moram na Vila Sudelândia e Vila Vitória, em função da proximidade com as florestas homogêneas de eucalipto. A Vila Vitória fica localizada ao lado da Vila Sudelândia, não faz fronteira com as terras da empresa Suzano, no entanto, a estrada que liga a BR-010 a essas terras passa bem no meio da Vila Vitória, a uns 10 km da BR, segue mais 14 km em direção à Vila Sudelândia. O tráfego de carretas para carregamento da madeira é intenso, causando muita poeira.

Eles começaram a cortar o eucalipto e as carretas começaram a entrar, era inverno e o povo não se preocupou muito, quando iniciou o verão eles aumentaram o número de carretas, passavam cinco de uma vez, ela é como tri-trem, tem mais ou menos 30 metros de comprimento. Na estrada onde ficam os eucaliptos eles ajeitaram, ficou muito boa, onde não tem ficou num estado ruim. Na ladeira eles tinham dificuldade para subir, quando viram que iam ter prejuízos fizeram o asfalto, mas somente na ladeira, da noite para o dia. (L1-Sudelândia).

Imagem 6 — Estrada de acesso a Vila Sudelândia



Fonte: pesquisa de campo

Segundo informação verbal, as lideranças das associações haviam conversado com representantes da empresa e eles prometeram que o corte da madeira seria programado, não seria feito todo o corte no mesmo período. Todavia, não cumpriram o acerto e quando inauguraram a fábrica no mês de março de 2014, começaram a cortar toda a plantação, causando muitos prejuízos às famílias.

Eles estavam andando a 70 km por hora e o limite seria só 40 km, as carretas andavam coladas umas nas outras, não havia espaço para um carro pequeno ultrapassar. Nosso medo maior é que a plantação é do lado da rede elétrica, quando eles cortaram caiu árvores na rede elétrica, ficamos uns cinco dias sem energia. (L4-Sudelândia).

As lideranças apontam que além da poeira e do perigo em relação à rede elétrica, em toda a extensão da estrada é possível ver pedaços de madeira, o que já causou vários acidentes, pois devido à poeira intensa os motoristas não conseguem ver os restos de madeira: o risco maior é principalmente para aqueles que utilizam moto como transporte.

As lideranças ressaltam que há vários anos as famílias vêm sofrendo consequências em função do uso da estrada pelas empresas, primeiro a Celmar e depois a Vale, período em que houve um acidente com vítimas fatais, e atualmente sofrem impactos diretos do uso das terras pela empresa Suzano.

A empresa tentou minimizar os impactos com a poeira colocando caminhões adaptados com reservatório de água para molhar a estrada nas proximidades das duas vilas. No início das negociações utilizavam dois caminhões várias vezes ao dia, depois ficou somente um carro e foi diminuindo a quantidade de vezes em que molhavam a estrada. Era evidente que esse paliativo não iria resolver o problema e os assentados resolveram não esperar mais. Diante de todo esse contexto as famílias assentadas e agregadas nas duas Vilas resolveram fazer a mobilização, utilizando uma estratégia muito comum nas lutas do MST para realizar suas reivindicações, a interdição da estrada. Estavam presentes crianças e adultos assentados, assim como, famílias de pessoas agregadas nas duas Vilas.

Antes de acontecer algo mais grave a gente resolveu fechar a estrada, não deixamos ninguém passar, eles vieram, ligaram para o comandante geral da PM em São Luís. O major de Imperatriz sabia que havia crianças e não vieram para o confronto. Nesses 18 anos a comunidade nunca fez nada, nunca houve incêndios ou quebramos algo deles, sempre respeitando. Eu falei pra eles se vocês mandam a polícia, eles podem bater em gente, aí o pessoal se revolta, pode

queimar alguma coisa, ele disse que é crime, eu falei, e quem vai ver a noite? Depois dessa ação ele resolveu recuar. (L5-Sudelândia).

De acordo com a informação verbal das lideranças, obtida durante a pesquisa de campo, as principais reivindicações eram as seguintes: asfaltamento da estrada nas proximidades da Vila Vitória e Sudelândia; redução da velocidade das carretas para 40 km; diminuição dos fluxos das carretas e colocação de sinalização específica. É importante perceber como determinadas circunstâncias forjam momentos históricos de luta, pois não há passividade que se prolongue diante de tantos prejuízos. São diversos os caminhos a serem criados nas mais diferentes formas de resistência e o confronto geralmente, é resolvido pela intervenção da polícia e de outros aparelhos do Estado. A prefeitura municipal de Açailândia e a polícia assumiram a responsabilidade pela negociação entre os assentados e a empresa Suzano. Lideranças que representavam a mobilização se reuniram com representantes da empresa, com a polícia e com a prefeita, ocasião em que as reivindicações foram expostas e negociadas.

A intervenção do Estado nos conflitos específicos relacionados a terra, vem definindo historicamente sua opção pela classe dominante, e é através da polícia que ele amplia sua capacidade de repressão àqueles que se defrontam com os projetos dessa classe. De acordo com Martins (1985, p. 67) “o poder público se torna mera extensão do poder privado, nessas áreas de tensão isso é absolutamente claro.”

O primeiro desdobramento dessa negociação foi a construção de um desvio por dentro das terras da empresa para que as carretas pudessem circular, e embora o tráfego não tenha cessado por completo, diminuiu consideravelmente. Os assentados deram um prazo de um mês para que as demais reivindicações fossem atendidas.

Em contato posterior a pesquisa de campo com uma das lideranças entrevistadas, soube-se que a empresa não cumpriu o que foi acordado após a mobilização, limitando-se ao desvio feito para que os caminhões não trafegassem na estrada em frente às vilas. Diante disso, as lideranças estão se organizando para realizar novas mobilizações.

O segundo grupo de questões feitas aos entrevistados buscou caracterizar a

sua organização produtiva. Foi identificado que somente uma das lideranças do assentamento Califórnia já possuiu terra antes de vir para o assentamento, todos os outros, inclusive da Vila Sudelândia, tiveram acesso à terra somente ao se tornarem assentados. O assentamento Califórnia tem suas atividades econômicas concentradas na produção de gêneros alimentícios como milho, feijão, fava, arroz, urucum, mandioca (macaxeira), abóbora, melancia, hortaliças. A maioria destes produtos é direcionada principalmente para o consumo familiar e os entrevistados relataram que as hortaliças vêm sendo produzidas e vendidas na feira de Açailândia, principalmente pelas mulheres que têm adquirido uma boa renda com a venda. Há também a criação de animais, bovinos e animais de pequeno porte e a produção de mel.

Os assentados entrevistados na Vila Sudelândia também relataram que a produção do assentamento é centrada em culturas como arroz, fava, feijão, milho abóbora. Alguns criam gado para produção do leite. As lideranças enfatizam que a maioria dos assentados produz milho, produto com venda garantida na região.

O nível tecnológico utilizado por algumas famílias está relacionado à agricultura tradicional, cuja mão de obra é prioritariamente familiar. A maioria dos assentados das duas Vilas teve acesso ao financiamento do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procer) ¹⁹, todos os entrevistados acessaram esse crédito durante a vigência dos programas de assistência técnica. Também tiveram acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ²⁰. A maioria acessou a linha de crédito de custeio que é voltado principalmente para as culturas anuais, os projetos deste crédito agrícola foram elaborados por empresas privadas de assessoria técnica, após o término dos programas e projetos de assistência técnica pública.

A história das famílias no que se refere ao acompanhamento técnico da produção é marcada pela fragmentação e descontinuidade da prestação dos serviços. O acesso à assistência técnica nos dois assentamentos foi iniciado em 1997 com o Projeto Lumiar que durou apenas dois anos; depois veio o convênio de

¹⁹ O crédito Procer

²⁰ O Pronaf é dividido em várias linhas de crédito, o Pronaf A/C é uma linha especial para beneficiários da reforma agrária, contempla os créditos de investimento e custeio.

Ater entre a Coopera²¹ e o Incra, tendo uma vigência de 5 meses (jan.-jun./2000). No final de 2004, foram contemplados com o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), também fruto de uma parceria entre Coopera e o Incra, a equipe local era formada por seis profissionais.

O programa de Ates também foi realizado de forma precarizada e descontínua, uma questão que possibilita essa afirmação é a relação entre o número de profissionais e a quantidade de famílias a serem acompanhadas, a mesma equipe tinha que acompanhar vários assentamentos nas proximidades de Açailândia, dentre eles, o assentamento Califórnia e Açaí. De acordo com o Plano de Recuperação do assentamento Açaí, as atividades a serem desenvolvidas eram as seguintes:

- Prestar serviço de Ates diretamente às famílias assentadas nos Projetos de Assentamento reconhecidos pelo Incra;
- Elaborar e acompanhar a implementação do Projeto de Exploração Anual – PEA, do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA e do Plano de Recuperação do Assentamento - PRA;
- Desenvolver estudos, em articulação com o Incra, órgãos ambientais, de ensino, pesquisa extensão rural, objetivando identificar e selecionar áreas produtivas de reserva legal e de preservação permanente para a elaboração do PEA;
- Orientar e promover a aplicação do Crédito Instalação e outras linhas de crédito, envolvendo as famílias assentadas;
- Mobilizar as famílias assentadas, promovendo a sua capacitação para a construção e elaboração do PDA;
- Acompanhar e monitorar a implementação do PDA quanto a medição e demarcação topográfica da unidade territorial concebida para a área do assentamento;
- Desenvolver estudos participativos para a elaboração do PRA, apontando as demandas e a previsão de recursos. (PRA, 2008, p. 163-162)

Na questão da produção existem vários problemas além da falta de continuidade da assistência técnica, uma delas é comum aos dois assentamentos: a

²¹ A Cooperativa dos trabalhadores prestadores de serviço em áreas de reforma agrária - Coopera, foi criada em janeiro de 1998 por profissionais e militantes do MST. De acordo com o seu Estatuto sua missão é a seguinte, "Prestar serviço de assessoria técnica para o desenvolvimento socioeconômico, comunitário e cultural das unidades familiar-estabelecimento, tendo como princípio a cooperação agrícola e a agroecologia. (ESTATUTO SOCIAL, 1998, p. 1).

distância das vilas para os lotes e alia-se a isso a dificuldade de aplicação de créditos que chegam atrasados e são insuficientes para fomentar a produção das famílias; não há também nenhum incentivo e estrutura para o processo de comercialização.

Em relação à organização da produção não se identificou nenhuma parceria ou projeto da empresa que beneficiasse a produção das famílias, pelo contrário, embora não haja nenhum estudo sistematizado, os assentados se referem a vários aspectos negativos, o principal se refere ao uso intenso de agrotóxico nas plantações. Alguns depoimentos verbais apontam prejuízos à saúde.

Os impactos começaram quando o eucalipto estava pequeno e eles começaram a adubar, aliás, eu digo começaram a envenenar, através de avião, as pessoas começaram a adoecer, com problemas de pele, na visão, várias pessoas morreram com câncer, outras estão doentes. Vivemos muito próximos dos eucaliptos. (L6-Califórnia).

Eles usam muitos produtos na plantação e depois que colhem usam um produto que acaba com os tocos que ficam, não sobra nada, isso tudo prejudica a saúde da gente. (L4-Sudelândia).

A maioria das lideranças sinaliza prejuízos à produção dos assentamentos, embora afirmem que nenhum estudo sistematizado foi realizado para que possam ter a dimensão desses prejuízos.

Próximo ao assentamento Nova Vitória tem uma grande plantação de milho que é impossível colher, tem uma grossa camada de poeira cobrindo a plantação, com certeza o produtor vai perder a maioria da plantação. (L1-Sudelândia).

A plantação de eucalipto tem causado muitos impactos, se fala muito dos prejuízos por causa da água e aqui já é uma área seca. As roças não produzem como antes, eu avalio pela produção que a gente tinha antes, sem precisar de nada, agora tem que usar adubo. Eles usam muito veneno, eu sei que onde o eucalipto é plantado nada sobrevive, nenhum animal. (L2-Califórnia).

Indagados sobre a geração de emprego a partir da implantação dos empreendimentos da Suzano para os assentados e agregados dos assentamentos, as lideranças da Califórnia informaram que várias pessoas trabalham em empresas terceirizadas da Suzano, principalmente os filhos de assentados. Atualmente haveria um número pequeno de pessoas contratadas, no entanto, afirmam que há muita rotatividade de trabalhadores que são contratados por essas empresas.

Nenhuma das lideranças soube precisar a quantidade de pessoas que estão trabalhando nessas empresas, mas estimam que cerca de 20 pessoas estejam exercendo alguma função nelas. Relatam que as atividades realizadas são de serviços gerais e roço²² das plantações. Na Vila Sudelândia haveria um número maior de pessoas trabalhando nas empresas terceirizadas, segundo uma das lideranças entrevistadas, haveria uma média de 200 pessoas empregadas. Das lideranças entrevistadas apenas uma tem um filho trabalhando em empresa terceirizada.

Dentre as pessoas que responderam ao questionário, 68% trabalham nas empresas terceirizadas, exercendo as seguintes funções: encarregado, motorista, auxiliar, serviços gerais, operadores de máquinas, técnico agrícola, trabalhador florestal e vigia. O gráfico 6 dá elementos para análise das atividades desenvolvidas pelas famílias agregadas.

Gráfico 6 – Atividades exercidas nas empresas terceirizadas



Fonte: Pesquisa de Campo

Há uma constatação importante a partir dos dados deste gráfico em comparação com outras informações do questionário. No item sobre a profissão, 60% das pessoas responderam que são agricultores e 40% que tem outras profissões. No entanto, ao serem questionados sobre o trabalho exercido atualmente, a maioria respondeu que exerce atividades nas empresas terceirizadas, e apenas 16% trabalham na agricultura enquanto 16% são professores.

²² O termo “roço” é utilizado pelos agricultores para designar a atividade de preparação de uma área para plantio da lavoura ou limpeza de plantas invasoras na plantação de eucalipto.

Da totalidade das pessoas que estão trabalhando nessas empresas 36% são contratadas como auxiliar de serviços gerais, o que evidencia que a contratação da mão de obra local é voltada para as funções menos especializadas. Ao juntarmos as profissões de vigia, motorista e auxiliar de serviços gerais, temos um percentual de 46% das atividades exercidas no contexto das empresas terceirizadas.

O terceiro grupo de questões feitas aos entrevistados buscou caracterizar o acesso às políticas públicas pelos assentados. No contexto atual de precarização das políticas sociais, onde os serviços que viabilizam essas políticas são em geral de má qualidade, é notória a distância entre a necessidade da população e o atendimento as inúmeras demandas existentes na sociedade.

Em relação ao campo essa questão torna-se ainda mais complexa. O acesso a políticas públicas é uma condição essencial para que os assentamentos sejam espaços de construção de uma vida digna. Estar no campo não deveria ser sinônimo de isolamento, de serviços ineficientes e insuficientes, mas a realidade do Maranhão é a afirmação da ausência de direitos.

A luta pela terra desenvolvida pelo MST é o início de várias lutas, entre elas o acesso a políticas de crédito e assessoria técnica, saúde, educação, cultura, dentre outras que são necessárias para garantir a sobrevivência digna das famílias. É nesse sentido que ao ser criado um projeto de assentamento, as reivindicações em torno das políticas públicas são intensificadas, apesar delas já estarem previstas como direito dos assentados.

Em relação aos assentamentos estudados, foram necessárias várias mobilizações e articulações para que a estrutura para o funcionamento de políticas sociais como saúde e educação fossem garantidas. A escola do assentamento Califórnia foi construída pela prefeitura em 2002 e atualmente está funcionando o ensino fundamental e médio como anexo de uma escola estadual de Açailândia.

O núcleo de professores é defensor da educação do campo e organiza a escola de acordo com a pedagogia defendida pelo MST, tendo também uma participação ativa na organização do assentamento.

De acordo com o relato das lideranças, as famílias assentadas passaram por vários conflitos com a prefeitura para garantir o direcionamento político e pedagógico

vinculado ao MST, num processo de tensão política que caracteriza a história da escola com o poder público municipal.

A escola da Vila Sudelândia foi construída em 2003 também pela prefeitura e atualmente conta com mais de 700 alunos do ensino fundamental e médio, possuindo uma estrutura ampla. Em contraposição ao grupo de professores que conduzem a escola do assentamento Califórnia, aqui também não se mantém nenhuma relação com a pedagogia da educação do campo, ou articulação com o MST e seus princípios educativos.

Na pesquisa realizada junto aos agregados da Vila Sudelândia identificou-se que 92% das famílias têm acesso a educação através da escola da Vila. Considerando que a amostra escolhida foi de apenas 50 famílias, há que se refletir que o acréscimo de mais de 600 famílias demandando os serviços da escola, aumentam as necessidades com estrutura e com pessoal do que uma escola que deveria atender 185 famílias, o que com certeza tem implicações no processo de ensino e aprendizagem realizado no âmbito escolar.

Nas duas escolas não há nenhum projeto sendo desenvolvido, seja pela prefeitura ou pela empresa Suzano, as quais não realizaram nada do que haviam prometido, apesar de ter realizado várias conversas com as entidades representativas dos assentamentos.

As negociações com a empresa começaram em 2011, foi a primeira reunião que tivemos com eles, eles estava se instalando e falavam que não tinham como ajudar ainda, estavam começando a conhecer o terreno, ainda não tinham lucro porque ainda estava montando a fábrica. Até ai estávamos entendendo; tínhamos uma expectativa grande, fizemos alguns projetos e apresentamos pra eles, eles negociaram a praça, a horta comunitária, mas ficou tudo no papel. (L2-Sudelândia).

A única ação realizada pela Suzano nessas áreas foi a doação de uma biblioteca no assentamento Califórnia, construída nas dependências da escola em parceria com a prefeitura. As articulações da empresa provocaram muitos debates no assentamento.

Imagem 7 — Biblioteca da escola Antonio de Assis no Assentamento Califórnia



Fonte: pesquisa de campo

É o que se verifica no depoimento de algumas lideranças:

Quando foi pra vir o projeto não foi pacífico no assentamento, alguns não aceitava, não queriam nada da empresa, mas acabaram aceitando por achar que eles já prejudicaram muito a gente. (L1-Califórnia).

Para se conseguir alguma coisa a gente teve que se juntar ao inimigo. Eu penso que essa história de se juntar ao inimigo é uma relação doente, a gente discute, reúne mais não se sente em casa, não devemos confiar no inimigo, depois que a empresa nos feriu, nos pisou, a gente pode confiar em uma empresa dessa? (L2-Califórnia).

Os depoimentos expressam a forma de agir dos assentados em relação a empresa atualmente. Quando se referem à Suzano eles refletem toda a experiência que tiveram com a Celmar, os conflitos com a Vale e a continuidade do uso das terras para a monocultura do eucalipto. A resistência aberta e o confronto vivido com a empresa Vale, por causa das carvoarias, vai dando lugar a negociações e aceitação das propostas da empresa Suzano. O depoimento que se segue é uma expressão disso.

No início ninguém aceitava negociação com as empresas porque achava que nunca eles iam compensar o mal que fez à gente, porque tudo que eles pudessem fazer ainda era pouco. Depois as pessoas foram aceitando, se envolvendo, foram ficando amigo da onça, o pessoal ainda hoje reclama que no início a Vale queria fazer a estrada pra dentro, nós não aceitamos, e nunca foi feita. Hoje qualquer coisa que tá vindo a gente tá aceitando. Onde tem uns que não aceitam não acontece nada, porque eles têm medo de ter

repercussão, eles só se envolvem se a gente fizer a parceria com ele. (L3-Califórnia).

Após sofrerem vários impactos por conta da sucessão de projetos empresariais nas terras que cercam o assentamento, algumas lideranças parecem estar mais preocupadas em aceitar as “doações” que sinalizariam um reparo aos vários danos sofridos. Apesar disso, parece ser consenso o entendimento da responsabilidade que deve ser assumida pelas empresas em relação ao assentamento.

No que diz respeito à política de saúde, nas duas Vilas existe posto de saúde com condições limitadas de atendimento à população, recebem a visita de um médico duas vezes por semana e o acompanhamento das agentes de saúde. Qualquer outra necessidade em relação à saúde é suprida no município de Açailândia ou Imperatriz, ou qualquer outro município de referência, através do encaminhamento via o programa Tratamento Fora de Domicílio.

No assentamento Califórnia existe um coletivo de saúde do MST que desde o início do assentamento mediava negociações com a prefeitura municipal, realizando um trabalho de orientação e prevenção com as famílias. No entanto, este coletivo já teve uma organização maior, atualmente tem dificuldades para reunir seus membros e manter sua organização.

Os assentados da Califórnia estão em negociação com a empresa Vale para estruturação do posto de saúde, segundo o relato das lideranças, a empresa vai garantir toda estrutura necessária para funcionamento do posto. Essa doação serviria para reparar os danos sofridos pelo assentamento durante o período em que os fornos funcionaram.

Todas as lideranças entrevistadas responderam que têm acesso às políticas de saúde e educação no assentamento, assim como, assinalam que essa é uma realidade nas duas vilas, embora em relação à saúde, o serviço oferecido não atenda às necessidades mais complexas das famílias, tendo que se reportarem ao centro da cidade ou outros municípios.

Em relação à política de assistência técnica e extensão rural, a pesquisa de campo comprovou a inexistência de qualquer projeto ou programa voltado à assessoria da produção dos assentamentos, desde o ano 2008. Essa informação

exemplifica o descaso do Estado com o desenvolvimento da produção nos assentamentos.

Uma questão que resulta dessa falta de investimento por parte do governo na produção dos assentamentos, é o grande número de pessoas que tem acesso ao programa de renda mínima do governo federal, o Bolsa Família. A maioria dos entrevistados, 66% no assentamento Califórnia e 60% na Vila Sudelândia recebem esse benefício. É necessário levar em consideração que várias das lideranças entrevistadas nas duas vilas, afirmaram que essa é a realidade de cerca de 90% do assentamento.

Em relação às famílias agregadas da Vila Sudelândia, 64% delas recebem o Bolsa Família, num percentual alto quando se verifica que 68% das pessoas exercem trabalhos remunerados junto às empresas terceirizadas da Suzano. No entanto, há que se considerar que a maioria das funções assumidas não é especializada e os trabalhadores recebem menor remuneração.

Levando em consideração que a condicionalidade da renda mínima para ter acesso à Bolsa Família é de R\$ 70 por pessoa sendo, portanto, uma renda que expressa a situação de miséria vivida por aquele sujeito ou família, além de que os assentados já estão trabalhando na terra há 18 anos, a dependência de um programa de renda mínima demonstra a dificuldade de ter na terra a garantia para sua sobrevivência.

Um estudo realizado pela Consultoria Legislativa do Senado Federal demonstra que essa dependência não é uma particularidade dos assentamentos estudados.

De fato 36% das famílias assentadas dependem da ajuda do Bolsa Família para sobreviver. Segundo dados do Incra, 339.945 das 945.405 famílias que vivem em assentamentos recebem o benefício destinado aos 22 milhões de brasileiros classificados como miseráveis (renda por pessoa de até R\$ 70 reais, para famílias com ou sem filhos, e até R\$140 para famílias com filhos). Se consideradas todas as famílias de assentados inscritas no Cadastro único do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que são pobres o suficiente para fazer jus a algum tipo de programa social (renda mensal por pessoa de até R\$ 339), o número sobe para 446.218, o equivalente a quase metade (49%) de todas as que já receberam terras no país. Ou seja, de cada dez assentados, entre quatro e cinco não alcançaram emancipação financeira que permita

retirar da terra seu sustento. (PEIXOTO, 2013, p. 6).

As lideranças foram questionadas sobre a existência nos assentamentos de outros projetos sociais, considerando a proximidade das terras da empresa Suzano com o seu local de moradia e de trabalho. No entanto, 100% dos entrevistados e das pessoas que responderam aos questionários disseram que não há nenhum projeto sendo desenvolvido, tanto pela empresa como outras entidades governamentais ou da sociedade civil.

No entanto, o discurso da empresa exposto em vários documentos é de que há uma preocupação permanente com as comunidades adjacentes às plantações e à indústria de fabricação de celulose. Dessa forma, afirma que é feito um trabalho de articulação com essas comunidades para diagnosticar as necessidades locais e definir sua contribuição ao “desenvolvimento social e ambientalmente sustentável.”

O diálogo permanente com as comunidades se dá através de Rodas de Conversa, visitas às lideranças comunitárias e o Livro Suzano em campo. Todas estas ferramentas servem de base para identificar e mensurar os possíveis impactos sociais, positivos e negativos, sobre a vida das comunidades a partir da sua proximidade com as áreas de manejo florestal, bem como, dar suporte para definição dos programas implantados de acordo com a realidade de cada localidade. Os programas apoiados pela Suzano nas comunidades: geração de renda; educação; infraestrutura e cultura. (SUZANO, Plano de Manejo Florestal, 2012, p. 18).

Observa-se como é construída uma falsa descrição da ação da empresa nesses assentamentos, tendo em vista que a única ação identificada foi a construção da biblioteca comunitária no assentamento Califórnia, conforme já foi detalhado anteriormente. Pelo que se pode constatar na pesquisa de campo, a única etapa realizada foi a fase da conversa com as lideranças comunitárias.

A empresa costuma ter reuniões com as associações, a cada reunião as promessas se renovam, aqui é a comunidade mais pacífica que tem, pois temos praticamente três anos de promessas. (L1-Sudelândia).

Eles faziam assim com a gente, numa reunião tinha um representante, depois vinha outro e começava tudo de novo, até que trouxeram um definitivo, eles são pagos para enrolar a gente, já percebemos isso. Essa pessoa é paga para conversar com as comunidades e falar dos projetos. (L4-Sudelândia).

A Suzano já veio no assentamento várias vezes fazer reuniões, para saber o que poderiam fazer para não prejudicar a comunidade. A preocupação era nesse sentido de ter uma boa relação com o assentamento. (L3-Califórnia).

Os depoimentos são claros no que se refere às iniciativas da empresa em estabelecer uma relação de parceria com o assentamento, embora não haja desdobramento concreto das deliberações tomadas com os assentados. A liderança da Vila Sudelândia evidencia a longa espera pelas promessas da empresa e, ao mesmo tempo, que a tolerância da comunidade já está esgotada, o que os fez iniciar a mobilização descrita anteriormente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto da nova fase da agricultura brasileira expressa a hegemonia do capital através da expansão do seu modelo de dominação denominado de agronegócio. À medida que esse modelo de desenvolvimento do capitalismo se expande para o campo, ampliam-se as consequências da questão agrária sobre a agricultura e as perspectivas de sobrevivência no campo.

Compreende-se que a expansão do agronegócio na atualidade é uma continuação das estratégias de expansão do capital, ampliando a pobreza e a desigualdade peculiares a esse modelo. “Quando se territorializa o capital, no caso específico, os capitais do agronegócio, se territorializa a relação de exploração do capital sobre o trabalho, porque essa é condição precípua do desenvolvimento da acumulação capitalista.” (CAMPOS, 2011, p.185).

A exploração do trabalho e as diversas formas de apropriação e expropriação da terra vão dando contorno histórico à questão agrária e suas diversas expressões na atualidade. Para Marx (2008) o monopólio da propriedade da terra é pressuposto histórico e base do modo capitalista de produção, dessa forma, transforma e subordina a agricultura, adequando-a aos moldes da propriedade privada.

As questões relativas à posse e propriedade da terra marcam a trajetória da sociedade brasileira e, somadas às perspectivas de desenvolvimento para o campo em períodos históricos diferentes, formam um quadro complexo que vem delineando a questão agrária na atualidade.

O agronegócio e toda sua construção ideológica são fruto de uma trajetória econômica e social que centraliza as perspectivas de desenvolvimento do campo brasileiro em torno da produção para a exportação. A “modernidade do agronegócio” aprofunda as estratégias do modelo agroexportador, presente na sociedade desde a colonização portuguesa.

A atualidade é polarizada entre as perspectivas de desenvolvimento do agronegócio, defendida pelo Estado e pelos latifundiários e a perspectiva da agricultura familiar defendida pelos movimentos sociais do campo.

A síntese histórica desses processos é a permanência de uma sociedade que, sob a hegemonia do modo capitalista de produção, concentra terras, se apropria das riquezas naturais e aprofunda a exploração do trabalhador.

A voracidade com que o capital se expande na Região Amazônica atende às determinações estruturais do capital. As consequências da ocupação do espaço amazônico e das diferentes perspectivas de “desenvolvimento” se expressam na concentração das terras, na expansão da monocultura com seus diversos impactos ambientais, nos processos migratórios e na expansão da pobreza da sua população.

Parte do Maranhão fica localizada na Amazônia oriental sendo, portanto, inserida no contexto de desenvolvimento dos grandes projetos que impactam a realidade da região e reconfiguram relações sociais, econômicas e políticas.

A Região Tocantina é situada no Sudoeste do Maranhão, sua ocupação se deu a partir da expansão das fronteiras agrícolas e da pecuária no estado. Essa expansão impulsiona o avanço da apropriação privada de grandes extensões de terras, e num processo inverso, expulsa centenas de sujeitos da posse e propriedade da terra.

A empresa Suzano insere-se nesse contexto de expansão dos grandes projetos, tendo como eixo articulador do seu discurso a preservação ambiental pelo uso do reflorestamento com a plantação de eucaliptos. No entanto, a realidade vem demonstrando que sua principal consequência é a concentração de terras e apropriação dos recursos naturais.

De acordo com Brandão (2010) esses processos de acumulação, característicos do capitalismo são “...determinantes de padrões fundiários de acesso a direitos perversos e excludentes, destituidores de amplas massas humanas dos círculos de poder, propriedade e riqueza. (p. 51).

Buscou-se dimensionar a concentração fundiária efetivada pela Suzano na Região Tocantina, tendo como parâmetro a meta de aquisição de 173 mil hectares de terras para plantação das florestas homogêneas de eucalipto.

Por intermédio da pesquisa documental realizada através das solicitações de licenciamento ambiental, identificou-se que já foram adquiridos mais de 148 mil

hectares de terras, comprados principalmente de pequenos e médios proprietários, o que demonstra o processo de reconcentração fundiária que vem sendo realizado pela empresa. Essa informação não leva em consideração as ações de arrendamento de terras e de fomento, pois não se conseguiu informações sobre elas.

Essas propriedades foram identificadas em 24 municípios da área de abrangência da empresa e sabe-se que onde o agronegócio se instala, também avançam as conflitualidades derivadas do seu modelo de desenvolvimento que amplia as contradições sociais.

O estudo realizado buscou compreender como esse processo de concentração fundiária, centrado no plantio de florestas homogêneas de eucalipto impacta o cotidiano do assentamento Califórnia e a Vila Sudelândia.

Frutos da luta pela terra conduzida pelo MST na região, esses assentamentos representam um modelo de produção da agricultura familiar, porém, têm o seu território cercado por amplas plantações de eucalipto desde o ano de 1997.

Esse cerco do agronegócio impacta diretamente as condições de vida das famílias assentadas. A primeira consideração necessária sobre essa realidade refere-se ao cotidiano das famílias em seu lócus de moradia e produção, localizadas na fronteiras da plantação de eucalipto, tendo que conviver com o uso intenso de defensivos agrícolas e com a poeira intensa, no caso da Vila Sudelândia.

Nesse sentido é que se considera que a simples permanência no assentamento, já se configura uma estratégia de resistência nesse confronto com o agronegócio, tendo em vista que as duas vilas já passaram por muitos problemas em função dessa proximidade com as terras da empresa.

As famílias sofrem influência direta em seus processos produtivos da implantação do empreendimento da Suzano, as lideranças apontam que há uma perda da produtividade e apontam como causa principal o uso dos defensivos agrícolas nas plantações de eucalipto.

A Suzano utiliza mão de obra de assentados e agregados através da contratação de empresas terceirizadas sendo as funções assumidas pelos

trabalhadores as que exigem menor qualificação e remuneração.

A ampla propagação, por parte da empresa, de que desenvolve projetos sociais nas áreas impactadas pelos seus empreendimentos, não vem encontrando eco nos assentamentos estudados. Na pesquisa de campo identificou-se apenas a doação de uma biblioteca para o assentamento Califórnia, construída em parceria com a prefeitura municipal de Açailândia.

A organização atual dos assentamentos estudados vem sofrendo um descenso nos últimos anos, o que tem prejudicado a identidade coletiva com as lutas sociais mais amplas, mas não encontramos maiores indícios de cooptação frente às ações da empresa.

Esse fato é fruto do decurso histórico e das relações políticas estabelecidas, assim, o assentamento Califórnia que sempre esteve vinculado ao MST, assiste ao avanço do agronegócio a partir de um pensar crítico, no entanto, não vem desenvolvendo lutas concretas de enfrentamento.

Os sujeitos da Vila Sudelândia passaram vários anos sofrendo as consequências dessa convivência com os projetos de reflorestamento. A inauguração da empresa e início da extração da madeira agravou os impactos e eles iniciaram um confronto mais direto com a empresa através das mobilizações.

Em que pese toda essa situação complexa derivada do cerco do agronegócio a esses sujeitos políticos, há que se enfatizar que a história é um permanente processo de transformação e, como tal, é recheada de possibilidades e por que não dizer, de desafios e esperanças que dependem dos seres humanos para seguir rumo à construção de perspectivas emancipatórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AESCA/INCRA. Projeto de Recuperação do Assentamento Califórnia (PRA). São Luís, 2008

AESCA/INCRA. Projeto de Recuperação do Assentamento AÇAI (PRA). São Luís, 2008.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Indústrias de papel e celulose na Amazônia: crise de mercado, questões trabalhistas, impactos ambientais e conflitos fundiários. In: ALMEIDA, Alfredo W. B; SILVA, Miguel H.P. (org.) **O Maranhão em rota de colisão: Experiências camponesas versus políticas governamentais. Cadernos Tempos Novos**. São Luís: CPT, 1998.

ANDRADES, Thiago O. de. GANIMI, R. Nasser: **Revolução Verde e a apropriação capitalista**. Disponível em <http://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>. Acesso em: 31 maio 2014.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra: uma análise da colonização da pré-Amazônia maranhense**. São Luís: UFMA/PPPG//EDUFMA, 1987.

BARROS, Geraldo. ADAMI, Andréia C. **Faturamento e volume exportado do agronegócio brasileiro são record em 2013**. p. 4. São Paulo: Cepea, 2014. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_ExportAgro_2013.doc>. Acesso em: 5 ago. 2014.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das letras, 1999.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAMPOS, Christiane S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: Trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil- o caso de Cruz Alta/RS**. Buenos Aires: Clacso, 2011.

CARVALHO, Horácio Martins. O oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial. In: STEDILE, João P. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **O campesinato no Século XXI: Possibilidades e condicionantes do**

desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: **Revista Serviço e Social e Sociedade**, n. 112, out/dez 2012, p. 613-636.

_____. (Org.) O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Tradução dos textos em espanhol Diego Al Faro; Tradução do texto em francês Wanda Brant. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **Considerações sobre expectativas e declarações futuras.** Disponível em: <<http://www.vale.com/EN/investors/Equity-debt/Non-Convertible-Debentures/DebenturesNaoConvertiveisDocuments/Prospecto%20Definitvo.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

_____. **Vale celebra acordo com Suzano.** Disponível em: <http://201.59.137.230/ptversao_impressao/prt_detail.asp?tipo=2&id=19013>. Acesso em: 12 jul. 2014.

COOMARA. Estatuto Social da Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região Tocantina. Imperatriz, MA, 2013.

COOPERA. Estatuto Social da Cooperativa dos Trabalhadores Prestadores de Serviço em Áreas de Reforma Agrária. Imperatriz, MA, 2011.

CURI, Melissa Volpato. **O direito consuetudinário dos povos indígenas e o pluralismo jurídico.** Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

DELGADO, Guilherme. Reestruturação da economia do agronegócio – Anos 2000. Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: STEDILE, João P. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia S. F. **Amazônia e Desenvolvimento capitalista: elementos para uma compreensão da “questão social” na região.** 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social). Disponível em <<https://sites.google.com/site/secretariappgss/banco-de-teses-e-dissertacoes-do-ppgss>>. Acesso em 21 jun. 2014.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 5ªed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, B. Mançano. Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: STEDILE, João P. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate na**

década de 2000. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. Acampamento. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel et al. **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANK, André Gunder. Capitalismo e mito do feudalismo-1964. In: STEDILE, João P. (Org.) **A questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960-1980.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FRANKLIN, Adalberto; SOUSA, Jailson Macedo. Formação socioespacial sulmaranhense: da emergência de Pastos Bons à constituição de um espaço policêntrico. In: SOUSA, Jailson de Macedo (Org.) **O regional e o urbano no sul do Maranhão: delimitações conceituais e realidades empíricas.** Imperatriz: Ética, 2013.

GARZON, Luis Fernando N. Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

GELLER, Neri. Mais um ano promissor para o agronegócio. In: **Revista de Política agrícola.** Ano XXIII, n. 01, jan/fev/mar. 2014, Brasília-DF. Disponível em: <file:///C:/Users/windows/Documents/MARA/MESTRADO%202014/Revista%20%20Agroneg%C3%B3cio%20MAPA.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2014.

GISTELINCK, Frans. **Carajás Usinas e Favelas.** São Luís: Gráfica Minerva, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

GONZÁLEZ. **Economia política do capitalismo: Exposição da doutrina econômica de Marx.** Seara Nova, s/d.

GORGEN, Sérgio; STEDILE, João Pedro. **A luta pela Terra no Brasil.** São Paulo: Página aberta, 1996.

_____. **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária.** Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

IASI, Mauro Luís. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JANOTTI, Maria de L. **O coronelismo: uma política de compromissos.** 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KOVWARICK, Marcos. **Amazônia/Carajás: Na trilha do saque.** São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1995

LEAL, Aluizio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia (uma visão política). In:

TRINDADE, J. R.B; MARQUES, Gilberto. **Revista de Estudos paraenses**. Belém: 2010, Idesp.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução: Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamar. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LENINE, V. I. **Obras escolhidas em três tomos**. 3ª ed. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1986

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3ª ed. Ijuí: Editora Ijuí, 2012.

LUSTOSA, Maria das Graças O. P. **Reforma Agrária à brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. Crítica a Revolução Brasileira, de Caio Prado Júnior 1967. In: STEDILE, João P. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960 – 1980**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARQUES, Gilberto. A incorporação amazônica no desenvolvimento capitalista brasileiro. In: TRINDADE, J. R.B; MARQUES, Gilberto. **Revista de Estudos paraenses**. Belém: 2010, Idesp.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1985.

_____. **O cativo da terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **Formações Econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª ed. 1986.

_____. **O capital: crítica da economia, livro terceiro: o processo global de produção capitalista**, v. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O capital: crítica da economia política, livro 1: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Rosa Maria V. Dilemas na conceituação do campo e do rural no Brasil. In: SAQUET, Marcos Aurélio et al. **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2011.

MILANEZ, Bruno; PORTO, Marcelo F. Souza. **A ferro e fogo: impactos da siderurgia para o ambiente e a sociedade após a reestruturação dos anos 1990**.

IV Encontro Nacional da Anppas, junho de 2008. Disponível em: <www.anppas.org.br/encontro4/cd/.../GT6-61-8-20080509163054.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. A duplicação dos trilhos e os planos econômicos da Vale. In: **Não Vale: Duplicação do lucro privado e dos impactos coletivos**. Rede Justiça nos Trilhos. 2ª ed. 2013.

MIRANDA, Syderlan Bezerra. A monocultura do eucalipto alterando o espaço agrário no oeste maranhense. **XXI Encontro Nacional de geografia agrária**, outubro de 2012 [ISSN 1983-487X]. Disponível em: <www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1213_1.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2014.

MOTA, Luciene de Assunção. A dinâmica socioambiental na cidade de Balsas e em sua região de influência (1980-2000) In: SOUSA, Jailson de Macedo (Org.) **O regional e o urbano no sul do Maranhão: delimitações conceituais e realidades empíricas**. Imperatriz: Ética, 2013.

MOURA, Clóvis. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: Organização. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/330>>. Acesso em: 8 ago. 2014.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social – Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50, Ano XVII, 1996.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. O Campo Brasileiro no Final dos Anos 1980. In: STEDILE, João P. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João P. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____; STEDILE, João P. O agronegócio X agricultura familiar e a reforma agrária. **Cartilha da Concrab** (Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária). Rio de Janeiro, 2004.

PANDOLFO, Clara. **Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: Cejup, 1994.

PEIXOTO, Marcus. Nota Informativa n. 1.376, de 2013. Senado Federal-Consultoria

Legislativa.

PICOLI, Fiorelo. **O Capital e a Devastação da Amazônia**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 256.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 45ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 8.256, de 26 de maio de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8256.htm>. Acesso em: 7 ago. 2014.

Relatório: Brasil quanto valem os direitos humanos? Os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia. Açailândia:2011. Disponível em: <<http://www.fidh.org/pt/americas/brasil/Quanto-Valem-os-Direitos-Humanos>>. Acesso em:15 jul. 2014.

Rede Justiça nos trilhos. **Quem é a Vale**. Disponível em: <<http://www.justicanostrilhos.org/Quem-e-a-Vale>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

RIBEIRO, Raimundo José B. Os fundos de financiamento. In: ALMEIDA, Alfredo W. B; SILVA, Miguel H.P. (org.) O Maranhão em rota de colisão: Experiências camponesas versus políticas governamentais. **Cadernos Tempos Novos**. São Luís: CPT, 1998.

Rural-BR agricultura. **Exportação do agronegócio é Record em 2013 e eleva o superávit do Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2014/02/exportacao-do-agronegocio-e-recorde-em-2013-e-eleva-superavit-do-brasil-4412770.html>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

SÁ, Maria Elvira R.; FIALHO NASCIMENTO, Nádia. Amazônia, multinacionais e “questão social”: reflexões à luz da teoria crítica. **II Colóquio Internacional Marx e Engels**. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6072_Nascimento_Nadia.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2014.

SAKAMOTO, Leonardo. Dinheiro e poder: a quem interessa o trabalho escravo no Brasil? In: **II Conferência interparticipativa sobre trabalho escravo e superexploração em fazendas e carvoarias**: Trabalho escravo é crime, desenvolvimento sustentável é vida. BASCARÁN, Carmen et al. Açailândia: Gráfica Açailândia, 2007.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de A. Notas Críticas Sobre a Atualidade e os Desafios da Questão Agrária. In: STEDILE, João P. (Org.) **A questão Agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Josiane S. et al. "Questão social" no Brasil: o nordeste e a atualidade da questão regional. In: **Temporális: Revista da associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social**, ano 12, n. 24 (jul./dez.). Brasília, 2012

SANTOS, Raimundo Lima dos. O projeto Grande Carajás – PGC e algumas consequências regionais. **Revista eletrônica Boletim do Tempo**, ano 5, n. 7, Rio, 2010, Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5272:o-projeto-grande-carajas-pgc-e-consequencias&catid=36&Itemid=127>. Acesso em: 7 jul. 2014.

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STEDILE, João P. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Lúgia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, Sislene Costa. Legado de violações: Impactos da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão. In: **Não Vale: Duplicação do lucro privado e dos impactos coletivos**. Rede Justiça nos Trilhos, 2ª ed. 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério; NETO, João Lima Sant'Anna. **Uma Geografia em Movimento**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STEDILE, João Pedro (Org). **A questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954 – 1964**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional- 1500-1960**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária, 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. Latifúndio: o pecado agrário brasileiro. **Caderno de Formação n. 331**. São Paulo: MST, 2000.

SUZANO, Papel e Celulose. **Estudo de Impacto Ambiental: Caracterização do empreendimento**. Vol. I, II, III, IV e V. Imperatriz, 2011.

_____. Papel e Celulose. **Estudo de Impacto Ambiental: Caracterização do empreendimento ferroviário**. Imperatriz, 2012.

TEIXEIRA, Gerson. Os indícios do agravamento da concentração da terra o Brasil no período recente. In: STEDILE, João P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013

TORREÃO, Marlene Corrêa. **Cooperativismo nos processos de organização política e econômica dos trabalhadores na luta contra a expropriação capitalista no campo**: a resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra no Maranhão. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFMA. São Luís, 2014.

VIEIRA, Evaldo. **Os Direitos e a Política Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Sílvio. **Açailândia, eixo do Maranhão: A influência do pólo guseiro no desenvolvimento do Maranhão**. Imperatriz: Ética, 2010.

WOOD, Hellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ANEXO I – QUESTIONÁRIO APLICADO AS LIDERANÇAS DO ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA E VILA SUDELÂNDIA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

PESQUISA: O CERCO DA EMPRESA SUZANO NA VILA SUDELÂNDIA:
RESISTÊNCIA E COOPTAÇÃO FRENTE AO AGRONEGÓCIO

I – IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Faixa etária: () 20 a 35 anos () 36 a 45 anos () 46 a 55 () mais de 56 anos

Estado civil: () solteiro () casado () outros

Gênero: () Masculino () feminino

Origem:

Município em que nasceu: _____

Município em que morava antes de vir para o assentamento: _____

Número de pessoas da família: _____

Escolaridade:

() analfabeto () Fundamental incompleto () Fundamental completo

() Ensino médio () Ensino superior incompleto () Ensino superior completo

II ORGANIZAÇÃO POLÍTICA:

É assentado () SIM () NÃO

Participou da ocupação do assentamento? () SIM () NÃO

Se não participou da ocupação é assentado? () SIM () NÃO

Desde quando? _____

Se não for assentado:

É parente de assentados e trabalha no lote da família () SIM () NÃO

Não é assentado e trabalha em lote cedido () SIM () NÃO

Participa de alguma organização? () SIM () NÃO

QUAL? () Associação () Partido político () Movimento social () Igreja

-Você se considera integrante do MST? () SIM () NÃO

- Participa ou já participou de atividades do MST? () SIM () NÃO

QUAIS? _____

III ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

Já possuiu alguma propriedade de terra antes? () Sim () Não

Se sim, em qual município? _____

Já exerceu outra atividade além da agricultura? () SIM () NÃO

QUAL? _____

O que produz? _____

Quantas pessoas trabalham no lote? _____

Já recebeu algum projeto de financiamento? () Sim () Não

Qual? _____ Valor: _____

IV- ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS:

Quais dessas políticas você ou sua família tem acesso?

Escola () Sim () Não

Posto de Saúde () Sim () Não

Assistência Técnica () Sim () Não

Projetos sociais () Sim () Não Quais _____

Bolsa Família () Sim () Não

**ANEXO II – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADO AS LIDERANÇAS
DO ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA E DA AGROVILA SUDELÂNDIA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**PESQUISA: O CERCO DA EMPRESA SUZANO NA VILA SUDELÂNDIA:
RESISTÊNCIA E COOPTAÇÃO FRENTE AO AGRONEGÓCIO**

RELAÇÃO COM A EMPRESA SUZANO:

1. Já trabalhou nas terras da Suzano? Quanto tempo?
2. A empresa Suzano tem algum projeto no assentamento? Como funciona?
3. A empresa Suzano já fez alguma doação para o assentamento?
4. Qual a relação do assentamento com a Empresa Suzano?
5. Qual a relação da sua entidade/instituição com a Empresa Suzano?
6. Quais os impactos da plantação de eucalipto no assentamento?

ANEXO III – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGREGADOS DA VILA SUDELÂNDIA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**PESQUISA: O CERCO DA EMPRESA SUZANO NA VILA SUDELÂNDIA:
RESISTÊNCIA E COOPTAÇÃO FRENTE AO AGRONEGÓCIO**

I – IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Faixa etária: () 20 a 35 anos () 36 a 45 anos () 46 a 55 () mais de 56 anos

Estado civil: () solteiro () casado () outros

Gênero: () Masculino () feminino

Origem:

Município em que nasceu: _____

Município em que morava antes de vir para o assentamento: _____

Número de pessoas da família: _____

Escolaridade:

() Fundamental incompleto () Fundamental completo () Ensino médio

() Ensino superior incompleto () Ensino superior completo

Profissão: _____

Você está empregado? () SIM () NÃO

Já trabalhou na empresa suzano? () SIM () NÃO

Quanto tempo? _____

Qual era (ou é) sua função _____

Qual era o salário? _____

() 1 salário mínimo () 2 a 3 salários mínimos () 4 a 5 salários mínimos

() mais de 5 salários mínimos

II ORGANIZAÇÃO POLÍTICA:

Desde quando reside no assentamento? _____

Participa de alguma organização? _____

Associação Partido político Movimento social Igreja

-Você conhece MST?

- Participa ou já participou de atividades do MST?

III ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

Já possuiu alguma propriedade de terra antes? Sim Não

Se sim, em qual município? _____

Já exerceu outra atividade além da agricultura? _____

Trabalha em que atualmente? _____

IV- ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS

Quais dessas políticas você ou sua família tem acesso?

Escola Sim Não

Posto de saúde Sim Não

Assistência técnica Sim Não

Projetos sociais Sim Não Quais _____

Bolsa Família Sim Não